

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL

ARIELLA BRANDÃO

**TECENDO ATIVIDADES ENTRE VALORES, TRAMAS, SABERES E
URDIDURAS: A CONTRIBUIÇÃO DA ERGOLOGIA NA ANÁLISE
DA SITUAÇÃO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA.**

VITÓRIA

2012

ARIELLA BRANDÃO

**TECENDO ATIVIDADES ENTRE VALORES, TRAMAS, SABERES E
URDIDURAS: A CONTRIBUIÇÃO DA ERGOLOGIA NA ANÁLISE
DA SITUAÇÃO DE TRABALHO NO CONTEXTO DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientação: Prof. Dr. Rafael da Silveira Gomes.

VITÓRIA

2012

“De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda, um passo de dança, do medo, uma escada, do sonho, uma ponte, da procura, um encontro.”

Fernando Sabino.

RESUMO

Esta dissertação objetivou conhecer os saberes e valores da atividade no contexto da Economia Solidária. Através de conceitos da Ergologia trouxemos para o contexto da Economia Solidária as implicações normativas e as ressignificações que nos possibilitou analisar as práticas observadas no cotidiano da cooperativa que figurou como pano de fundo para nosso estudo, fazendo circular saberes. Salientamos que entendemos o saber enquanto algo histórico, já que sua produção vincula-se sempre enquanto possibilidade de criação. A partir das demandas que acompanham o movimento do vivo, do pulsar, negamos um pressuposto de neutralidade e passividade nas análises efetuadas no trabalho. Por atividade, compreendemos o processo no espaço-tempo que põe em debate as normas de quem realiza visando atingir os objetivos colocados, entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado, considerando os valores e saberes nesse processo. Para a produção de dados utilizamos observação direta da situação de trabalho, conversas com os trabalhadores enquanto realizavam suas tarefas; nos corredores e intervalos de trabalho, questionário autopreenchido e diário de campo. Na análise qualitativa dos dados produzidos, definimos as seguintes categorias para nortear nossa pesquisa: sustentabilidade econômica, autogestão, solidariedade, saberes, valores e sustentabilidade ambiental. Os resultados apontaram como tais valores compareciam no cotidiano de trabalho da cooperativa, entendendo a atividade, enquanto debate destes valores. Ressaltamos uma heterogeneidade de práticas com diferenças sutis na organização do trabalho em questão, mediante a constatação de que, embora a Economia Solidária desenhe pressupostos básicos que a diferencie no entendimento que se faz do trabalho sob o paradigma capitalista, no dia a dia, nos deparamos com a dificuldade de manter o empreendimento economicamente ativo, mediante exigências legais e fiscais, entre outras. E como os trabalhadores através de renormatizações lidam com as exigências colocadas. Dessa forma, esperou-se contribuir para o estudo da Ergologia e da Economia Solidária. Palavras-chaves: Economia Solidária, Ergologia, Valores, Saberes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 01-Recente expansão da Economia Solidária no Brasil.....	31
Quadro 02 - Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.....	32
Quadro 03 – Receita da cooperativa.....	113

Figuras

Figura 01 - Caminhadas.....	17
Figura 02 - Figuras diversas representando a Economia Solidária.....	27
Figura 03 - Tudo tem uma história!	53
Figura 04 - Fios que se entrelaçam.....	78
Figura 05 - Nuances variados.....	98
Figura 06 - A produção não pode parar!.....	122
Figura 07: Amanhã será outro dia!.....	164

LISTA DE ABREVIACÕES

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CBO - Classificação Brasileira de Ocupação

CDDH - Centro de Desenvolvimento de Direitos Humanos

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases

COPPE - Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DRT - Delegacia Regional do Trabalho

EPIs - Equipamentos de Proteção Individual

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM - Fórum Social Mundial

GT Nacional - Grupo de Trabalho de Economia Social

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITEES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários

ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST - Movimento Sem Terra

NMS - Novos Movimentos Sociais

PACs - Projetos Alternativos Comunitários

PO - Pastoral Operária

PNDSES - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária

PNES - Plenárias Nacionais de Economia Solidária

PPGPSI - Programa de Pós - Graduação em Psicologia Institucional

OCB - Organização Cooperativa Brasileira

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI - Serviço Nacional de Apoio à Indústria

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem em Cooperativismo

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

TCC - Trabalho de Conclusão do Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNEB - Universidade Estadual de Brasília

UNITRABALHO - Rede Universidade Nacional

USP - Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Esse foi um trabalho solidário! Solidário no sentido de ser realizado em muitas mãos. Assim como numa colcha de retalhos na qual cada peça vai se somando a outra e criando algo, no ato de misturar as cores, provocando na intensidade, nuances de sentimentos.

Assim como fazemos uso de diferentes tamanhos e texturas de tecido, também foi diferente o tempo que pessoas permaneceram na vida da gente, alguns somente passaram como um leve toque de tecido tocando nossos corpos num pequeno e singelo pedaço de pano; outros nos aqueceram e nos protegeram durante as noites escuras e frias, com seu alegre e forte colorido.

Pedaços, estes, que isoladamente eram pequenos, e apenas pedaços, mas juntos compuseram, deram forma, e cor. Encontros, compondo um delicado trabalho de *patchwork*. Assim foram as pessoas as quais passaram em nossas vidas e contribuíram direta ou indiretamente para a esta dissertação; muitas, antes mesmo de nossa entrada ao mestrado. Agradecemos a todos, em especial aos seguintes:

À nossa primeira e inesquecível professora Maria da Conceição, que com a sua dedicação e afeto, nos ajudou a conhecer e admirar o magnífico mundo dos livros.

À querida e também inesquecível Prof^a. Dr^a. Kelly Maria Pereira de Paula, com seu incansável amor à pesquisa e ao ensino, nos proporcionou encontros agradáveis que fizeram diferença em nossa formação acadêmica e em nossa vida, como um todo.

Aos queridos Dr^a. Silvana Schwanz e Dr. Floriano Schwanz Filho, pelo incentivo, carinho e atenção, em momentos difíceis de nossa vida.

À amiga sempre disposta, Grazielle Amâncio e toda a sua família, o nosso muitíssimo obrigado.

Ao amável Prof. Dr. Antônio Carlos Ortega, por sua imensa paciência e dedicação disponibilizados a nós. Tornando as extensas aulas de metodologia mais leves.

Ao entusiasmado Prof. Msc Eduardo Henrique Guimarães Torre, pelas interessantes aulas e profundas orientações, ainda na graduação.

Ao incansável Prof. Msc Nelson Gomes Júnior por nos apresentar a este interessante universo da Economia Solidária em suas aulas.

Ao querido Rubens Patrocínio Senna, pela amizade fraterna e constante apoio em momentos de angústia e felicidade.

Ao sempre disposto Prof. Dr. Antônio Vidal Nunes, pelo acolhimento incondicional, ainda na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal do Espírito Santo e inspiração a continuar adiante em momentos em que pensávamos deixar tudo de lado.

Aos demais companheiros desta Incubadora, que por lá passaram, também pelo acolhimento e preciosas sugestões de leituras.

À amiga Sônia Fernanda, por tudo, tudo mesmo!

À colega de mestrado Suzana Maria Gotardo pelo carinho dispensado a nós.

Aos corajosos trabalhadores da cooperativa estudada, que gentilmente abriram as portas de seu empreendimento para que juntos pudéssemos conhecer o cotidiano de trabalho.

À intensa e admirável Prof. Dr^a. Maria Elizabeth Barros de Barros, por vivenciar no dia a dia o que nos ensina em suas belíssimas aulas!

Ao compreensivo e querido orientador Prof. Dr. Rafael da Silveira Gomes, que muito contribuiu para a materialização deste trabalho.

E a tantos outros, que aqui não teríamos espaço para mencionar. Nosso muito obrigado!

Agradecemos ainda a colaboração da FAPES, através da concessão da bolsa, que possibilitou a realização da nossa pesquisa.

SUMÁRIO

PARA INÍCIO DE CONVERSA!.....	18
CAPÍTULO 01. (RE)CORTES E COSTURAS CONCEITUAIS: COMPONDO A TRAMA.....	28
Economia Solidária, mas o que é isto afinal?.....	28
Os valores tecidos na Economia Solidária.....	42
CAPÍTULO 02. ALINHAVANDO ELEMENTOS HISTÓRICOS: COMPONDO A URDIDURA.....	54
A contribuição do Socialismo Utópico: em busca da sociedade ideal.....	55
A contribuição do Cooperativismo: algumas experiências.....	57
Participação do Terceiro Setor junto ao movimento de Economia Solidária.....	61
Participação das Incubadoras Universitárias.....	66
Participação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB.....	68

Participação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.....	71
-------------------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO 03. A TRAMA SE UNE À URDIDURA: O TRABALHO DO PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE.....79

Entre o que se prescreve e o que se realiza: inevitáveis distâncias, possíveis caminhos.....	80
----------------------------------------------------------------------------------------------	----

Variabilidades a ser geridas: o cotidiano de trabalho.....	83
------------------------------------------------------------	----

Entre re-normalizações e saberes: a atividade enquanto espaço-tempo de articulação.....	88
-----------------------------------------------------------------------------------------	----

Dramáticas da atividade: confluências, mobilizações, intensos fluxos.....	91
---------------------------------------------------------------------------	----

A atividade na Economia Solidária.....	94
----------------------------------------	----

CAPÍTULO 04. NUANCES FACILITADORES DO PROCESSO: DELINEANDO O CAMINHO DA PESQUISA.....99

Implicações metodológicas.....	99
--------------------------------	----

Potencializando encontros às avessas.....	101
-------------------------------------------	-----

Cenário de outras pesquisas.....	104
----------------------------------	-----

Gerindo variabilidades no caminhar.....116

CAPÍTULO 05. CONVERSA VAI, CONVERSA VEM!.....123

Escolhas enviesadas.....127

O desafio da autogestão: nem patrões nem empregados.....134

Enlaces de saberes e valores.....138

Tramas que se faziam visíveis: os usos de si.....145

Atitudes sustentáveis.....151

Miríades de linhas.....154

A

Formação.....158

CAPÍTULO 06. CONSIDERAÇÕES FINAIS:165

No debate de normas e valores.....165

Conclusões provisórias.....166

REFERÊNCIAS.....173

APÊNDICES.....189

Apêndice A: Autorização Institucional para realização da pesquisa.....190

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização da pesquisa192

Apêndice C: Questionário autopreenchido.....194

ANEXOS.....196

Anexo A: Aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFES.....197

Anexo B: Reportagens jornalísticas sobre a cooperativa.....00

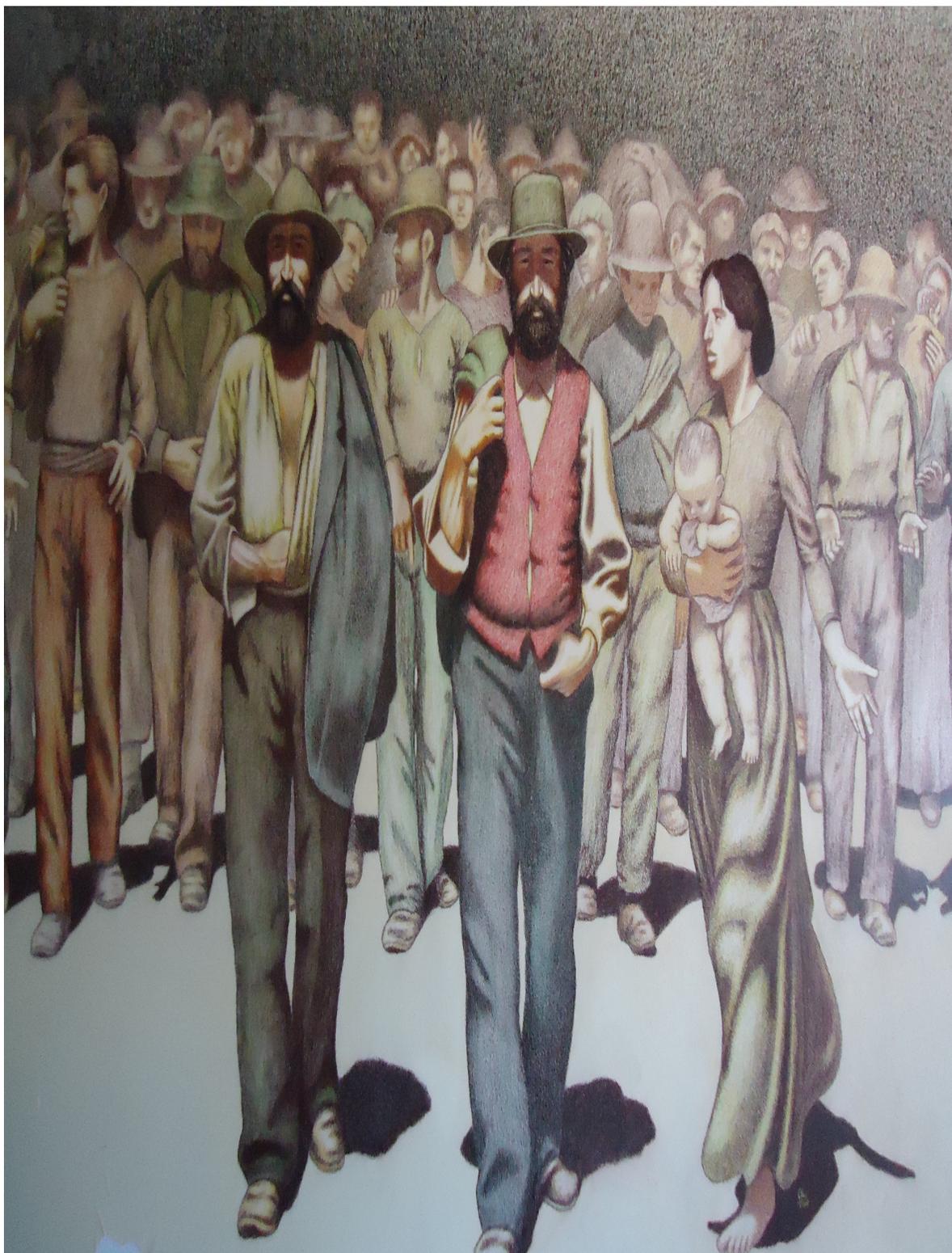
Anexo C: Estatuto da Cooperativa.....00

Anexo D: Foto do berço.....00

Anexo E: Documentos da Microempresa: Missão, Visão, Valores e Descrição dos serviços.....00

Anexo F: Regulamento Interno da Microempresa.....00

Figura 01: Caminhadas



Fonte: Desenho disposto na entrada da cooperativa estudada.

PARA INICIO DE CONVERSA!

Nosso contato inicial com a temática Economia Solidária vem do tempo de graduação em Psicologia. Era o ano de 2007, e estávamos cursando o sétimo período. Durante as aulas de Psicologia Comunitária tivemos a chance de estudar um pouquinho sobre o tema, em especial a autogestão. Tivemos contato também nessa época, com o livro intitulado *Introdução à Economia Solidária* de Paul Singer, que é referência em se tratando do assunto em discussão.

No período seguinte tivemos que desenvolver um projeto para o Trabalho de Conclusão de Curso e decidimos estudar o trabalho associado dos pescadores. Alcançamos nosso objetivo de investigar a forma como se organizam, além de afetar a saúde mental dos participantes e o referencial teórico adotado foi a Psicodinâmica do Trabalho. Tivemos a oportunidade de ouvir muitas histórias e narrações interessantes, sobre o seu trabalho, suas vidas, prazeres e sofrimentos. Era uma associação de trabalhadores que não adotavam a Economia Solidária, enquanto prática. Muitos, nem sequer ouviram falar dela. Então, pensamos que na nossa próxima pesquisa poderíamos estudar a Economia Solidária. E como tínhamos o desejo de cursar o mestrado, vislumbramos aí uma oportunidade surgida de nossas inquietações envolvendo esta nova economia e o mundo do trabalho.

Da ocasião da nossa entrada no Mestrado em Psicologia Institucional, em 2009 até hoje, foram muitos Fóruns, Plenárias, Conferências e também algumas observações na Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários - ITEES da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, que nos possibilitaram maior imersão à temática da Economia Solidária. Nesses espaços

podemos acompanhar discussões, vivenciar conceitos e indignações, problematizar e indagar embates técnicos e teóricos e conhecer o dia a dia de pessoas que vislumbram o sonho alternativo ao processo de valorização do capitalismo.

Nesta caminhada íngreme do mestrado tivemos encontros que nos paralisaram; que nos mobilizaram a seguir em frente, mesmo em meio à pedras colocadas no caminho; momentos de rupturas, tempo de silêncio, afastamento e também de retorno, parceria. Certo dia, ouvimos de uma pessoa muito especial: “A gente passa pela dissertação e ela também passa pela gente. Não é tarefa das mais fáceis, eu sei. Mas é preciso correr o risco!” Palavras simples, mas que nos trouxeram grande conforto.

Muitos perguntam sobre a relação entre o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional e a Economia Solidária. “Que pertinência e articulação poderia existir entre ambos? Por que realizar a pesquisa neste programa e sobre este tema?” É o que escutamos muitas vezes. E nesses casos respondemos que o Programa de Psicologia Institucional da UFES, se dedica a pesquisar as instituições que compõem a trama social. E esclarecemos que por instituição entendem-se os valores, as normas, a gestão, a política, os jogos de interesse, os desejos, o trabalho, entre outros elementos, ou seja, colocam em análise as práticas sociais que se atualizam em diversos lugares e regulam a vida social.

A Economia Solidária, por sua vez, em nossa pesquisa, nos desafiou a analisar a vibração do mundo do trabalho neste contexto institucional dando visibilidade em como se processou no cotidiano, o debate de normas e valores junto aos

trabalhadores na cooperativa. A Economia Solidária, entendida nesse sentido como campo constituído por múltiplas lutas; assumem o caráter de crítica e propõem questionar o capitalismo, com sua lógica, que muitas vezes tendemos a tomá-lo como natural ou verdade inabalável em nossas vidas, num entorpecimento dos sentidos.

É uma tentativa de desintoxicação dos valores presentes nas estratégias reducionistas econômicas e industriais globalizadas que interiorizamos e se fazem carne em nós; definindo nosso modo de ser e agir. Acreditamos que seja preciso manter vivo esse estranhamento, fazendo-se necessário uma postura que incorpore visceralmente a apreensão do fluxo dos desejos, e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional - PPGPSI, apesar de não estudar diretamente a temática, Economia Solidária, se dedica ao estudo dos movimentos considerados desviantes ou alternativos ao individualismo na contemporaneidade.

Tendo em vista este contexto, nosso objetivo foi conhecer na situação de trabalho junto com os grupos escolhidos para a nossa pesquisa como as normas antecedentes e os valores dimensionados e não dimensionados do movimento da Economia Solidária que se efetivaram na organização de trabalho numa intrincada tessitura.

Através da contribuição da Ergologia, referencial que tivemos a oportunidade de conhecer nesse mestrado, compreendemos o trabalho do ponto de vista da atividade como movimento contínuo das questões que estão encarnadas no corpo. Abordando o vivido afetado ao perpassarem dimensões biológicas,

psicológicas, sociais, culturais e econômicas na apreensão da análise em situação conjunta e tecida em fluxo através de inesgotáveis *aqui e agora*.

Ao debruçarmos sobre as dimensões do trabalho, entendemos que o mesmo é produtor da realidade institucional como relação dialógica coletiva impressa em nossas ações por meio de como, quando, onde e com quem o gerimos diante dos objetivos colocados e meios disponíveis para sua realização.

A Ergologia, dando visibilidade às interfaces que ocorreram na própria situação de trabalho da cooperativa estudada, nos convoca a olhar as questões produzidas, considerando tensões e valores aceitos e disseminados na nossa sociedade; possibilitando análises do cenário contemporâneo num processo dialético de compreensão.

Pois entendemos que questões multifacetadas comparecem no cotidiano do trabalho. E toda atividade, por menor e menos complexa que nos possa parecer à primeira vista, carrega questões do global que são mais amplas do que o espaço onde os trabalhadores realizam propriamente sua atividade.

Na medida em que acreditamos que o mundo é dinâmico, constituído por rupturas, acasos e alterações dos planos, foi possível elaborar essas questões. Enfatizamos que ao nos referirmos ao trabalho não estamos falando somente do que é determinado antes da realização do mesmo. Falamos do trabalho real, em situação, ou seja, aquilo que o trabalhador visualiza em um universo marcado por imprevisibilidade.

Tal proposição nos provoca um deslocamento ao olhar a atividade como algo sempre inédito e criativo, compondo um dispositivo de análise diante dos acontecimentos interconectados. Trata-se de um desafio ao colocarmos em foco a análise do trabalho tendo como pano de fundo, o contexto dos novos grupos produtivos alternativos que surgem a partir das contradições da ordem econômica existente.

Deste modo, em nosso direcionamento de análise, utilizamos uma modulação do dispositivo teórico-metodológico da Ergologia desenvolvido pelo grupo do filósofo francês, Yves Schwartz, para operar nesse campo. Este referencial, agindo como intercessor, propõe o estudo do mesmo em situação e incorpora crítica e coletivamente o saber de quem o realiza.

Para a Ergologia, o trabalho é denominado atividade industriosa por entender que é em situação que o trabalhador é convocado para a atividade. Entendendo os conceitos como operadores e ferramentas resultantes de escolhas ligadas à ação da gestão do trabalho, constroem-se diálogos no qual se considera uma sinergia de saberes.

Através dos conceitos e em meio a essa sinergia, se valida à experiência, repleta de texturas e nuances multicoloridos, do outro. Na perspectiva adotada, um universo de tensões e avanços são considerados nesse processo de interrogações e produções incessantes. Acreditamos que em meio às questões são produzidos conhecimentos e transformações sobre o próprio trabalho.

A partir dessa interlocução com a Ergologia, nessa tessitura criadora, entrelaçamento de múltiplos fios e negociação, reverberou práticas de afirmação do movimento da vida que se deslocaram através de saberes e valores presentes na Economia Solidária. Ainda no que diz respeito à Ergologia, e enquanto aposta teórico-metodológica em nosso processo de pesquisa, nos mobilizou a compreender as particularidades, esses pequenos nuances e delicadas texturas, por entender que as mesmas se apresentaram no cotidiano, através de renormatizações na análise das dramáticas vividas nos empreendimentos econômicos solidários estudados.

Em fato, implicou o delineamento do contexto que se desenvolveram os encontros, em meio a tramas e urdiduras em contraponto à idéia reducionista e desqualificadora de saberes que não sejam os academicamente produzidos e institucionalizados. Apresentamos desta forma, acontecimentos históricos e culturalmente situados e apreendidos na situação de trabalho.

Nesse percurso, encontrou-se em movimento costuras que se fizeram e refizeram movediças, provisórias, operado na concepção de usos e encontros históricos que se inscreveu no derramamento de fronteiras entre saberes científicos e oriundos da atividade.

Fazendo-se circular um terceiro pólo denominado de dimensão ética por considerar o outro, igual em sua diferença e dimensão epistemológica, porque consideramos a produção do conhecimento no encontro através de forças de convocação explicitado no decorrer de nossa pesquisa. Para tanto, nesta caminhada, lançamos olhares e costuramos nosso estudo nas seguintes etapas:

A primeira, que corresponde ao capítulo 01, realizamos uma breve explanação a fim de demarcamos o que estamos considerando por Economia Solidária para maior contextualização a partir de autores que escolhemos para compor o texto. E que se dedicam à temática, numa pluralidade de práticas e amplitude de visão, no movimento da produção de alternativas ao sistema vigente dando visibilidade a essa forma de luta, enquanto possibilidades de apropriação contra-hegemônicas e seus desdobramentos. Explicitamos ainda neste capítulo, os valores apregoados pela Economia Solidária e que posteriormente balizaram nossa análise em situação de trabalho no norteamento teórico escolhido por nós, da Ergologia. .

Em seguida, no capítulo 02 apresentamos algumas possibilidades de articulações, ao longo da trajetória, abrangendo contribuições do Socialismo Utópico, no cenário Europeu; passando pela formação das cooperativas de consumo e produção, crédito, compras e vendas. E seguindo sobre o contexto brasileiro ao abordar a participação de entidades religiosas e não governamentais, iniciativas da sociedade civil organizada e do poder público, no intuito de compreendermos seu percurso histórico enquanto movimento dialético e dinâmico inserido num contexto.

Dando continuidade à nossa caminhada, no capítulo 03, propusemos os principais conceitos do referencial teórico que sustentou nossa análise e afirmou nossa compreensão acerca do trabalho na aproximação com o campo que se desenhou a pesquisa. Tratou-se de usos e significados que perpassaram, entre outros elementos, a produção de saberes e valores ao colocar em discussão a própria gestão do trabalho em questão. Para isso enfatizamos como aporte teórico, a contribuição da Ergologia agindo como intercessor para a composição

de discursos e encontros na produção de análise da atividade humana de trabalho.

Em mais uma etapa, agora no capítulo 04, discutimos nossa metodologia, levando-se em consideração o atual cenário e os constantes reajustes tendo em vista nosso objetivo geral de conhecer na situação de trabalho junto com o grupo escolhido para a pesquisa, como as normas antecedentes e os valores dimensionados e não dimensionados do movimento da Economia Solidária se efetivaram na organização de trabalho. Em meio a esse fluxo de movimentos, fez-se importante a produção de subsídios que nos auxiliassem nas indagações tecidas no dia a dia. Procuramos nestas tessituras apreender o vivo e não o estanque, ou o engessado em moldes metodológicos desconexos com a realidade dos trabalhadores-participantes que em conjunto, nos proporcionaram a realização desta procura. Como contorno metodológico da nossa pesquisa qualitativa, amparados na Ergologia, utilizamos para a produção de dados sobre o estudo de caso de uma cooperativa, observação direta da situação de trabalho, conversas com os trabalhadores, questionário autopreenchido e diário de campo.

Caminhamos mais um pouco, e no capítulo 05, analisamos uma cooperativa atuante na Economia Solidária do ramo de confecções a partir de seu cotidiano de trabalho, tendo por base a Ergologia nas composições dadas em curso. Desta forma, percorremos os diversos setores da mesma, procurando conhecer as atividades realizadas pelos trabalhadores e conhecendo como os valores preconizados na Economia Solidária atravessavam o cotidiano de trabalho. Enfatizamos assim em nossas análises acerca do trabalho, as dramáticas vividas pelos trabalhadores da cooperativa em questão, conhecendo como é realizada a prescrição do trabalho, a divisão de tarefas e como o debate de normas e valores acontecia na atividade industrial. Definimos as seguintes categorias para nortear nossa pesquisa: autogestão, sustentabilidade econômica, saberes,

valores e sustentabilidade ambiental na análise da situação de trabalho condizente com nossos objetivos.

No capítulo 06, em seu conjunto, tecemos algumas considerações sobre a liquidação da cooperativa e criação da microempresa. Destaca-se o confronto entre os valores de mercado e os valores da Economia Solidária ao perpassarem às próprias atividades de trabalho.

Figura 02: Figuras diversas representando a Economia Solidária.



Fonte: Google Imagens.

CAPÍTULO 01: (RE)CORTES E COSTURAS CONCEITUAIS: COMPONDO A TRAMA.

Economia Solidária, mas o que é isto afinal?

“O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se permite uma perspectiva”. (ARENDR, 2009, p. 68)

Inicialmente evocamos um pequeno trecho da filósofa Hannah Arendt em sua obra intitulada, A Condição Humana, que nos convocou a refletir o mundo através de perspectivas e não uma única instância de referência para ilustrar e discutir o que nos cerca. Comumente, ficamos aprisionados e acabamos por naturalizar muitas práticas a tal ponto de não reconhecermos além do que nossos olhos alcançam.

Com a recusa de nos conformarmos a um único modo de vida e problematizar como isso se relaciona com questões provocadas na atualidade referentes ao mundo do trabalho, no propusemos a uma rápida discussão conceitual de alguns autores sobre a Economia Solidária, desencadeando alternativas de curso em ação.

De todo modo, vale demarcar, que implicações dessa discussão conceitual resultaram em interlocução nos encontros e arranjos no qual se desenvolveu o contexto da temática estudada. De maneira geral, entendemos a Economia Solidária como processo de resistência numa via contrária ao que consideramos a prática vigente na atualidade do capital.

O conceito nos ajuda a pensar, formular (re)cortes da vida. Embora ele possa ser entendido como uma abstração do presente e o viver seja a própria ancoragem do mesmo, em constante negociação com as normas que antecedem o atual. É na vida, enquanto fenômeno total que se promove a conceitualização do meio, a fim de compor costuras na produção do cotidiano (DURRIVE e SCHWARTZ, 2008).

Através de conceitos da Ergologia trouxemos para o contexto da Economia Solidária as implicações normativas e as ressignificações que nos possibilitou analisar as práticas observadas no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários fazendo circular saberes.

É importante salientar que entendemos o saber enquanto algo histórico, já que sua produção vincula-se sempre enquanto possibilidade de criação. A partir das demandas que acompanham o movimento do vivo e do pulsar, negamos um pressuposto de neutralidade e passividade nas análises efetuadas no trabalho.

Compreendemos o trabalhador como alguém atravessado pelos valores, códigos de conduta, mecanismos de controle, e inserido num contexto que produzem marcas em seu corpo na própria encarnação da vida através do uso que ele faz de si e dos outros; na realização das suas atividades. Cada época põe para funcionar

novas exigências e expectativas a partir da produção da realidade, através das escolhas convertidas em normas sociais.

De qualquer forma, o trabalhador se apropria de uma maneira singular[1] ao que lhe é proposto, fazendo escolhas a partir de valores e saberes colocados historicamente e inventando alternativas no movimento de gerir variabilidades a todo instante.

Seguindo as regras do jogo de reprodução dos modelos, das concepções e das prescrições para a lógica predominante que organiza a sociedade capitalista contemporânea, tornou-se comum pensar o trabalho como uma atividade assalariada voltada à produção de excedentes para comercialização.

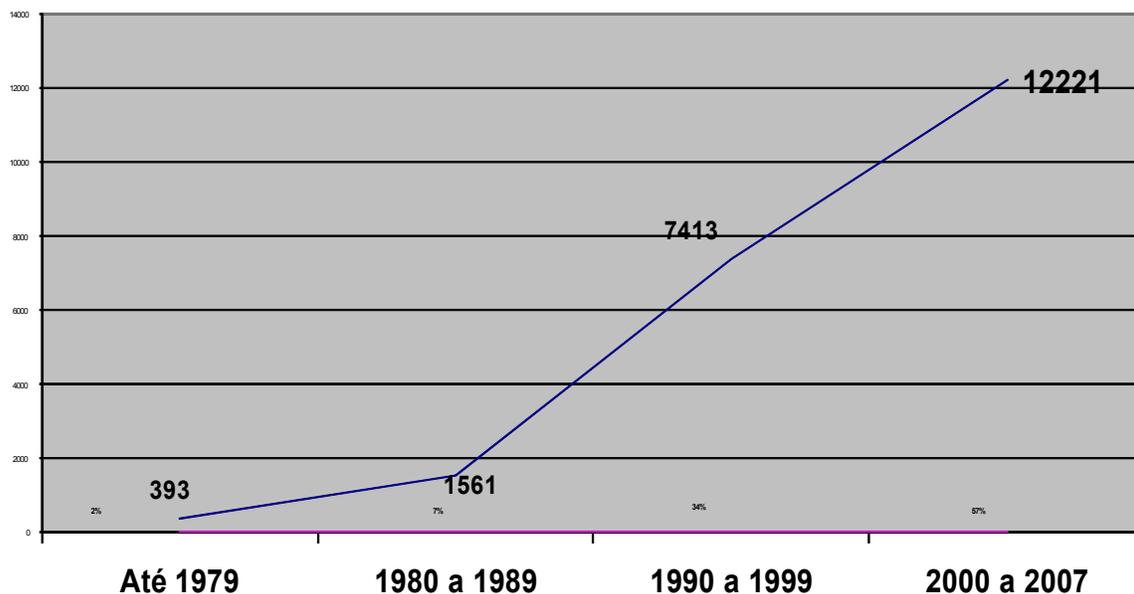
Compreender o trabalho no contexto da Economia Solidária, permite-nos problematizar esta questão tendo por base os valores que permeiam suas práticas. São outras possibilidades, no pulsar da vida, que se colocam às vezes como linhas de fuga, ou como captura frente ao sistema vigente.

Diante do exposto, espera-se que o decorrer da pesquisa possa contribuir para o estudo do trabalho, entendido do ponto de vista da atividade, através da experiência econômica solidária junto à cooperativa que realizamos nosso estudo.

No Brasil, os empreendimentos vinculados à Economia Solidária nasceram pautados em outras possibilidades de relação com o trabalho. Configurando-se num desvio para se pensar a economia dentro da própria dinâmica do capitalismo, pois a Economia Solidária encontra-se inserida neste sistema econômico; ao mesmo tempo em que se propõem questionar os pressupostos e práticas dominantes.

A título de ilustração, apresentamos em gráfico os dados registrados no Sistema de Informações de Economia Solidária como modo de visualizar essa crescente expansão no cenário brasileiro.

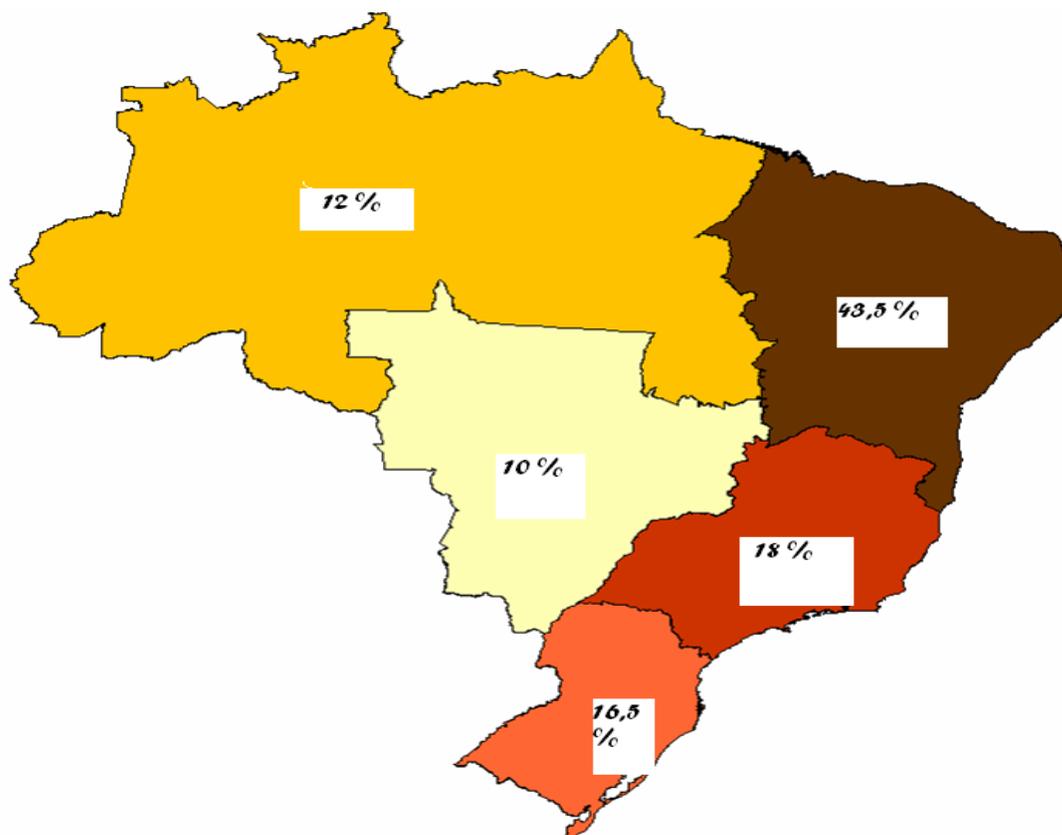
Quadro 01: Recente Expansão da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Base de dados do SIES referente ao ano de 2008. Disponível em: www.sies.mte.gov.br.

Sabemos que este número chegou a 21.859 empreendimentos econômicos solidários no Brasil segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária e dividida percentualmente pelas regiões, conforme apresentamos abaixo (SIES, 2008).

Quadro 02: Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil



Fonte: Base de dados do SIES referente ao ano de 2008. Disponível em: www.sies.mte.gov.br.

Percebemos cada vez mais o crescimento e a evidente expansão das iniciativas econômicas solidárias de geração de trabalho e renda. Diante deste quadro, nos interessa questionar se tais iniciativas efetivamente encontram-se embasadas nos princípios econômicos solidários ou pretensamente estão neles. Cabe, neste contexto, uma reflexão sobre o que se entende por trabalho e como se realiza sua gestão num movimento de (des)cristalização das formas dadas. Uma vez que se considera o próprio trabalho como importante para constituição de quem o realiza e para a sociedade em suas diferentes dimensões.

Deste modo, mesmo com o crescente número de empreendimentos vinculados a Economia Solidária e, embora reconheçamos a sua contribuição; não podemos desconsiderar que no atual estágio do capitalismo, a esfera econômica é automatizada em detrimento de outras dimensões da vida por meio do princípio econômico do mercado auto-regulado, sem esquecermos que, quando necessário o mercado apela para a intervenção Estatal. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

São realidades novas, dentro de conjunturas compostas por ambiguidades e contradições que habita espaços ocupados pela lógica e valores mercantis; extrapolando a dimensão econômica e invadindo outras dimensões da vida humana.

A sociedade capitalista globalizada em moldes neoliberais encontra-se tão disseminada em diversas esferas da nossa vida, na atualidade, que até parece que sempre existiu. O valor de troca nesta perspectiva tornar-se uma meta suprema buscada a todo e qualquer custo diante da afirmação da economia de mercado, e refletida nas novas configurações institucionais daí derivadas.

Neste entender, pode-se observar exigências que se encontram presentes nas diversas práticas, nos atravessando de forma geral, em nosso cotidiano, dentre as quais estão a polivalência, a flexibilidade, a mobilidade social e a elasticidade insurgindo na potência produtiva da trama institucional que implicam em modos de vida.

Segundo Singer (2002), o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que passamos a compreendê-lo como se fosse algo natural e supremo em nossas relações. Decorrentes deste processo de institucionalização e partindo da mesma lógica, se estabelece a competição neoliberal de auto-regulação como modo de relação identificada entre o atual estágio do capitalismo e a naturalização da economia.

Dado esse pressuposto, significa que a economia reduzida a sua forma mercantil, na qual o mercado aparece como princípio regulador e seletivo; deve ser altamente competitiva em todos os sentidos: cada vaga na universidade disputada por diversos alunos na graduação e pós-graduação, no mercado de trabalho por vários trabalhadores e assim por diante, produzindo uma polarização cada vez maior entre ganhadores e perdedores e muitas vezes, uma auto-culpabilização pelas falhas no processo de inserção produtiva e mercadológica.

Gadotti (2009) ressalta a diferença entre mercado capitalista marcado pela competição insolidária e destrutiva e mercado solidário e construtivo, uma vez que a existência do mercado é anterior ao próprio capitalismo. Logo, ressaltamos que o mercado em si mesmo, não é algo bom ou ruim.

Na sociedade de mercado capitalista, seus valores regulam o modo de produção, tornando o mercado o valor máximo ao substituir a sociedade de pessoas pela sociedade de mercado. No mercado solidário, as trocas são encontros de pessoas e não só de mercadorias, baseiam-se nos benefícios das partes que interagem ao propor a transparência das margens de custos e a liberdade de negociação (ARRUDA, 2005).

Sobre o sistema capitalista, Soares (2000) afirma que a mercantilização, enquanto conjunto de práticas econômicas; já atingiu sua plenitude, na qual todos necessitam produzir e comercializar. Menciona-se também uma mudança significativa das relações sociais na qual a igualação dos produtores às coisas trocadas consistiria, portanto, na expressão dos bens materiais.

No mercado capitalista, muitas vezes fica-se evidenciado uma pseudo solidez na qual ficamos aprisionados em suas formas prevalentes de compra e venda que iguala o trabalho humano a simples objetos; a serviço dos interesses do capital. Busca-se como finalidade última, a concentração da riqueza e renda, em prol de seus próprios objetivos numa pretensa garantia de segurança, numa sociedade movida a consumo.

Falamos em pseudo solidez, porque assim como o sociólogo polonês Baumam; acreditamos estarmos vivendo em tempos de liquidez[2] compulsiva, fluidez, volatilidade ou ambiente de incerteza experimentado nas relações e que se inclina no enfraquecimento do mecanismo de poder de proteção do Estado.

Nessa lógica, o eixo da atividade econômica e comercial está voltada para o mecanismo da rotatividade das mercadorias, enquanto supostas garantias de

estabilidade. Mediante essa determinação são estabelecidas relações descartáveis na contemporaneidade, impondo desafios que ultrapassam o aspecto econômico ao infiltrar-se na vida como um todo.

São ressonâncias numa sociedade que se liquefaz na transformação do cidadão, outrora sujeito de direitos; transformado hoje na figura do indivíduo que busca incessantemente seu espaço social num cotidiano de disputas e competições, e nas quais situações de iminente insucesso são atribuídas exclusivamente ao plano individual.

Com efeito, percebem-se mudanças rápidas e profundas na economia e nos processos produtivos do mundo moderno, através de estratégias, procedimentos e técnicas, provocando uma significativa reestruturação da organização do trabalho nas quais as relações e exigências com as formas de regulação econômica devem ser consideradas, uma vez que as fronteiras estão intercambiáveis.

A racionalidade capitalista busca retirar do trabalhador sua autonomia e gerência do trabalho. Nesse âmbito, o produto do trabalho não somente se destinaria à troca, mas também se realizaria com ela. Com seu desenvolvimento observa-se a acumulação do capital pela constante renovação da tecnologia, na produção e gestão das ferramentas e na exploração do trabalhador e do mercado consumidor configurando arranjos produtivos atuais. (SOARES, 2000).

Lima (2001) assinala, que o fim do século XX foi marcado por mudanças e inovações tecnológicas e organizacionais direcionadas à produção

e à transformação significativa do capitalismo. Tais mudanças repercutem nos processos e organização do trabalho e produzem nova modulação da própria economia. Por economia, entende-se aqui, conforme afirma Gadotti (2009), o modo produzido pela sociedade ao que é necessário para sua reprodução e sustento.

Diante de um olhar diferenciado sobre a economia, pode-se compreender variadas formas de relações de troca, que questionam a redução de toda forma de economia à economia de mercado. Entende-se a desconstrução do conceito de economia propagado na sociedade capitalista, como necessário ao entendimento da Economia Solidária. Uma vez que não existe absolutamente nada de natural na suposta ênfase humana na relação de troca mercantil (FRANÇA FILHO, 2008).

Salientamos aqui, que as formas de fazer economia variaram historicamente, conforme França Filho (2008), numa dinâmica que contrapõe a idéia reducionista e determinista de economia como sinônimo unicamente de economia de mercado. Neste entender, considera-se seu caráter plural identificados em quatro grandes princípios: o mercado auto regulado, a redistribuição, a domesticidade e a reciprocidade.

Estes por sua vez resumem-se a três formas de economia e rearranjam-se na modernidade. Logo, economia entendida como toda forma de produzir e distribuir riquezas; envolve a economia mercantil, a economia não mercantil e a economia não monetária (FRANÇA FILHO, 2008).

A economia mercantil está relacionada ao princípio de mercado, ou seja, a ação de produzir e distribuir bens e serviços são domínios do próprio mercado, e em

nome desse ideal o sistema econômico se organiza. Na economia não mercantil, fundada no princípio de redistribuição, ocorre uma verticalização da relação de troca, na figura de uma instância superior, representada pelo Estado com a função de apropriação dos recursos e redistribuição dos mesmos à população na forma dos serviços públicos e supõe uma divisão do trabalho entre os representantes dessa instância e os demais membros do grupo. (FRANÇA FILHO e LAVILLE 2004);

E, na economia não monetária, fundada na solidariedade; encontra-se uma relação em que prevalece os princípios da domesticidade e da reciprocidade que consistem respectivamente na produção voltada ao seu grupo e na relação estabelecida entre as pessoas, na qual objetos não são separados de seus doadores, visando o fortalecimento dos laços sociais na circulação horizontal dos bens. (FRANÇA FILHO, 2008).

França Filho (2008), ressalta ainda que é a irredutibilidade do econômico ao mercantil que possibilita a apreensão de grande parte da vida econômica regida principalmente pela solidariedade. Uma vez que, a redução de sua compreensão a esta perspectiva mercantilista, implica considerar o ser humano, como um ser que age buscando a todo o momento a satisfação de suas necessidades materiais, implica ainda ignorar sua diversidade, complexidade e história de vida.

A Economia Solidária seria uma delas, ao considerar aspectos significativos que não se restringem à produção e comercialização dos produtos, enquanto meio de organização econômica e social. Desse modo a Economia Solidária é entendida como uma tentativa de articulação entre economia mercantil, não mercantil e não

monetária, ao invés da produção de uma nova economia que provocaria uma substituição. (FRANÇA FILHO, 2008).

Na perspectiva da Economia Solidária ocorre uma ampliação sobre a produção e distribuição de riqueza na (des)construção social do conceito de economia equivalente a mercado auto-regulado e considera-se outras dimensões da vida regidas pela solidariedade, que muitas vezes é desconsiderada na economia convencional. Assume-se o debate sobre o trabalho na sociedade moderna, através do questionamento de um crescimento que não se preocupa com o benefício da humanidade como um todo. Destacando-se a importância do debate dos valores na vida humana. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Segundo Arruda (2005), busca-se na Economia Solidária, a construção de um modelo econômico baseado na relação entre iguais, através da eliminação das desigualdades provenientes do capitalismo e da exploração do trabalho fundadas em relações de propriedade. Assim; na Economia Solidária, busca-se a desconstrução da figura do trabalhador como aquele que se encontra reduzido à mercadoria.

Para a sociedade capitalista o fato de ser trabalhador de um empreendimento autogestionável, é andar por outra via, é participar de uma economia considerada marginal e vulnerável do ponto de vista dos valores dominantes, e da inserção no mercado. O que se propõe no movimento econômico solidário, objetiva reverter e superar a economia capitalista individualista e competitiva, que determina a vida dos trabalhadores. Trata-se de um exercício de poder compartilhado, de relações sociais e de cooperação entre os próprios trabalhadores, privilegiando o trabalho

em detrimento do capital e vivenciando outra forma de organização do trabalho e de sociedade. BARFKNECHT, MERLO, e NARDI (2006).

Promove-se o trabalho no sentido de inventividade num processo dialético. Significa, portanto, a transformação da natureza em mundo humano no movimento de sua construção, ao mesmo tempo em que se constrói a si mesmo. Neste entender, o trabalho encontra-se emancipado da sua prisão mercantil própria do sistema mercantilista (ARRUDA, 2005).

Araújo (2008), de modo diferente, mas sem realizar uma completa oposição entre economia mercantil e economia solidária, reconhece que características atribuídas aos empreendimentos econômicos solidários poderiam ser encontradas empiricamente no interior da racionalidade sistêmica do capital e com ela interagirem.

A Economia Solidária, para Gaiger (2006), também possibilitaria uma nova forma social de produção, mas que conviveria com a produção capitalista, buscando compreender os condicionantes e as possibilidades emergentes dentro da própria dinâmica de desenvolvimento do empreendimento solidário de acesso à renda e reinserção produtiva.

Já para Lechat e Barcelos (2008), as relações propostas nos empreendimentos solidários se apresentariam como ensaio de um novo projeto de sociedade, ou seja, como antagônicas ao próprio sistema capitalista. Assim, também pensa Singer (2002), ao propor um outro projeto político com o objetivo de superação ao

capitalismo e sugere a transição para a sociedade socialista, que outorga as iniciativas da Economia Solidária.

De modo semelhante, Dal Magro e Coutinho (2008), compreendem a proposta idealizada no movimento da Economia Solidária construída em oposição ao individualismo competitivo da sociedade capitalista e ressaltam o processo emancipatório proporcionado para além da esfera econômica dominante de produção, distribuição e consumo, voltado à constituição de sentidos e possibilitando a reorganização das atividades humanas propostas por tais práticas que consideram alternativas ao buscarem romper com a lógica reprodutiva de exploração capitalista.

A Economia Solidária na concepção de Gadotti (2009), implicaria em um processo de aprendizado contínuo na dinamicidade desses trabalhadores que envolveria ajuda mútua, solidariedade e igualdade de direitos, no que se refere ao empreendimento, bem como possibilitaria a melhoria da qualidade de seus produtos, da condição de trabalho, preservação e recuperação dos recursos naturais.

Paiva (2008), por sua vez, afirma que do ponto de vista teórico não há consenso sobre o significado da Economia Solidária, haja vista que abriga uma pluralidade de práticas que se movimentam na produção de alternativas dando visibilidade a essa forma de luta.

E de acordo com Nunes (2007), o movimento da Economia Solidária organiza a produção da sociedade de forma que o consumo assuma o sentido de fortalecer a existência, e não seja a causa principal de todas as coisas, numa convivência respeitosa ao meio em que se vive. Assim a Economia Solidária não se restringe à organização da produção.

Na Economia Solidária, seus fundamentos teóricos, ao contrário do apregoado pelo capitalismo, produtor de individualismo, desigualdades entre quem trabalha e quem detêm os meios de produção; centra-se na inclusão de todos os trabalhadores no processo produtivo e de consumo. Suas práticas concebem a cidadania no e pelo trabalho, através da solidariedade e da propriedade coletiva dos meios de produção. E não naquela cidadania segundo Gohn (1995), criada através do mercado consumidor, na qual o cidadão transforma-se em cliente, detentor de bens.

Tais aspectos empenhados na Economia Solidária diferem da Economia Capitalista fundamentada nos princípios de competitividade e lucro nos marcos de seu mercado, com finalidade de aumentar o capital investido cada vez mais. (PAIVA, 2008). Sob a ótica da Economia Solidária admite-se um conjunto de valores que, decorrentes desta lógica e disseminados nas práticas coletivas de produção, comercialização e serviços com graus diferenciados que envolvem autogestão, solidariedade, participação coletiva em todas as etapas produtivas, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção de desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação de ecossistemas considerados pontos de convergência nos diferentes autores.

Os valores tecidos na Economia Solidária

“Que possibilidades restam, na conjunção de plugagem global e exclusão maciça de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados ou mediados pelo capital? De que recursos dispõem uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular?”. (PAL PELBERT, 2009, p.139)

A breve citação acima, produz um questionamento acerca da viabilização de alternativas que nos instigou a refletir sobre os valores apregoados na Economia Solidária, como reposicionamento dos trabalhadores, diante das normatizações que configuram sua realidade de trabalho.

Consideramos a Economia Solidária, como uma forma organizativa dos diversos espaços da vida seguindo uma lógica diferente da vigente. Partindo de princípios de cooperação, democracia, relação responsável com o meio ambiente, distribuição justa dos resultados, estreita relação entre empreendimento e comunidade, engajamento em rede, entre outros, compõem como peças de um quebra-cabeça; um conjunto que dão vida à Economia Solidária. Nesse sentido, destaca-se a confluência entre economia e solidariedade na potência do humano.

Gadotti (2006) explica que a Economia Solidária significa mais que um modelo de produção. Ela implica um modo de vida, pois possibilita um outro olhar, a partir desta dinâmica valorativa que lhe constitui.

Araújo (2008), acredita que a transformação no sistema dos modelos culturais e dos valores, não é resultado simples de combinação lógica, ou simplesmente troca de velhas e novas fórmulas de comportamento econômico, mas, consequência e condição das transformações econômicas realizadas pela mediação da experiência e da prática de indivíduos situados diferentemente em relação ao sistema cultural e econômico. Nas experiências de Economia Solidária seriam definidos os limites de pertencimento, aprimoradas ações cooperativas e explicitados valores solidários já existentes.

Podemos afirmar que se manifesta nova relação no movimento da Economia Solidária ao associar as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais, ecológicas, geração do trabalho e renda com a perspectiva na construção de um ambiente socialmente justo e sustentável por meio dos valores tecidos na cooperação entre os trabalhadores.

Logo, o proposto no movimento da Economia Solidária, devido às suas especificidades valorativas, abrangeria uma maneira diferente de organizar o trabalho, a serviço do ser humano e constituindo uma maneira de produção organizada na propriedade coletiva e estimulando relacionamentos que superem a predominância econômica através de uma relação produtora de reflexão sobre nosso comportamento frente à sociedade que construímos, para além da opção de emprego e renda; com valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular.

De fato, França Filho e Laville (2004), salientam a forma de ação política nos empreendimentos econômicos solidários ao suporem transformações no cotidiano

através dos valores associados ao trabalho, na prática autogestionária enquanto espaço de construção coletiva, democrática e participativa.

A autogestão, conforme Lechat e Barcelos (2008), parte do pressuposto filosófico e político de que, os homens são capazes de se organizarem sem a presença de dirigentes para direcionar suas práticas. Ao alocar a autogestão como princípio básico para o funcionamento de empreendimentos econômicos solidários, Gadotti (2009), afirma que os trabalhadores participam de todas as decisões no que tange aos aspectos organizacionais, produtivos, informativos e formativos, independentemente da função que ocupam.

E Coutinho, Picinin, Luckmann (2005), afirmam que a história da autogestão é marcada por experiências de lutas operárias, encontradas na base do movimento anarquista e libertário. A autogestão, entendida enquanto forma de governo, ressurge a cada crise do sistema político-econômico; ou dito de outra forma, ressurge quando uma estrutura está sendo questionada, direcionando para a proposta dos anarquistas. Visa o pleno domínio do processo e das condições de trabalho, por meio da propriedade coletiva de meios de produção e processos coletivos de tomada de decisão, fundamentados na solidariedade.

Verifica-se assim que relações de trabalho autogestionárias abrangem iniciativas solidárias. Assim também é pertinente o ponto de vista de Westphal (2008), ao ressaltar que a solidariedade na Economia Solidária aproxima-se tanto aos ideais do solidarismo francês como aos da fraternidade cristã. Nos dois casos destacam-se a consideração e o auxílio aos integrantes do grupo social, através de manifestações de espaço que privilegiem a convivência humana.

Diante do apresentado, pode-se dizer nestas linhas iniciais traçadas por nós, que a realização do trabalho em questão encontra-se fundamentado no princípio de cooperação em consonância a uma nova racionalidade da troca solidária.

Conforme Abdalla (2002), busca-se a cooperação para a emancipação dos sujeitos; não para sua submissão aos interesses econômicos das grandes corporações ou do mercado financeiro e esta apresenta-se como um grande desafio. Pois, trabalhar nessa perspectiva implica (des)construir relações institucionais, educativas, sociais e econômicas dentro de uma lógica diferente das relações instituídas ao longo da sociedade capitalista.

Nesse mesmo sentido, Gadotti (2009), nos diz que o sistema de gestão na economia solidária é uma característica marcante e que a difere do apregoado pelo capitalismo. Enquanto no primeiro caso, a gestão encontra-se diretamente associada à melhoria da qualidade de vida dos seus associados e ao empreendimento enquanto princípios ético-políticos; no segundo objetiva-se o acúmulo ao capital e ao lucro.

A Economia Solidária nega a concentração de lucros, o que implica no entendimento que não há um determinado grupo de pessoas que viva de rendimentos do capital e outro grupo que seja subalterno. No capitalismo, os trabalhadores dependem dos capitalistas ou do Estado para vender sua força de trabalho, configurando relações, muitas vezes autoritárias e antagônicas (SINGER, 2005).

Nesta direção, Gaiger (2006), afirma que a Economia Solidária, difere da prática hegemônica do capital, uma vez que a racionalidade que permeia suas trocas solidárias não significa de forma alguma um retrocesso, a menos que se entenda o esvaziamento dos vínculos sociais como uma premissa inexorável da evolução humana.

Na Economia Solidária são estabelecidas trocas solidárias através da transformação de que todos ganham, pois se considera uma diversidade de modos ao incorporar a troca de um produto por outro, ou através de moeda social criada pela comunidade. Embora os seus formatos não constituam práticas homogêneas em si mesmas e sejam variáveis e sujeitos à reversão, no decorrer do tempo as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos um aspecto singular, já ao modificarem no princípio e na finalidade da extração do trabalho excedente, no desvio ao modelo de trabalho capitalista taylorista. (GAIGER, 2006); (CASTANHEIRA e PEREIRA, 2008); (ARRUDA, 2005).

Mance (1999), afirma que as redes solidárias, buscam a promoção da liberdade e criação, em proveito do bem-viver coletivo, assim a livre iniciativa solidária permite a qualquer pessoa propor a produção de qualquer tipo de bem ou a realização de qualquer serviço, que, inclusive, ela própria possa vir a produzir ou prestar. Com efeito, diferente do crescimento por cadenciamento, isto é, por multiplicação que visa atender demandas por insumos ou serviços nas cadeias produtivas, o crescimento da rede, baseado na livre iniciativa solidária atualiza o princípio da diversidade ampliando as liberdades públicas e privadas de todos participantes.

Para os empreendimentos da Economia Solidária no contexto do Brasil, Lechat e Barcelos (2008), afirmam que o conceito da autogestão é, sem dúvida, um dos

mais complexos e desafiadores, uma vez que ele é o divisor de águas com o cooperativismo empresarial e com outras propostas que desejam reduzir a Economia Solidária a um mero instrumento de geração de renda e trabalho vinculado somente ao desenvolvimento econômico. Pois diversos projetos são solidários, cooperativos, mas não chegam a ser efetivamente autogestionários.

Quando se considera a Economia Solidária e sua prática autogestionária do trabalho, portanto, implica pensar a articulação de ações e a motivação que a sustentam. Pois nesse caso, o controle, o poder de decisão e a gestão do empreendimento encontram-se nas mãos dos trabalhadores que se encontram associados. Neste sentido, no desenrolar do fio condutor; Lechat e Barcelos (2008), formulam a autogestão como uma gestão direta e democrática dos trabalhadores, nas funções de planificação, direção e execução, ao contrário do exercido no capitalismo de forma geral.

Segundo Singer (2002), a empresa solidária é administrada democraticamente. Quando é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias; quando é grande assembléias gerais são mais raras de acontecer, pois é mais difícil organizar discussão com grupos maiores de pessoas, o que ocorre na maior parte das vezes é a eleição de delegados por departamentos/seção pelos sócios que se reúnem para deliberar em nome de todos.

Em meio a essa situação é possível afirmar segundo Icaza (2004), que tais empreendimentos possibilitam o processo de inserção social e desenvolvimento local por meio da participação e articulação das experiências do grupo, produzindo um espaço de cidadania atravessados pelo contexto comunitário no qual atuam.

Nos meandros do pensamento da Economia Solidária, buscam-se uma descentralização das moedas circulantes e o estímulo as práticas de comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias. Sob esse enfoque, entre outras transformações representativas, buscam-se valores relevantes à vida comunitária onde estão situados. Neste modo operante de funcionamento são estabelecidas trocas solidárias através de diferentes maneiras ao incorporar a troca de um produto por outro, ou através de moeda social criada pela própria comunidade.

Nessa direção Singer (2002), afirma que no empreendimento, a solidariedade estabelece-se entre seus membros por meio da prática da autogestão e do companheirismo e constitui o aspecto ético do desenvolvimento com base na igualdade e direito à vida digna.

As relações sociais produzidas nos empreendimentos são expressas em diferentes dimensões: insere-se nas relações estabelecidas junto à comunidade local; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores. Exige a afirmação do compromisso com uma sociedade não excludente que busca a qualidade de vida e promova o desenvolvimento de redes sociais voltadas à promoção de desenvolvimento humano (SINGER, 2002).

A discussão sobre a temática Economia Solidária, enquanto conjunto de valores, envolve a qualidade de vida dos sujeitos, na utilização do modo sustentável dos recursos naturais ao preconizar o comércio justo e o consumo

consciente como desvios e dobras de modos de vida e possibilita repensar hábitos muitas vezes arraigados e naturalizados.

Neste ponto; pressupõe a superação da visão utilitarista do meio ambiente, reconhecendo os laços de solidariedade entre as diferentes formas de vida e da percepção do ser humano como parte da natureza, constituindo um conceito sistêmico, segundo Capra (1996), que relaciona a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana.

A sustentabilidade, para Gadotti (2009), está associada à economia solidária porque se entende que sustentabilidade implica em respeito à vida e cuidado com o planeta opondo-se dessa forma, a todo modo de egoísmo, injustiça e exploração econômica. E a Economia Solidária não se restringe a um produto, ela é um conceito que implica em respeito ao meio ambiente e vai além dos empreendimentos econômicos.

Para Kraychete (2007), a sustentabilidade dos empreendimentos solidários, não se restringe ao econômico, nem se equaciona em curto prazo, mas pressupõe ações políticas envolvidas no processo de transformação social. Assim entende a sustentabilidade e a equidade privilegiando a comunidade local no processo de construção.

De acordo com Fórum Social Mundial (2002), na dinâmica articuladora entre produção, comercialização e finanças nos níveis local e global, a Economia Solidária possibilita ampliar oportunidades de negócios sem distanciar a atividade

econômica de sua finalidade de resposta às necessidades básicas da sociedade e dos próprios agentes econômicos. São elos solidários da cadeia produtiva, formando redes de agentes que se apóiam e se complementam.

Os empreendimentos solidários buscam não só a eficiência econômica como forma de garantirem a sua viabilidade; também procuram à eficiência social, através das práticas consideradas economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas ao considerar, que o modo como lidamos com o mundo em nossa volta afeta o futuro do planeta.

No Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2005), destacaram-se princípios relacionados à garantia de sustentabilidade e viabilidade econômica dos empreendimentos. São eles: as finanças solidárias, as cadeias produtivas solidárias e a construção de políticas públicas relacionadas à Economia Solidária.

Quanto ao primeiro princípio, Senna (2008) afirma que as finanças solidárias objetivam o acesso das políticas autogestionárias aos empreendimentos seja por meio de bancos cooperativos, bancos éticos, cooperativas de crédito, instituições de microcréditos solidários ou empreendimentos mutuários que estimulem o comércio justo e solidário e fomentem moedas controladas e decididas pela própria comunidade.

O segundo princípio, afirma que as cadeias produtivas solidárias, têm como fim, interligar a produção ao consumo, à comercialização e às finanças; visando

fortalecer e garantir a sustentabilidade do empreendimento através de um desenvolvimento integrado dos grupos que compõem a rede.

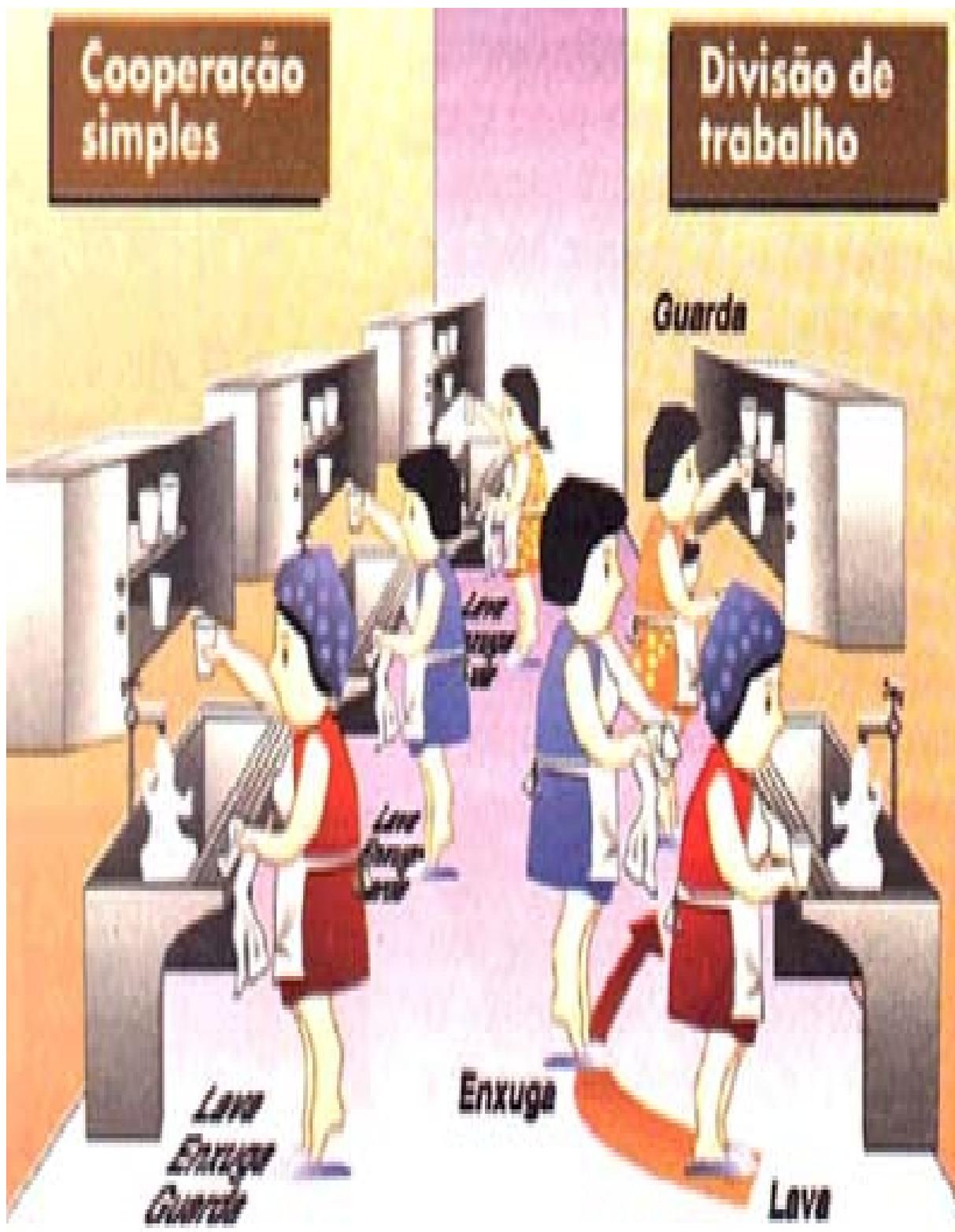
Há ainda o terceiro princípio que remete a construção da política da Economia Solidária no Estado Democrático, com vistas ao desenvolvimento sustentável através de ações que considerem a justiça social, econômica, cultural e ambiental na gestão democrática, ou dito de outra forma, há participação efetiva na tomada das decisões.

Constituem propostas que pretendem afirmar apostas de vidas mais potentes, produção compartilhada e que ultrapassam em muito, os valores apregoados no sistema econômico vigente com concentração de riqueza e renda, buscando ecoar cada vez em territórios mais longínquos com suas práticas transformadoras na atualidade. Por essa sistematização, observa-se, que os valores aos quais emergem as práticas de relações econômicas e sociais são fundados em relações de colaboração solidária.

Deste modo, o que se encontra em jogo não são ações pontuais e localizadas, compensatórias, filantrópicas, assistencialistas, clientelistas, caritativas, ou de empresas denominadas socialmente responsáveis, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, como já frisado, imponham direitos sociais como princípios reguladores da própria economia ao longo da história do movimento da Economia Solidária e proporcionem espaços de articulação indissociáveis da troca de experiências em curso pelas suas ações. (KRAYCHETE, 2007).

Na busca pela integração de saberes e valores na efetização de suas ações, a Economia Solidária constitui processos contextualizados e autogeridos na dimensão da experiência laboral. Sem esquecermos, contudo, que tais modos de funcionamentos não se deram ao acaso, do nada. A seguir, colocamos em debate, composições que esboçaram e manejaram propostas tendo como efeito as transformações que antepuseram historicamente elementos e acabaram por produzir tal percurso.

Figura 03: Tudo tem uma história!



Fonte: Google Imagens.

CAPÍTULO 02: ALINHAVANDO ELEMENTOS HISTÓRICOS: COMPONDO A URDIDURA.

“O caminho histórico que a Economia Solidária percorreu nos alerta de que abraçá-la exige um compromisso político que tem desdobramentos práticos em nossas ações cotidianas.” (NETO SEGUNDO, 2006, p. 15).

Articulando-se à proposta econômica solidária cabe assim uma rápida exposição sobre o patrimônio histórico no processo de aparecimento de idéias, contribuições e experiências de diversos atores nas quais acreditamos que criaram novas possibilidades e favoreceram o que consideramos hoje por Economia Solidária.

Ao considerarmos a história como movimento processual e dialético não se pode afirmar o surgimento de um evento com início exatamente datado, pois o mesmo envolve processos ressignificados aliados a eventos produzidos e inseridos em determinado contexto sócio-histórico-político-cultural configurando um conjunto de contribuições/participações, envoltos no espaço-tempo de estranhamentos e encontros.

Com a Economia Solidária não aconteceu de forma diferente. Deste modo; apresentamos algumas possibilidades de articulações que se encaminham para a configuração de seu percurso histórico, impondo ao campo novos saberes ao longo da trajetória, abrangendo contribuições do Socialismo Utópico no cenário Europeu; passando pela formação das cooperativas de consumo e produção, crédito, compras e vendas.

E seguindo sobre o contexto brasileiro ao abordar a participação de entidades religiosas e não governamentais e também a sua institucionalização em política pública de governo como perspectiva conforme veremos a seguir por meio das iniciativas da sociedade civil organizada e do poder público.

Sem a menor pretensão de se realizar uma análise exaustiva, nem transmitir verdades apriorísticas ou finalistas acerca da mesma, mas construindo uma possibilidade para se compreender o que hoje entendemos por Economia Solidária através das diversas contribuições efetivadas ao longo do tempo.

A contribuição do socialismo utópico: em busca da sociedade ideal.

Afirmamos de modo geral, que o princípio da autogestão não constitui idéia totalmente nova e encontra-se atravessado por vários processos na sua constituição. Neste sentido, em torno desse cenário, reconhece-se no desenvolvimento de vertentes fundamentadas a possibilidade de uma organização nas quais classes sociais vivessem em harmonia e estivessem acima da busca incessante e exploratória do lucro.

Arroyo e Schuch (2006), destacam indícios desse pensamento no início do século XIX na França e Inglaterra através de pensadores que objetivavam refletir sobre o desenvolvimento da sociedade capitalista e propuseram a construção do que acreditavam ser a sociedade ideal.

Denominados socialistas utópicos Marx, tais pensadores foram pioneiros nas teorias socialistas e construíram modelos sob ângulos de sociedade solidárias, sem apresentar uma formulação objetiva de como transformar seus pensamentos em realidade. Seus principais representantes são os franceses Claude Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e o britânico Robert Owen, conforme resumidos a seguir (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Como observam Arroyo e Schuch (2006), Claude Saint-Simon, defendia a manutenção dos privilégios e lucro dos industriais, mas acreditava que os mesmos deveriam assumir os impactos sociais decorrentes. Pois assim, o industrialo manteria o equilíbrio dos interesses sociais por meio do cumprimento da responsabilidade social. Defendia também a presença do Estado industrializado responsável por distribuir a riqueza e a união das classes trabalhadoras em associações.

Charles Fourier, por sua vez, acreditava numa sociedade fundamentada em ações cooperativas. E defendia a constituição de fazendas coletivas agroindustriais, denominadas Falanstérios, onde todos os trabalhadores desempenhariam papéis importantes para a manutenção do bem-estar da comunidade. E Pierre-Joseph Proudhon propôs uma sociedade organizada na troca de serviços e realizou críticas a propriedade privada (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Quanto a Robert Owen, conforme Singer (2002), reduziu a jornada de trabalho de seus operários e proibiu condições de trabalho insalubres e o emprego de mão-de-obra infantil. Defendeu ainda; a melhoria de condições de moradia e educação. E apresentou um plano para construção de Colônias Cooperativas, na qual os

próprios moradores produzissem a subsistência e os excedentes da produção pudessem ser trocados entre essas aldeias, produzindo uma reinserção à produção.

Em síntese, o caminho aberto por tais movimentações tecidas contribuiu para o fortalecimento do pensamento econômico solidário e impulsionou a reflexão dessa problemática através da disseminação de cooperativas dos trabalhadores visando minimizar efeitos gerados ao longo do sistema capitalista de produção. (SINGER, 2002).

A contribuição do cooperativismo: algumas experiências.

Ainda no período histórico do século XIX, destacamos a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. No começo foi uma cooperativa de consumo constituída pelos operários da indústria têxtil, muitos deles Owenistas, com o objetivo de formar uma colônia e apoiar outras com o mesmo propósito, com comercialização do excedente.

Contudo, a idéia original não deu muito certo, mas, enquanto cooperativa, se expandiu e com a abertura de um moinho, de uma tecelagem e fiação, passou a funcionar também como uma cooperativa de produção. Eram co-gestionárias entre seus acionistas, provedores de capital e trabalhadores. Ressaltamos aqui, que os acionistas eram trabalhadores que participavam também da eleição da diretoria e da participação referente aos lucros.

Segundo Singer (2002), tal experiência consistiu no marco inicial das cooperativas em 1844 e conforme Arroyo e Schuch (2006), se estabeleceu uma carta de princípios, que inspira o cooperativismo mundial até os dias de hoje. São eles: para as decisões a serem tomadas cada membro teria um voto; princípio da porta aberta, ou seja, o número de membros da cooperativa encontrava - se em aberto; sobre o capital emprestado estaria uma taxa de juros fixa; as vendas seriam sempre à vista; os produtos comercializados seriam sempre, puros ou, melhor dizendo, não adulterados; a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; e manteria sempre a posição de neutralidade no que diz respeito a questões políticas e religiosas. (SINGER, 2002).

Singer (2002), afirma ainda que a expansão do cooperativismo de consumo produziu o cooperativismo de crédito, que consistia no oferecimento de empréstimos feitos pela cooperativa e destinados a financiar o investimento produtivo. Destaca-se então, a Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzch, situada na Alemanha, que funcionava para atender artesãos e pequenos comerciantes urbanos. Nesta cooperativa cada membro devia efetuar o pagamento de uma taxa referente à sua entrada e uma cota em prestações. Essas experiências ficaram conhecidas como, Banco do Povo, e eram iniciativas autogestórias, ou seja, funcionavam em assembleias de sócios, que votavam independente do número de cotas de capital.

Outro modelo de cooperativa era a de compras e vendas que, segundo Singer (2002), dizia respeito àquelas associações de produtores com a finalidade de fortalecimento de seus serviços e objetivo de igualar os pequenos produtores e varejistas, aos grandes. Destacam-se as cooperativas agrícolas da Dinamarca. Contudo, não podemos considerar este tipo de cooperativa como uma produção alternativa ao sistema capitalista, pois se caracterizam pelo antagonismo e divisão

de classes entre os que detêm capital cooperativo e os trabalhadores que prestam serviço em troca de salários.

A cooperativa de produção, como o nome já sugere, visa a produção de bens ou serviços comercializados. É para Singer (2002), o empreendimento ideal da Economia Solidária, pois tais cooperativas divergem das empresas capitalistas devido aos seus princípios, e condenam a ditadura do capital, poder ilimitado e direito a propriedade dos meios de produção.

Quanto ao Brasil, só no início do século XX quando chegaram os imigrantes europeus, foram organizadas as primeiras cooperativas. Configuradas inicialmente em cooperativas de consumo concentradas nas cidades e de compra e venda agrícolas nos campos, com objetivo de promover o desenvolvimento de trabalho, renda e acesso dos produtos aos seus associados. Não eram experiências autogestionárias e utilizavam mão-de-obra assalariada. Com o passar do tempo, já nas décadas mais recentes as cooperativas de consumo enfraqueceram-se e perderam espaço para as grandes redes de mercado e as cooperativas agrícolas se expandiram em empreendimentos comerciais e agroindustriais. (SINGER, 2002).

Conforme observado por Dal Magro e Coutinho (2008), o crescimento da prática cooperativa do ponto de vista legal, ocorreu a partir de 1932, quando foi promulgada a Lei Básica do Cooperativismo Brasileiro. Destaca-se neste período, como pioneira na regulamentação, a Cooperativa de Trabalho, através do Decreto Legislativo 1.637, de 5 de janeiro de 1907 e, a partir de 1932, pelo Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932.

Algum tempo mais tarde, o Decreto nº 24.647, de 10 de julho de 1934, estabeleceu as normas para o Cooperativismo no Brasil, acabando com a Cooperativa de Trabalho, e mantendo cooperativas industriais, comerciais e capitalistas. Vale lembrar aqui, o aspecto representativo que os sindicatos apresentaram aos trabalhadores uma vez que se estabeleceram como defensores dos mesmos e assim como o cooperativismo brasileiro, surgiram de um mesmo movimento, no começo da industrialização. (DAL MAGRO e COUTINHO, 2008).

As cooperativas, hoje se encontram reguladas pela Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, na qual foi definida a Política Nacional de Cooperativismo e instituída o regime jurídico das Cooperativas com base na legislação vigente (BRASIL, 2011).

Entre as diversas formas de organização na Economia Solidária, destacamos as cooperativas. Melo (2007) as definem como organizações voluntárias e de adesão livre dos associados que tenham a intenção de assumir as responsabilidades na forma de cooperados, sem qualquer discriminação de raça, classe social, sexo, opção religiosa ou política.

Com isso verificou-se que os princípios do cooperativismo definidos no início do movimento em 1844, contribuíram para a formação e desenvolvimento do movimento da Economia Solidária como um todo. O importante é o uso a que se deu ao processo: foi gestado um modo de fazer no plano coletivo.

Singer (2002), nos diz que atualmente a sobrevivência dos empreendimentos voltados a Economia Solidária, requerem atuação conjunta nas representações locais, regionais, nacionais e internacionais, produzindo a troca dos produtos e serviços e também possibilitando o desenvolvimento dos empreendimentos em geral , bem como a criação de novos empreendimentos.

Verifica-se ainda, na sociedade civil, em razão das experiências de descontentamento dos sujeitos com o modo de vida propiciado pelo papel do Estado sob o sistema econômico capitalista.

Conforme Arroyo (2008), sabemos que o Estado não possui mais sua função totalizadora de outros tempos. A partir de seu desmantelamento há uma crescente participação das organizações não governamentais; através de formas de assistência proporcionadas pelos segmentos sociais como a Igreja e o apoio das Universidades, dentre outras instituições.

Resta-nos o seguinte questionamento: como tais participações, denominadas de maneira geral, Terceiro Setor colocam para funcionar modos de funcionamentos outros? Que racionalidades eles seguem?

Participação do terceiro setor junto ao movimento de Economia Solidária

Pensar a Economia Solidária no cenário brasileiro envolve pensar as condições políticas e socioeconômicas que se configuraram nas últimas décadas envolvendo embates da sociedade civil, pontos de inflexão e rupturas, diante da problemática entre outras, do desemprego estrutural. Os primeiros passos foram dados no sentido de impulsionar ações, mediante a participação da sociedade civil organizada e amplamente denominada de Terceiro Setor.

Assim Arroyo e Schuch (2006), destacam as décadas de 1970 a 1990 como importantes para o entendimento mais recente do que se entende por Economia Solidária no cenário nacional.

No Brasil, a partir de 1970, Gohn (2010), nos diz que os movimentos sociais que lutavam pela cidadania desenvolveram ações educativas no combate ao modelo neoliberal e procurando fortalecer a democracia popular na busca da garantia a todos das mediações necessárias à realização das liberdades públicas e privadas.

Como base de ações coletivas, os movimentos sociais configuravam-se como um dos sujeitos sóciopolíticos presentes no associativismo, ao mobilizarem idéias e valores e produzirem saberes e aprendizado coletivo. Assim; a década de 70 foi um cenário complexo para as ações dos movimentos sociais.

Na década seguinte, se juntarmos estes fatores conforme sinalizam Arroyo e Schuch (2006), encontramos profundas transformações nas estruturas políticas e econômicas dos países em desenvolvimento.

Num período marcado por crises e emergências, em especial a do Reformismo e do seu meta-suposto denominado pós-revolução na década de 80, a tomada de poder do Estado, deixa de ser objetivo a ser alcançado pelos movimentos sociais. Sua tomada não proporcionaria a diminuição das desigualdades, reconhecimento das diferenças visando à emancipação social (MENDONÇA e CARNEIRO, 2008).

Neste cenário, Mendonça e Carneiro (2008), afirmam que a queda do socialismo real produziu intensas mudanças. O Estado perdeu sua capacidade na promoção das interdependências não mercantis. Por isso; a oposição dos movimentos sociais não se justificava mais e o Estado de Bem-estar-social nos países centrais e do Estado Desenvolvimentista nos países periféricos; foram considerados irreformáveis ao enfraquecer-se diante das políticas neoliberais.

De acordo com Verardo (2004), e Gohn (2005), a década de 90 incluiu um processo de expansão do mercado, desenvolvimento das políticas neoliberais, diminuição da esfera social de desenvolvimento da cidadania, crise econômica, processo de desindustrialização e diminuição dos postos de trabalho, acarretando desemprego em massa e precarização das relações trabalhistas. Com aumento do número de desempregados e dos que passaram a trabalhar no setor informal, quer seja como autônomo individual ou associado, ou em trabalho familiar sem direitos assegurados legalmente.

Por fim, como alternativa aos problemas sociais, Azambuja (2009), nos diz que foram criadas estratégias comunitárias voltadas à geração de trabalho e renda configuradas em cooperativas, empresas autogeridas, sistemas de trocas não-monetárias, bancos populares, entre outras. Nestas condições temos a formulação

da noção de Economia Solidária, para compreender a lógica dessas iniciativas e do potencial para resolução dos problemas provocados pela crise do modelo de produção dominante e do Estado de Bem-Estar. Entendendo tais articulações como bases para superação do modelo social capitalista.

Na emergência dos novos movimentos sociais, Gohn (2010), afirma que foram originadas formas de organizações mais institucionalizadas, a partir da década de 90. Entre elas podemos citar de maneira nítida os Fóruns Nacionais de Economia Solidária. Provocando nova política de distribuição e gestão de recursos públicos em parceria com a sociedade civil organizada e focalizada em projetos pontualizados e não mais em áreas sociais. Assim muitos elementos dos movimentos transformaram-se em ONGs, e em entidades de fomento.

O foco dos novos movimentos sociais passa a ser a emancipação através da inclusão dos novos direitos e da promoção da cidadania. E a sociedade civil organizada é vista como locus de aparecimento da pluralidade, através de movimentos auto-organizados, favorecendo espaços públicos (MENDONÇA e CARNEIRO, 2008).

O jogo da perversidade do modelo neoliberal encontra-se, segundo Mendonça e Carneiro (2008), no que diz respeito à renovação do pluralismo, nos novos movimentos sociais; a ênfase da participação da sociedade civil em conjunto com o Estado e o mercado. Seguindo um modelo gerencial ao repassar para a sociedade a parte que lhe cabe. Deste modo, limita-se a potência do pluralismo democrático e a participação dos movimentos é concebida nesse molde como um modo de gestão e não como o direito a ter direitos.

Os espaços públicos que deveriam ser os da publicização dos conflitos tornaram-se locais da privatização do público ao proporem que o setor público não estatal substitua as funções tidas como responsabilidade do Estado. A sociedade civil, com especial destaque para as Ongs, é entendida como o espaço específico para o mercado e o Estado transferirem seus papéis de promotor social e atribuindo a sociedade civil organizada o papel de complementaridade das funções estatais. (MENDONÇA e CARNEIRO, 2008).

Andion (2005), acredita que o fortalecimento da sociedade civil constitui um fenômeno central no entendimento da produção e legitimação da Economia Solidária, atuando em setores como saúde, educação, transporte, lazer, desenvolvimento urbano, proteção do meio-ambiente, alimentação, defesa de direitos com vistas à promoção do interesse comum. As Ongs se transformam em locais de competência técnica e interlocutores da sociedade civil.

Em meio a tais discussões, para Constantino (2008), na década de 90, houve no cenário nacional um notável crescimento da Economia Solidária nos movimentos autogestionários interessados não só na geração e distribuição de renda, mas também na formação mais ampla do cidadão.

Mais do que oferecer uma alternativa de trabalho e renda, segundo formulam Silva e Oliveira (2009), outro aspecto que deve ser considerado é que se busca na Economia Solidária a construção de um modelo econômico através da eliminação das desigualdades e da exploração do trabalho fundadas em relações de propriedade; baseado na relação entre iguais com articulação de diversos saberes.

Podemos incluir ainda a esse conjunto articulado de saberes, as entidades de apoio advindas da ação universitária objetivando uma inserção da mesma nas questões democráticas e referentes ao mundo do trabalho através das Incubadoras Universitárias como descrito resumidamente a seguir.

Participação das Incubadoras Universitárias

Consistindo em mais um componente ao que tange a Economia Solidária no Brasil, temos a participação das Universidades através de projetos de incubação dos empreendimentos. Destacamos como experiências, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a Rede Unitrabalho.

Quanto à primeira temos as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). São experiências multidisciplinares oferecidas a grupos comunitários com a função de apoio técnico, logístico e jurídico prestados por alunos, professores e funcionários. Foi criada em 1995, segundo Gadotti (2009), pela Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente compõem uma rede entre várias Universidades.

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, conta hoje com mais de 40 incubadoras engajadas nas universidades do país, com objetivo de apoiar a formação e consolidação dos empreendimentos pautados na Economia Solidária. Tal rede, em seu início, contava com a presença

de apenas seis incubadoras representada nas universidades: UFRJ, UFC, USP, UFPR, UNEB, UFPE. E foi criada para possibilitar discussões e aperfeiçoamento das metodologias adotadas no atendimento aos grupos solidários.

Dentre os grupos atendidos pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares estão as cooperativas populares, as empresas recuperadas, os clubes de trocas, as cooperativas de crédito solidário, as redes de comercialização solidária dentre outras formas de empreendimentos autogestionários. Assim, as incubadoras por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão visam ao atendimento das demandas dos grupos para criar em conjunto com os trabalhadores fontes de trabalho e renda, auxiliando no fortalecimento das mesmas.

Quanto à Rede Unitrabalho, é uma rede que apóia trabalhadores através de projetos de pesquisa, ensino e extensão, com a finalidade de produzir melhorias nas condições de vida e trabalho. Fundada, em 1996, por um grupo de reitores engajados na democratização do conhecimento universitário. De um modo geral, quanto à rede, tal como se coloca, pode-se dizer que possui ações articuladas em três programas nacionais: Educação e Trabalho; Relações de Trabalho e Emprego e Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável.

Como parte das iniciativas vinculadas ao programa nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável cita-se o apoio a associações, cooperativas, empresas auto-gestionárias, redes de micro-produtores entre outras iniciativas solidárias.

Nascida como espaço de informação, formação, discussão e promoção de autonomia dos trabalhadores, a Rede Unitrabalho produz novas relações de trabalho e desenvolvimento sustentável e constitui ferramenta pedagógica no desenrolar de processos de incubação formada por dezenas instituições de ensino superior públicas.

Participação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB

Como já mencionado anteriormente, a Economia Solidária configura-se atualmente em cooperativas e associações produtivas ao articular sua finalidade social e política ao desenvolvimento de atividades econômicas com o apoio de diversas organizações de fomento . Mas, como agem estas entidades de fomento?

Destacamos a atuação da Cáritas Brasileira, órgão vinculado à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) entre outras entidades, proporcionando auxílio financeiro a projetos destinados à geração de trabalho e renda dos moradores das periferias e da zona rural, pois se entende o desemprego como um fenômeno expandido para todas as áreas e segmentos da população.

A Cáritas Brasileira, reconhecida como entidade de utilidade pública e vinculada a Igreja Católica, ao lado de outras pastorais apóiam movimentos sociais em prol das minorias. Ela entende a caridade como princípio social e fomenta grupos comunitários, em especial os de geração e renda, visando produção coletiva.

Esses empreendimentos segundo Singer (2002) tiveram início na década de 80 e constituem os chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs), na maior parte compostos por agricultores familiares, pequenos proprietários e sem-terra em diferentes regiões do país com o objetivo de gerar trabalho e renda de forma associada.

Os PACs, enquanto iniciativas da Cáritas, incentivam movimentos populares de segmentos específicos e também sindicatos, em especial, os rurais, entre outros grupos de minorias que são atendidas. E são mantidos com fundos financeiros vindos das campanhas da Fraternidade que a Igreja Católica organiza e também por meio de doações de colaboradores.

Segundo Singer (2002), parte dos PACs transformou-se em unidades da Economia Solidária através do cooperativismo autogestionário agrícola e criou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados divididos em três formas: Cooperativas de Produção Agropecuária; Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (SINGER, 2002).

Percebe-se, no âmbito rural as cooperativas vinculadas ao Movimento dos Sem - Terra (MST) e também a agricultura familiar como potencializadoras da Economia Solidária através da sustentabilidade ecológica, organização coletiva da produção da terra e repartição do produto com mobilização da Igreja. Nas cidades, por sua vez, os empreendimentos em sua maior parte constituídos pelo setor de produtos confeccionados de forma artesanal são muitas vezes apoiados pela instituição religiosa, através de locais cedidos para exposição de materiais confeccionados. (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995).

Durante todo o ano de 2010, a Economia Solidária foi abordada pela Campanha da Fraternidade, demonstrando mais uma vez o engajamento da Igreja com a temática.

Ela é responsável também, através da mobilização social, pela formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) considerado o principal expoente do movimento da Economia Solidária no país, como espaço de articulação e debate coletivo ao integrar diversos mediadores.

Segundo Mendonça e Carneiro (2008), a individualização inventada na sociedade moderna, desintegra o conceito de cidadania e o FBES legitima demandas dirigidas por ações coletivas como resposta aos problemas produzidos no capital global. Por meio da redefinição da cidadania, os novos movimentos sociais, em especial o da Economia Solidária; se negam a forma política existente e se propõem a outros modos de relações societárias. Através do FBES são realizadas plenárias, conferências e reuniões para a construção de uma organização solidária, na qual o trabalhador seja a finalidade da atividade produtivo-econômica.

Tal Fórum que, por sua vez, possibilitou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Mendonça e Carneiro (2008) destacam ainda, a importância do Fórum Social Mundial (FSM) em 2001 como articulação das entidades que deram forma ao movimento. Legitimou-se, enquanto centro de mobilização, o Grupo de Trabalho de

Economia Social (GT Nacional) por iniciativas políticas para configurar o movimento em âmbito nacional. Entre as ações do GT Nacional foram promovidos debates regionais e estaduais para mobilização dos envolvidos com a temática. Daí, originou-se as Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES).

Diante disso a Economia Solidária aparece com maior incidência e reúne aspectos de ordem social, econômica, política, cultural, histórica e ecológica além de proporcionar geração de renda, na produção de ambiente sustentável com princípios fundamentados na autogestão e na solidariedade. Tudo isso, e ao mesmo tempo. E também; proporciona diálogo permanente com as políticas públicas, em especial, aquelas de geração de renda e trabalho. Mas, qual o lugar que o movimento da Econômica Solidária ocupa diante de políticas governamentais?

A participação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Em 2003, foi criada, pelo Governo Federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. A SENAES, criada a partir do movimento da sociedade civil . e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva tem a função de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários entre os associados, com a seguinte definição:

Conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização ou empreendimento (Brasil, p. 3, 2007).

organizadas com as seguintes características (BRASIL, 2009) :

³⁵₁₇ Cooperação: compreende interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas e assumida por trabalhadores ; associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos; clubes de trocas etc.

³⁵₁₇ Autogestão: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

³⁵₁₇ Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

³⁵₁₇ Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (BRASIL, 2009).

Considerando esses valores, a Economia Solidária, em linhas gerais, aponta para o desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. É aspecto importante a ser levado em conta que seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

Logo, implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica nas relações entre capital, trabalho e governo.

O Decreto 5063, de 08 de maio de 2004, estabeleceu as seguintes competências da SENAES:

I - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

III - planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

IV - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

V - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

VI - estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

VII - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

IX - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

X - promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

XI - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

XII - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

XIII - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

XIV - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e

XV - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência (BRASIL, 2007).

Considerando que o cotidiano de trabalho ocupa grande parte da vida das pessoas, o cenário descrito acima engloba o contexto institucional para suporte da política pública, visando o fortalecimento e a melhoria das condições dos empreendimentos econômicos solidários.

Para Barbosa (2008), a criação da SENAES foi um importante marco para o Estado, num processo de adesão do governo federal, transitando entre uma concepção das práticas de economia popular e o limite à Economia Solidária como associativismo popular, empresa autogestionada e cooperativas populares.

Enquanto as unidades autogestionadas se referem às empresas em situação falimentar assumidas pelos trabalhadores em função do passivo trabalhista; o cooperativismo popular implica àquelas experiências quer sejam formalizadas ou não de cooperativas de pequeno porte com grande expressão nos centros urbanos e atuando em áreas como artesanato, material reciclado, confecção de roupas, alimentação e serviços (BARBOSA, 2008).

Visto que a SENAES em consonância à missão do MTE fomenta e apóia os empreendimentos econômicos solidários através de ações diretas ou indiretas por meio de convênios com demais órgãos governamentais nas esferas federais, estaduais e municipais e também por meio das organizações da sociedade civil atuantes na Economia Solidária.

Em termos gerais a SENAES busca a promoção de projetos, feiras, moedas sociais, bancos comunitários, microcréditos direcionados a promoção de desenvolvimento local através da viabilização de trabalho e geração de renda.

Conforme a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG (2002), a Economia Solidária é uma alternativa de geração de emprego e renda que objetiva fortalecer a democracia do espaço econômico. E nesse movimento busca-se reforçar o desenvolvimento local solidário ao combinar políticas públicas em âmbito local democratizando a gestão, crédito, tecnologias, qualificação e formação.

Nesse âmbito, a Economia Solidária que surgiu num primeiro momento desvinculado do governo no contexto nacional, agora se encontra num momento de discussão sobre sua institucionalização em política pública de governo, com o desafio de não perder a dimensão político pedagógica dos empreendimentos e buscar espaço e reconhecimento junto às demais políticas de geração de emprego e de proteção aos trabalhadores assalariados.

Salientamos que em nosso estado ainda não possuímos nenhuma Lei Estadual que colabore para o movimento de inclusão a outras formas de organização do mundo do trabalho, visando à extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores em tempos de revolução tecnológica e globalização da economia, mantendo a autonomia em diferentes entidades de fomento e respeito aos movimentos sociais pelo poder público.

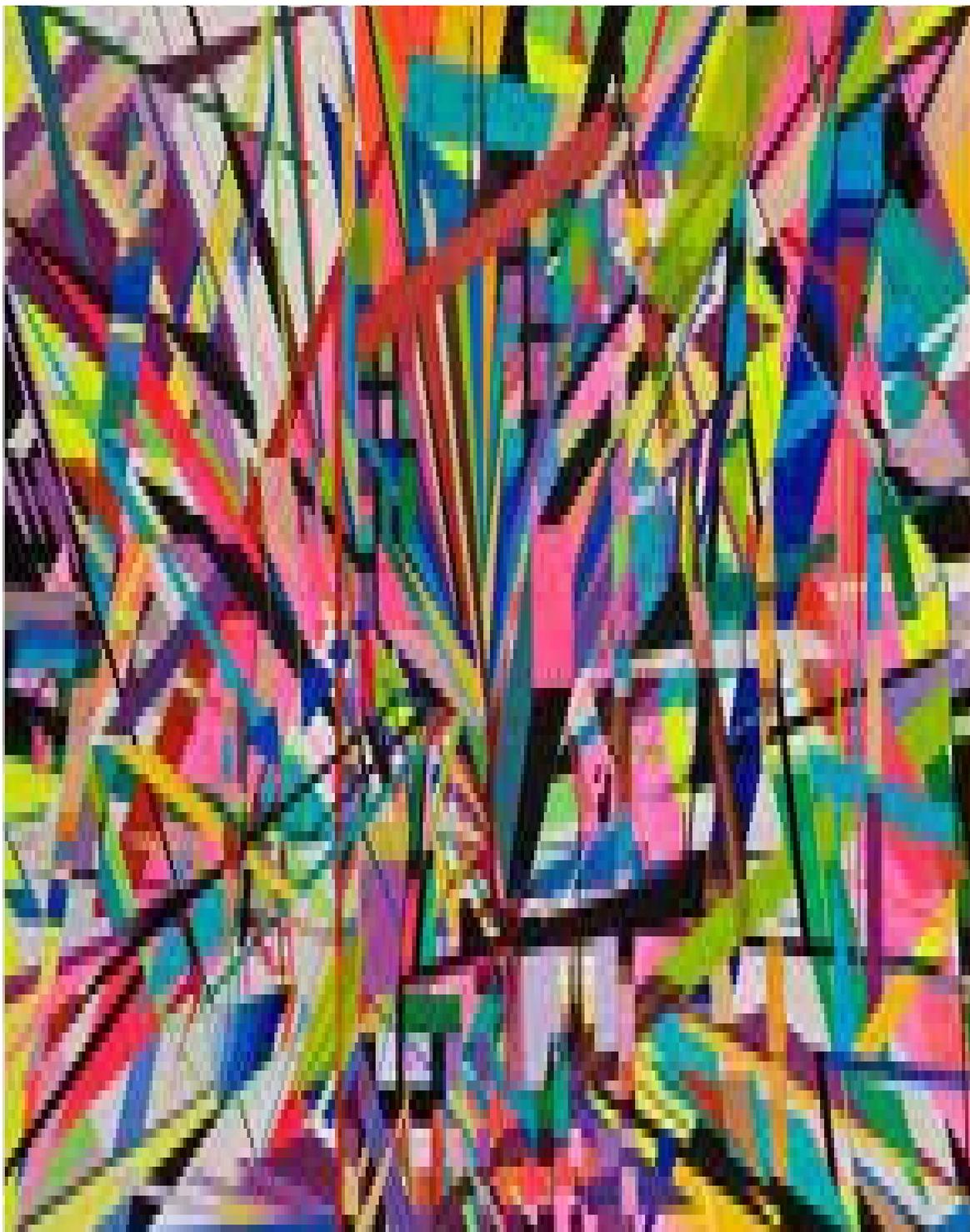
Nesse sentido é conveniente mencionar que o trabalho segundo Gaiger (2006), ocupa valor central nos empreendimentos econômicos solidários, neste modelo de gestão que prioriza a vida; principalmente por consistir na razão de ser dessas iniciativas. Não só para garantir a atividade produtiva a seus integrantes e protegê-los da desocupação; mas também constituindo possibilidades de criação de vida mais potente.

A vida é atividade, nessa perspectiva, o conceito de trabalho transcende a definição do mesmo como mera ação remunerada numa sociedade mercantil e tem por objetivo a construção da própria sociedade considerando seu aspecto realizador e criativo e que potencializa os saberes produzidos em situação de trabalho construído por elementos diversos e fluxo de forças.

Como se pode depreender, conceituar trabalho não é tarefa das mais simples a ser realizada. Para entender os processos institucionais em curso, Tersac e Maggi (2004), conceituam o trabalho como algo complexo e afirmam que suas práticas são variáveis de uma situação a outra, no decorrer do tempo e conforme a sociedade a qual pertence.

Por demandar uma complexidade, há uma multiplicidade teórica a fim de possibilitar sua compreensão. Neste projeto de pesquisa fizemos a opção por compreendê-lo a partir do ponto de vista da atividade.

Figura 04: Fios que se entrelaçam



Fonte: Google Imagens.

CAPÍTULO 03. A TRAMA SE UNE A URDIDURA: O TRABALHO DO PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE

“Em suas atividades os homens ou as mulheres no trabalho tecem. A trama seriam os fios que os ligam a um processo técnico, a propriedades da matéria, a ferramentas ou a clientes, a políticas econômicas – eventualmente elaboradas em outro continente – a regras formais, ao controle de outras pessoas. No caso da urdidura, ei-la ligada á sua própria história, a seu corpo que aprende e envelhece; a uma multidão de experiências de trabalho e de vida; a diversos grupos sociais que lhe ofereceram saberes, valores, regras com as quais compõem dia após dia; aos próximos também, fontes de energia e de preocupações; a projetos,. desejos, angústias, sonhos.” (DANIELLOU, 2004, p. 02)

Com a metáfora citada acima, o ergonomista Daniellou apresenta a figura da tecelagem para a compreensão do trabalho. Mas, o que é uma tecelagem? É um lugar onde ocorrem criações e ajustes a todo instante. Através do dispositivo do tear, emaranhado de fios vão se articulando, se entrelaçando, compondo. No movimento de tessitura a trama se junta à urdidura e compõem uma diversidade de cores, formatos e tamanhos que só a trama ou só a urdidura não seriam capaz de criar.

Assim também ocorre com o trabalho no processo de co-engendramento ao assumir contornos em meio à variabilidade em que o fio condutor é tecido, colocando em prática debates de normas e valores no arranjo do uso de si por si e também pelo outros no processo da atividade.

Os nós e laços construídos na atividade de trabalho, com suas relações criadas e busca de soluções negociadas constituem o objeto de estudo da Ergonomia. Ao

falamos de Ergonomia estamos efetuando um recorte e nos referimos a Ergonomia da Atividade.

Entre o que se prescreve e o que se realiza: inevitáveis distâncias, possíveis caminhos.

A Ergonomia da Atividade, desenvolvida na França, se apresenta como possibilidade de campo de conhecimento e intervenção ao combinar diversos saberes disciplinares. Considerar o trabalho do ponto de vista da atividade envolve conhecer a complexidade das dimensões implicadas na própria atividade do trabalho.

Por atividade de trabalho, entende-se o modo que os trabalhadores buscam atingir os objetivos colocados por quem cria as normas, visando à realização do mesmo. É o que está no intervalo entre o trabalho prescrito e o real. Inclui o interesse pelo que deve ser feito e o que se está a fazer em especial na distinção entre trabalho prescrito e trabalho real na dialética de debates do trabalhador com as normas produzidas no cenário histórico e social. (SCHWARTZ, 2005).

Ressalta-se segundo Echternacht (2008), que a lacuna entre trabalho prescrito e real é demonstrada pela Ergonomia da Atividade ao afirmar que o trabalho realizado nunca é exatamente aquele proposto pela Organização Científica do Trabalho. A atividade é sempre um fazer de outra forma que coloca em debate as normas de vida de quem o executa com o meio, em lugar e tempo determinados,

ou seja, a atividade da qual falamos é a forma como o trabalhador executa os procedimentos prescritivos para dar conta da tarefa em condições reais e com resultados efetivos (DUC, SCHWARTZ e DURRIVE, 2010).

Para a Ergonomia da Atividade o trabalho prescrito é de grande relevância e remete, segundo Telles e Alvarez (2004), as condições e exigências a partir das quais o trabalho deverá ser realizado. Engloba tanto as condições técnicas, físicas, materiais e socioeconômicas, quanto às prescrições, organogramas, procedimentos e obtenção de resultados conforme veremos a seguir.

O trabalho prescrito configura uma antecipação formalizada no que diz respeito à realização da atividade, autorizando e delimitando esta realização através de instruções expressas na hierarquia das relações sociais no trabalho. (NOUROUDINE, 2009).

Não nos interpretem mal, não somos contra as prescrições. Elas são necessárias, são resultados de uma história. É um ordenamento prévio do trabalho que se constituiu ao longo da experiência do grupo de trabalhadores ou imposto pelos especialistas (haja vista que o saber dos especialistas é também fruto de construções históricas e coletivas). Analisar a prescrição é importante, pois nos oferece elementos para compreendermos a dinâmica do trabalho, por exemplo, quando é extremamente rígida, vinda da chefia de forma vertical numa pretensa separação entre concepção e execução da atividade e das tarefas; ou quando é totalmente ausente, deixando os trabalhadores 'perdidos' em seus postos de trabalho; ou ainda quando possibilita troca nas relações entre as pessoas nos dão elementos para compreendermos junto aos trabalhadores se o trabalho é produtor de saúde ou não.

O conceito de prescrição foi se modificando ao longo do tempo e verificou-se que existem diversos modos de prescrição do trabalho sendo uma forma de antecipação necessária para organizar e regular o trabalho encontrada em diferentes espaços.

A tarefa é por sua vez, conforme observam Brito (2008) e Ferreira e Barros (2003), uma importante característica que compõem o trabalho prescrito, pois é sua face visível no cumprimento de metas e prazos estabelecidos. São instruções que visam responder como fazer o trabalho. A tarefa sempre é anterior à atividade e está relacionada à organização Taylorista do trabalho (ainda que não esteja restrito somente ao Taylorismo), que buscou realizar um controle total sobre o seu processo produtivo por meio de atividades mecânicas e repetitivas entendendo o trabalhador como um fator de ajuste para a realização do trabalho.

Para a realização da tarefa, entretanto, diferente do que Taylor previa, quando estamos em situação real de trabalho, encontramos-nos diante de várias situações que devem ser geridas para que alcancemos nossos objetivos: são panes nos equipamentos, dificuldades relativas à previsão da própria tarefa, fadiga, diferenças de ritmo, efeitos produzidos pela idade, experiência, entre outras (BORGES, 2004).

O trabalho real, segundo Brito (2008), é ao mesmo tempo a face visível e invisível da atividade. É visível porque possibilita o produto final e é invisível porque para que o produto final surja são geridas inúmeras variabilidades neste processo. Envolve as condições determinadas da tarefa previamente definida e dos resultados apreendidos em conjunto na sua realização (BORGES, 2004).

É o que é mobilizado pelo trabalhador para efetivar a tarefa, e consiste em uma forma de mediação individual e coletiva desenvolvida, visando a superação das contradições impostas pelo meio. A partir da pré-ordenação da ação de trabalho são realizadas apreensões e transformações pelo próprio trabalhador, uma vez que as prescrições são recursos incompletos. O trabalho real, como o próprio nome sugere, é a efetivação do trabalho em condições reais e envolve constantes regulações e desvios (FERREIRA e BARROS, 2003).

Logo, o trabalho real envolve constantes escolhas em função das normas e valores adotados e que auxiliam a tomada de decisões no dia a dia de trabalho. Uma vez que entendemos que existem lacunas entre o prescrito e o real provocando um lugar de debate no movimento incessante que pulsa em cada contexto de trabalho. São desdobramentos convocados, que atualizam a complexidade das situações de trabalho ao produzirem um caminho a ser vivido diante da imprevisibilidade do acontecimento.

Variabilidades a serem geridas: o cotidiano de trabalho

Ao pensar na etimologia da palavra norma, Nouroudine (2009), afirma que vem do latim e significa: o que serve para fazer direito. Neste sentido considera-se a norma como um modelo a ser seguido para referenciar o padrão do que se entende como normal e o que se desvia é considerado o anormal. As normas que regem a sociedade são produzidas pela própria sociedade.

Canguilhem (2010), por sua vez, afirma que as normas são o que fixa o normal mediante uma decisão normativa. Por normativo, entendemos as possibilidades instituídas pelo vivo. Desse modo, compreendemos que, mesmo sob condições adversas todo ser vivo possui a capacidade de intervir e propor ações a partir das experiências construídas no meio (lembramos que o meio nessa concepção não é preexistente, mas produzido na experiência). Essa capacidade de enfrentamento encontra-se nos modos de funcionar que permitem escolhas e reajustes na gestão das infidelidades impostas a todo instante.

Schwartz (2010), acredita que as normas não antecipam todas as situações, então as escolhas são feitas em função do debate de valores que estão colocados na sociedade e entram em jogo na atividade formando recriações permanentes nas experiências refletidas em encontro.

As situações de trabalho são repletas de variabilidades que não podem ser encerradas em pacotes hermeticamente fechados com condições determinadas e resultados totalmente esperados. Mesmo quando são delimitadas por meio de prescrições específicas, há sempre algo que escapa às suas fronteiras e o trabalho real é o que se realiza de fato na situação do trabalho incluindo os obstáculos e imprevistos no seu decurso.

Dizemos que o meio não é fiel porque está sempre em transformação, logo, não podemos antecipar todas as situações. Ainda que planejemos há sempre algo que foge ao prescrito, algo imprevisível. Portanto, na situação de trabalho existe um vazio de normas que devemos dar conta a fim dos objetivos estabelecidos (SCHWARTZ, 2011). O que significa afirmar que existe sempre algo que escapa, que não é controlável, por mais que queiramos sempre contornar a situação e que deve ser considerado ao analisarmos o trabalho.

Na análise da atividade, a prescrição ao mesmo tempo que se impõe ao trabalhador, também permite sua operação, caso contrário teríamos que sempre iniciar do nada, inventando a roda a cada dia. A norma deve ser compreendida como anterior ao trabalhador e, dialeticamente, à história deste trabalhador deve ser pensada como anterior à norma ao possibilitar negociações na reconfiguração com o meio (SCHWARTZ, 2005).

A análise do trabalho do ponto de vista da atividade é para Schwartz (2011), a relação entre valores, saberes e agir em competências, na experiência que emergem em situação de trabalho. Tal experiência, conforme a ergologia é constituída por meio de gestão permanente de si, pois se considera as condições históricas prescritas na realização do trabalho, a variabilidade do meio, e também as variações geradas pelo trabalhador ao produzir escolhas, valores e arbitragens (NEVES, 2010).

A prescrição constitui o patrimônio da humanidade. Compreender o trabalho implica considerar o desvio do trabalho prescrito e do real. Para a Ergologia as normas, entendidas como normas antecedentes, estão presentes em todas as atividades, e no caso específico das atividades humanas de trabalho, significam formas de antecipação que os trabalhadores se referem para a realização das atividades ao abranger os saberes do protocolo experimental entendido como as regras e objetivos e os saberes oriundos da experiência como, por exemplo, os valores. (NOUROUDINE, 2009).

Da ampliação da noção de trabalho prescrito proposto pela Ergonomia e da noção de normas proposto por Canguilhem, Schwartz propõe o conceito de normas antecedentes. Telles e Alvarez (2004), nos esclarecem que tanto o trabalho

prescrito, quanto as normas antecedentes, dizem respeito ao que é exigido ao trabalhador antes mesmo que o trabalho seja realizado.

Contudo, as normas antecedentes são mais abrangentes porque incorporam elementos que vão além da prescrição e envolvem valores e experiências atualizados ou produzidos na situação de trabalho. A atividade, portanto, é o conflito entre as normas antecedentes e a ação dos trabalhadores no processo de ressingularizações e saberes produzidos ao longo do trabalho (TELLES E ALVAREZ, 2004).

Das normas antecedentes, segundo Schwartz (2011), participam as criações históricas ao longo da humanidade, com suas constituições, regulamentos e aparato legal das sociedades de direito, incluindo todas as experiências coletivas transformadas em modos organizativos e dispositivos que antecipam as atividades em seus níveis de codificação e prescrição. São normas que produzimos enquanto vivos.

As normas tornam possível a vida em conjunto e constituem uma combinação de conquistas e riscos que tanto contribuem para a facilitação quanto para a opressão da vida social num constante debate feito na própria atividade (SCHWARTZ, 2011).

Diante disso Schwartz (2004), afirma que trabalhar é gerir, isso implica afirmar que há um debate permanente de normas no dia-a-dia do trabalhador. E a gestão encontra-se em todos os lugares onde existe variabilidade, história e supõem

arbitragens na medida em que o trabalhador recorre a alternativas modificando assim a atividade. Ressaltamos que a gestão da atividade não significa uma sobreposição de elementos dados a priori e sim consiste numa relação dialética que destaca o processo.

A gestão para a Ergologia está além da prescrição de atividades e tarefas, engloba também escolhas, arbitragens, hierarquização de ações, objetivos e valores (SCHERER, PIRES e SCWHARTZ, 2009). A gestão conforme Schwartz (2011), pode ser compreendida como a negociação entre as normas antecedentes, os valores da vida, as exigências objetivadas na tarefa e as infidelidades postas pelo meio.

Deste modo a dimensão gestionária na situação de trabalho envolve as práticas cotidianas. Segundo Duc, Schwartz e Durrive (2010), a situação de trabalho é entendida como uma relação dialética envolvendo, enquanto processo ergológico, um duplo movimento de registros, chamados de Registro 1 (R1) que em analogia com a metáfora da tecelagem desenvolvida por Daniellou, seria a trama e o Registro 2 (R2) seguindo o mesmo raciocínio, comporia a urdidura.

No domínio do R1 encontramos as normas antecedentes, que consistem na dimensão de antecipação da atividade, dos saberes instituídos, dos valores aceitos socialmente. Ou dito de outra forma, é um conjunto de técnicas, protocolos, fórmulas administrativas, procedimentos e regras científicas, jurídicas, contábeis, entre outras, que em relação ao meio social, técnico e econômico pretendem guiar e orientar a atividade. (DUC, SCHWARTZ e DURRIVE, 2010).

Quanto ao R2, significa a polaridade que confronta a atividade ao ressingularizar normas e propor através da variabilidade da atividade uma história particular, é a experiência construída no trabalho, são formas de inventividade ao mesmo tempo individuais e sociais. É enigmático, pois é difícil de ser localizado. As polaridades denominadas registros 1 e 2 configuram a gestão do trabalho. Há ainda uma terceira dimensão ou polaridade, chamada de dimensão dos valores somadas as duas primeiras que determina como o trabalhador, individual ou coletivamente vai gerir esse encontro. Para a Ergologia o trabalho põe em jogo a dialética de registros no debate permanente de normas e valores (DUC, SCHWARTZ e DURRIVE, 2010).

Segundo Barros (2009)[3], na gestão lidamos com a imprevisibilidade colocada na criação e usos de si na atividade, gerimos processos requeridos em cada situação, realizamos escolhas. Isto não deve ser confundida com o gerenciamento ou simplesmente a prescrição de tarefas, pois comporta uma virtualidade, uma inteligência inscrita no funcionamento de um coletivo de trabalho, num debate permanente de normas e valores, resultando em escolhas com o meio no qual se insere, ou dito de outra forma, modos de gerir situações não antevistas e potencializar formas coletivas na situação de trabalho.

Entre re-normalizações e saberes: a atividade enquanto espaço-tempo de articulação

Desta maneira a análise da atividade implica um entrecruzamento das normas antecedentes e das inúmeras tentativas de re-normalização com o meio,

produzindo um debate de valores através das escolhas (SCHERER, PIRES e SCHWARTZ, 2009).

Assim sob a interlocução teórica da Ergologia, Duc, Schwartz e Durrive (2010), afirmam que a atividade encontra-se sempre em negociação com as normas antecedentes e na organização de trabalho evocam, a história de quem o realiza. Evocam também o acúmulo da experiência produzida no coletivo.

A normalização para Schwartz (2011), é uma conquista da humanidade e diz respeito a um vazio de normas que se tece, considerando que nada é exatamente previsível; e a re-normalização encontrada na distância entre o prescrito e o real do trabalho, é um processo no qual emergem escolhas, encontros e construção de experiências atravessados pelos valores dimensionados e não dimensionados da sociedade a que pertence.

Por re-normalização entende-se, conforme Schwartz e Durrive (2008), a re-interpretação que o trabalhador emite em função das variabilidades a que se encontra exposto no meio que está inserido, é a resposta às normas antecedentes e às prescrições que lhe são propostas durante os atos de trabalho. Desse modo, temos a partir da re-normalização a construção de saberes empíricos numa constante negociação.

Logo, as normas antecedentes não se restringem ao simples domínio das técnicas, habilidades e teorizações acerca do fazer, pois se entende que o trabalhador possui um conjunto de valores e saberes manifestados nas relações

com os outros e seu meio no cotidiano de trabalho. Para Schwartz (2011), o valor não deve ser compreendido como algo externo as dramáticas da atividade ou experiências vividas, pois é a partir das experiências vividas que tais valores são redefinidos.

Segundo Schwartz e Durrive (2008), o conceito de valor é uma hierarquização atribuída ao que se estima ou ao que se rejeita no processo constante de trabalho, na invenção enquanto movimento de singularização. Constitui saberes que são historicamente construídos, redimensionados no cotidiano de trabalho e configuram uma dimensão da gestão incluída na atividade de trabalho.

A atividade de trabalho pressupõe arbitragens porque está associada ao debate de valores e normas. Tal arbitragem faz-se necessária ao gerir as múltiplas variabilidades do meio através de movimentos complexos nas microdecisões, nas escolhas quase imperceptíveis que configuram a situação de trabalho (SCHWARTZ, 2004).

Os valores podem ser dimensionados e não dimensionados e envolvem o bem comum. Quanto ao primeiro grupo, os autores prosseguem dizendo, como o nome já sugere, constituem aqueles valores limitados, medidos e quantificados pela lógica de mercado, enquanto que no segundo grupo não há contornos claros, nem hierarquização delineadas. O conceito do bem comum é o horizonte ético-político e na atividade de trabalho os valores do político, também chamados de não dimensionados, são atualizados e atravessados aos valores dimensionados, constituindo uma tentativa de equilíbrio entre as necessidades e a finalidade da sociedade.

Ainda sobre os valores, Schwartz (2011), afirma que os dimensionados, consistem em um motivo ou objetivo trazendo valor para a atividade. Contudo, não são tecidos no momento da atividade e sim anteriores a ela. Já os valores não dimensionados dizem respeito à sinalização dos bens no qual não existe nenhuma dimensão passível de comparação de sua grandeza, como por exemplo, a solidariedade; e são tecidos durante a atividade.

Os valores sem dimensão, conforme Schwartz (2004), retornam aos trabalhadores de forma a articular a experiência gerida da própria situação de trabalho e também por critérios definidos através de instâncias públicas, como por exemplo, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES, ao estabelecer o valor solidariedade como um princípio definidor dos empreendimentos econômicos solidários ou através de empresas privadas de modo a avaliar se na prática há aproximação ou distanciamento dos valores adotados.

Dessa maneira, os valores sem dimensão encontram-se na sociedade em instâncias públicas e privadas e se corporificam na atividade ou tornam-se valores dimensionados nas normas antecedentes. O ato de trabalho é, portanto, realizado em função das escolhas tomadas a partir dos valores, ou dito de outra forma, em função do debate de valores (SCHWARTZ, 2004).

Dramáticas da atividade: confluências, mobilizações, intensos fluxos.

E essa negociação, é uma dramática da atividade, ou seja, alguma coisa acontece no trabalho. Implica um espaço para uma infinidade de normas científicas, técnicas, hierárquicas, e também normas informais construídas no dia a dia, que possibilitam um re-viver permanente de escolhas e re-investimentos num destino a ser experienciado; uma vez que há sempre uma norma anterior a nossa própria existência.

Na perspectiva da Ergologia, considera-se a atividade humana como modo de envolvimento dos humanos, frente ao cumprimento do trabalho em lugar e tempo determinados na utilização do meio à sua disposição, ou seja, são práticas sociais que se atualizam em diferentes contextos nos usos de suas próprias capacidades, recursos para gerir o que lhe é colocado e nas escolhas atravessadas pelos outros.

Segundo Schwartz (2011), a dimensão da dramática, nos possibilita afirmar no que diz respeito à atividade que nada é puramente mecânico, é no encontro do agir que escolhas são realizadas e é construída a história.

Conforme Duc, Schwartz e Durrive (2010), a dramática envolve o modo como as escolhas cotidianas são produzidas, dependendo de como o trabalhador elabora o seu fazer, a partir do protocolo prescrito, dos objetivos previamente definidos e de saberes instituídos, ao realizar diferentes usos de si por si e pelos outros, através do investimento de suas capacidades para elaboração da atividade.

Athayde e Brito (2011), afirmam que o trabalhar remete às dramáticas históricas dos usos de si. Estas por sua vez estão além do conceito fechado entre biológico, psicológico e cultural, e envolve a pessoa em atividade ao articular o biológico, o psicológico, o cultural, o social, o institucional, os jogos de poderes, a relação estabelecida com o tempo, e assim por diante. Deste modo, a atividade é entendida como um debate constante orientada por um conjunto instável de valores e normas que ao longo de situações concretas emergiria neste encontro.

Para Neves (2010), a Ergologia recusa a perspectiva taylorista oriunda do sistema capitalista, que reduz o trabalho a simples execuções de tarefas e normas e que ignora ou retira o si, ou dito de outra forma, ao ocultar o trabalhador na elaboração de sua atividade de trabalho. Nesse entender o trabalho é local de negociações contínuas ao produzir o uso de si por si na renormalização na atividade de trabalho, e também no uso de si pelos outros, através dos condicionantes históricos. Exige, portanto, uma mobilização de idéias, de tomada de decisão, de criação de estratégias.

O trabalhador nunca faz somente aquilo o que lhe é colocado para ser feito. O uso de si por si na gestão do trabalho é a reflexão da produção de saberes em situação de trabalho. É como o trabalhador se apóia nas experiências e valores para a realização do que lhe é proposto, o que o trabalhador oferece ao debate de normas e valores.

Para Schwartz (2004), a gestão remete aos usos de si e consiste na própria dramática, no deslocamento sobre uma multiplicidade de eventos, como a gestão do tempo, a gestão das eventualidades, a gestão das normas, das relações referentes à equipe, entre outras tantas dilatadas no espaço-tempo nesse

processo que envolve a distância entre os objetivos previamente definidos e o que se efetiva, denominado atividade. No fluxo do uso de si por si organizam-se o pólo da eficácia através da avaliação se os objetivos estabelecidos nas tarefas foram alcançados e o pólo da eficiência que é aquele responsável pela avaliação se os recursos disponibilizados para a realização foram úteis para atingir o que foi estabelecido.

É pertinente afirmarmos que, há deslocamentos o tempo todo nos usos de si por si e pelos outros. E são colocados em debate, as normas de vida e os valores com as exigências e constrangimentos do meio, pois a atividade se dá em meio à dramática dos usos de si.

Conforme Durrive e Schwartz (2008), na atividade, o trabalhador coloca-se em encontro, negociando o uso de si requerido pelos outros e o uso de si consentido por si mesmo na convocação da realização do que lhe é exigido. Mesmo quando este trabalho consiste na escrita de um projeto de pesquisa que à primeira vista, pode parecer um trabalho solitário, através de um olhar mais atento nos permite inferir que até nesse caso há também uso de si pelos outros, pois quem escreve, o faz a partir de escolhas como o lugar de encontro com a leitura prévia de autores selecionados, de construções proporcionadas durante orientações e conversas informais com colegas, de experiências diversas e obviamente escreve pensando em quem supostamente vai ler.

A Atividade na Economia Solidária

Dessa maneira, o trabalho entendido do ponto de vista da atividade inclui sempre o conflito entre as normas antecedentes e a ação dos trabalhadores no movimento de ressingularizações e saberes produzidos ao longo da vida. Envolve recriação permanente de formas de gerir o trabalho efetivado no cotidiano daqueles que o executam, uma vez que a experiência humana faz-se operar na atividade configurando modos de inventividade.

Para o estudo da atividade, temos a contribuição da Ergologia; que nos permite conhecer as diferenças entre as normas e valores propostas no conjunto pela Economia Solidária e as re-normalizações ocorridas na gestão cotidiana dos trabalhadores. Segundo Villa e Aranha (2009), a atividade é fonte de saberes em gestação à espera de conceitualização, e o espaço de trabalho é entendido como o lugar de encontro, no qual se realiza através de uma espiral de movimentos, contradições e transformações nas situações de trabalho modificadas a partir da experiência e saberes formais.

Salientamos aqui que pensar a organização do trabalho no contexto da Economia Solidária implica incluir o trabalhador na complexidade vital, sua história, prazer e sofrimento, uma vez que o trabalho e a vida não se separam na construção da atividade convocando o espaço de valores.

Diante do apresentado, a realização do trabalho em questão encontra-se fundamentado no princípio de cooperação em consonância à uma nova racionalidade da troca solidária. Conforme Abdalla (2002), busca-se a cooperação para a emancipação dos sujeitos e não para sua submissão aos interesses econômicos das grandes corporações ou do mercado financeiro, e apresenta-se como um grande desafio. Pois, trabalhar nessa perspectiva implica (des)construir

relações institucionais, educativas, sociais e econômicas dentro de uma lógica diferente das relações instituídas ao longo da sociedade capitalista.

Entende-se, portanto, a atividade humana de trabalho como uma dramática de uso de si. Considera-se, que a gestão do trabalho envolve escolhas e decisões ao colocar em debate normas construídas no patrimônio histórico das experiências coletivas. E cada empreendimento vinculado ao movimento da Economia Solidária apresenta uma história singular, tecida cotidianamente, e que compõem e dialoga com outras experiências ao longo do tempo.

O trabalho, enquanto aspecto processual configura articulações e negociações dos usos de si por si e de si pelos outros, porque se entende que, na sua realização, há uma convocação ao trabalhador, de suas competências que ultrapassam aquelas enumeradas pela tarefa.

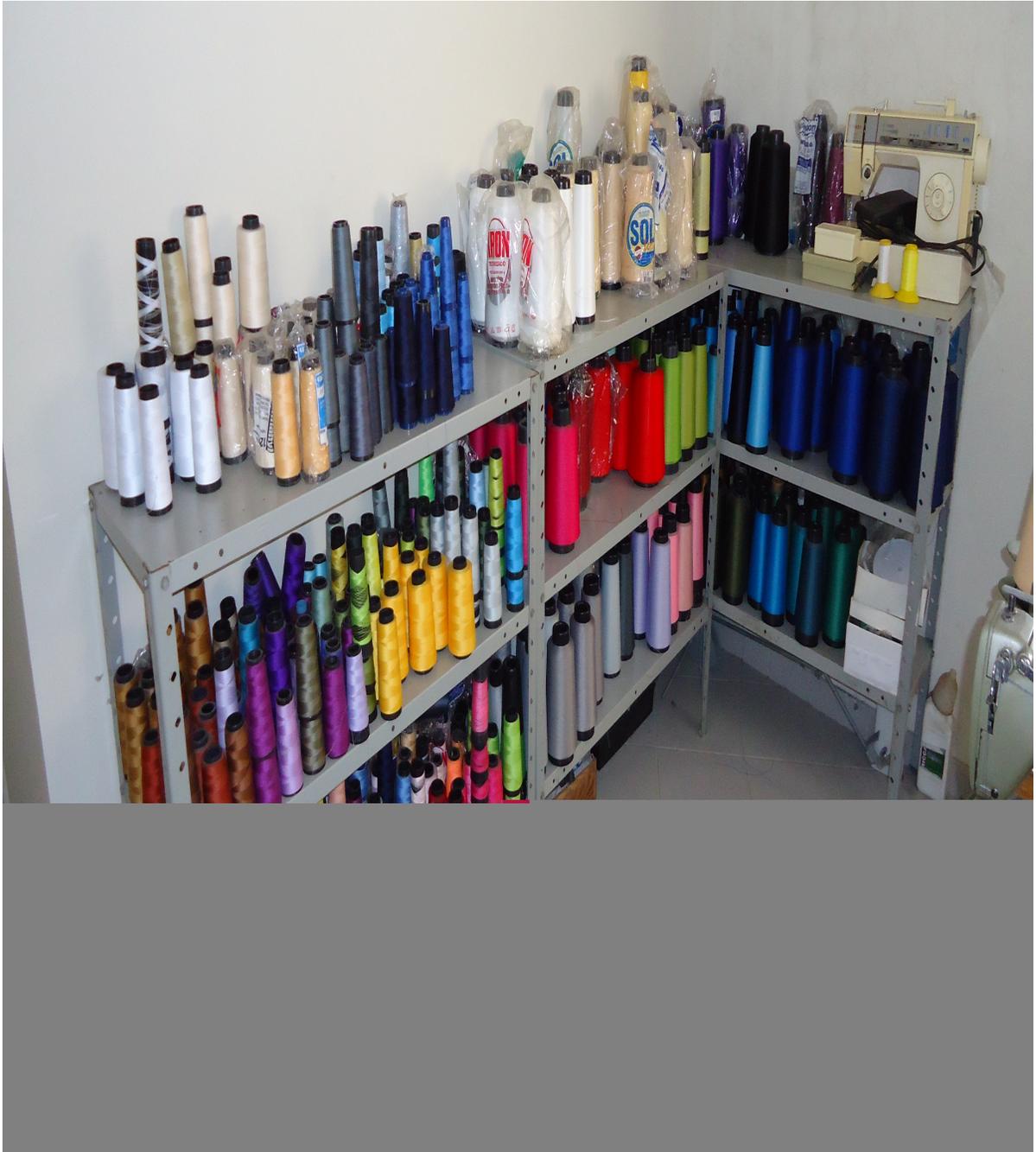
Pensar a Economia Solidária e sua prática autogestionária do trabalho, implica pensar a articulação de ações que a sustentam. Pois nesse caso, o controle, o poder de decisão e a gestão do empreendimento, teoricamente ou idealmente encontram-se nas mãos dos trabalhadores associados. Neste sentido, Lechat e Barcelos (2008), formulam a autogestão como uma gestão direta e democrática dos trabalhadores, nas funções de planificação, direção e execução, ao contrário do exercido no capitalismo de forma geral.

Gadotti (2009) nos diz que o sistema de gestão na economia solidária é uma característica marcante e que a difere do apregoado pelo capitalismo. Enquanto no

primeiro caso, a gestão encontra-se diretamente associada à melhoria da qualidade de vida dos seus associados e ao empreendimento enquanto princípios ético-políticos; no segundo objetiva-se o acúmulo ao capital e ao lucro.

Isso implica afirmar que, assim como em outras formas de organização do trabalho; não é uma simples execução que se realiza e sim o uso de si por si, e também de uso de si pelos outros, numa constante dramática, na qual a atividade se engendra. Pois entendemos que as escolhas e decisões são atravessadas na forma como os trabalhadores fazem uso de seus próprios recursos, planejamento e valores e como interagem em situação de trabalho, re-normatizando-as no seu cotidiano. As condições de produção evocadas implicam então em escolhas a todo instante.

Figura 05: Nuances variados.



Fonte: Imagem do setor de costura da cooperativa estudada.

CAPÍTULO 04. NUANCES FACILITADORAS DO PROCESSO: DELINEANDO O CAMINHO DA PESQUISA

Implicações Metodológicas

Reafirmamos que o trabalho possui grande importância à medida que, a própria sociedade se organiza em torno dele, sendo, portanto, ponto central na diversidade e pluralidade das práticas intencionadas que compõem a vida. Compreendemos o trabalho, enquanto atividade humana, assim como Cunha (2004), ao considerarmos o saber dos trabalhadores ao fazer uso de si e dos outros na situação de trabalho. Rejeitamos um modelo de explicação do trabalho em que uns sabem e outros não sabem; uns planejam e outros executam.

Por meio do trabalho são possibilitadas troca de saberes e experimentações ao longo de imprevisibilidades e incertezas cotidianas, que colocam em questionamento a tentativa de controle total nas situações de trabalho. Nessa condição estamos falando de formas especificadamente humanas de trabalhar que conflui o biológico e o social.

Em nossa pesquisa não há sujeitos, nem mundos anteriores e imutáveis. Todavia, não estamos desconsiderando a história dos sujeitos, mas pensando a realidade para além do que está formado. Ao falar da sua experiência de trabalho; o trabalhador se constitui como tal nas composições que se dá em curso, no processo de trabalhar.

Com isso queremos dizer ainda que não estamos fazendo referência a um suposto subjetivismo (no qual o sujeito estaria totalmente voltado para seu interior e de lá nos forneceria todas as respostas), como antagonismo a uma suposta objetividade propagada na idéia de neutralidade científica; muito menos estamos dizendo que há um sujeito universal, estruturado e, portanto, já totalmente constituído/pronto/acabado.

Sendo assim, consideramos que trabalho e vida não se separam e acompanhar a complexidade do processo vital inclui trabalho, prazer, sofrimento, sonhos, desejos, frustrações, experimentados cotidianamente na incorporação dos planos da vida. Realizamos um recorte no tempo, algo provisório, uma vez que nos referimos ao contexto particular com limitações imediatas da situação, por isso convocamos o trabalhador em sua atividade, possibilitando o contato com o caráter inventivo do trabalho.

Afirmamos, conforme Barros, Mori e Bastos (2009), que a história construída pelos trabalhadores modifica as múltiplas situações experimentadas e, portanto, não deve ser compreendida como passividade, pois o humano é capaz de criar novos meios. E quando nos referimos às experimentações estamos dizendo de uma infinidade de possibilidades produzidas pelo movimento expansivo da vida em situação de trabalho, já que entendemos que a inércia se opõe a vida.

Acreditamos que o caminho que se desenhou em nossa pesquisa, se fez caminhando, isso implica dizer que pesquisador e campo, co-emergiram no decorrer da pesquisa. Queremos sim, afirmar assim como Foucault (1979), um co-engendramento produzindo conhecimento, invenção. Se constituindo na co-

emergência, na conexão produzida. Não sabíamos de antemão os efeitos de nossa pesquisa, e nunca os saberemos na sua totalidade. Nossa aposta foi no movimento incessante, na impermanência que caracteriza a vida.

Nossa pesquisa foi um campo que se forjou em meio às experiências do caminho. E conhecer a experiência do trabalhador da Economia Solidária foi acompanhar esse processo, por meio de suas atividades, que estão para além dos procedimentos normativos. Por experiência, entendemos algo que se fez no plano do comum, no trabalho realizado e também no não realizado.

Importou em nossa pesquisa problematizar a questão do trabalho no contexto da Economia Solidária no que se referiu à sua organização à luz da reflexão conceitual, metodológica e analítica da abordagem ergológica.

Diante do apresentado; como novas formas de organização vão marcar caminhos na construção do cotidiano de trabalho cooperado? Como pensar essa realidade como abertura para possíveis bifurcações?

Potencializando encontros às avessas

A Ergologia, em termos metodológicos, propõe conhecer o trabalho mediante a relação dialética do seu processo em três pólos distintos. É o chamado Dispositivo

Dinâmico de Três Pólos, que discute o trabalho considerando além do conhecimento gerado pelas diversas disciplinas oriundas da academia; a experiência advinda dos saberes e valores dos próprios trabalhadores, adicionados às exigências éticas e epistemológicas a respeito desse encontro.

A dialética referida na Ergologia não é aquela de oposições, mas é a dialética de saberes no sentido do movimento que o diálogo e o debate de saberes e valores vão construindo. Assim, a Ergologia coloca em questão o modo de pensar a produção de conhecimento no trabalho. Com isso, afirma-se que somente a Universidade não dá conta dos saberes do mundo do trabalho e esse mundo, necessita dos saberes teóricos, configurando a integração da dimensão teoria e prática.

Destacamos, conforme Santos-Filho e Barros (2009), o reconhecimento do trabalhador como possuidor de saberes, ressaltando, a relevância de se produzirem saberes com os trabalhadores e não sobre eles. Ao fazê-lo, rompemos com a idéia do trabalho como algo puramente mecânico e saímos da dimensão conceitual de alguém que possui saber superior ou inferior.

Diante do exposto, nos propusemos conhecer a situação de trabalho no contexto da Economia Solidária junto com o grupo escolhido para a realização da pesquisa, como os valores apregoados se efetivam na prática. O que à primeira vista pode soar como um erro de português é, na verdade, a postura ético-político-metodológica adotada, por acreditar que é na construção dessa parceria que se pode produzir conhecimento sobre tal situação e que envolve um destino a ser vivido, resultando sempre em algo inovador.

Ressaltamos que o delineamento a que nos referimos no título do presente capítulo, diz respeito somente à escolhas feitas, acerca de procedimentos metodológicos. Ressaltamos ainda que falamos de processos e não algo estanque. Assim, não fazemos referência a uma fronteira que separa o saber validado, cientificista, acadêmico, especializado; do saber tácito, operado no cotidiano.

Foi exatamente o contrário a que nos propusemos realizar em nossa pesquisa. A modulação do dispositivo acima citado foi uma estratégia para colocar o trabalho em debate, para que seja possível acionar saberes necessários à realização da atividade e muitas vezes desconsiderados no decorrer de suas trajetórias profissionais.

Tal dispositivo supõe uma disponibilidade provisória ao construir um diálogo entre os dois primeiros pólos denominados respectivamente pólo conceitual e pólos das forças de convocação ou reconvocação, num terceiro, chamado pólo das exigências éticas e epistemológicas como condição de co-emergência na finalidade de se produzir um saber inédito sobre a atividade, considerando a importância tanto dos saberes investidos na atividade quanto dos produzidos academicamente e já codificado em saberes disciplinares num mundo em constante transformação através de nuances e prismas mais diversificados (SCHWARTZ e DURRIVE, 2008).

Em linhas gerais, o epistêmico estaria segundo Schwartz e Durrive (2008), ligada ao conhecimento da atividade, enquanto que o caráter transformativo remeteria a

ação responsável pela modificação do estado das coisas. Sem acreditar, contudo, que haja uma nítida divisão entre o conhecimento de um lado e a ação de outro, que configuraria uma pseudo-separação entre o conhecimento intelectual e o manual. O que se afirma é a atividade concomitantemente conjugando o epistêmico e transformador no trabalho visto de perto. Fischer (2008), afirma que podemos legitimar os saberes, os atos e os efeitos daí derivados, no processo de reconhecimento e validade individual, coletiva e social às experiências que as pessoas possuem.

Há neste entender, uma dupla antecipação entre a linguagem e a atividade, a primeira remete ao uso delimitado e normalizado dos conceitos que antecipam a atividade e a segunda corresponde à atividade totalmente mergulhada na história em curso e que ultrapassa a própria linguagem devido à variabilidade na produção de mais saberes (SCHWARTZ e DURRIVE, 2008).

Cenário de outras pesquisas

Configurou como cenário da nossa pesquisa, o estudo de caso de uma cooperativa do segmento de confecções e estamperia situado na cidade da Serra - ES. Tal cooperativa funciona desde 24 de junho de 2000, ocasião em que foi formada por um grupo de oito costureiras atuantes na Pastoral Operária - PO e nas Comunidades Eclesiais de Bases - CEBs com o objetivo de oferecer melhores oportunidades de vida à comunidade e impulsionadas pela campanha da fraternidade da Igreja Católica de 1999 cujo tema foi “Sem trabalho... Por quê?”.

Esta campanha abordava a questão do desemprego como “[...] *maior desafio ao atual sistema econômico [...] na passagem do século e do milênio*” (Valentini, 1999). É preciso, portanto, considerar a presença da Igreja Católica na sua formação, bem como considerarmos valores disseminados na cultura cristã. E apresentava como considerações às reflexões e debates disparados na mesma:

“[...] diante da verdade única do mercado como regulador absoluto de toda economia, é urgente restituir a primazia da política sobre a economia, e identificar os critérios éticos que conduzam a política tanto para os objetivos que ela deve ter como para a eficácia que ela precisa conseguir. Uma economia guiada pela política, e uma política impregnada de valores éticos (Valentini, 1999)”.

Houve ainda, por ocasião de sua formação a criação de um regimento interno como instrumento de controle criado para que as decisões não precisassem ficar em âmbito pessoal. Constituindo um controle normativo na qual foi embasado a autogestão.

Hoje, após onze anos de funcionamento, conta com catorze trabalhadores[4], divididos nos setores: dois trabalhadores no administrativo, um na recepção, um na arte-final, um no corte, sete na costura e dois na estamparia, com idades entre 19 e 61 anos. E tendo como horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 07h30min às 17h30min. Durante este horário cada minuto era minuciosamente empregado nas tarefas distribuídas por setor.

Neste decorrer do tempo muitas histórias aconteceram. A sua própria história enquanto cooperativa, reflete a união de um grupo de costureiras que desejavam um futuro com menos desigualdade e desdobra-se em muitas outras. Inicialmente

trabalhavam no “fundo de quintal”, conforme afirmado por algumas daquelas trabalhadoras que permanecem até o dia de hoje na cooperativa. “Trabalhavam debaixo de sol e de chuva”, elas prosseguem. E “não tinham essa estrutura de trabalho que têm hoje” fala outra apontando orgulhosamente para o nosso redor e referindo-se à construção e expansão do empreendimento, que funciona atualmente em dois andares.

Em termos de espacialidade física, atualmente a cooperativa funciona em cima da casa de uma das cooperadas, para tanto é cobrado um aluguel mensal de seiscentos reais dividido entre todos os cooperados e obtidos pela produção das encomendas. O acesso[5] à cooperativa é feito separadamente da casa da proprietária, por meio do interfone e de uma escada de metal que nos leva a uma antessala onde fica um belíssimo quadro e alguns tecidos enrolados e acomodados no chão.

Possui um espaço físico de dois andares, sendo que no primeiro estão além da antessala, os setores da recepção e arte-final numa sala ampla, com dois computadores, papéis, uma impressora, o interfone, mesas, cadeiras e outro lindo quadro. O telefone, por ser sem fio, percorre todos os ambientes, no entanto, o local mais comum de encontrá-lo é na recepção devido às constantes encomendas.

O setor administrativo situa-se numa sala um pouco menor, com duas mesas, dois computadores, uma impressora, cadeiras, um armário de aço no canto direito e muitos papéis. Há ainda outra sala que por enquanto não está sendo utilizada. Neste mesmo andar, há o refeitório em outro espaço, com uma extensa mesa de

madeira, dois bancos longos, um aparelho de microondas, uma geladeira; uma pia separada por uma parede, alguns talheres, copos e pratos e ao lado um banheiro de uso comum.

Do refeitório há uma porta que nos permite acesso tanto à uma escada que nos leva ao segundo andar, quanto à outra sala onde está uma mesa, uma estante, mais tecidos, algumas amostras de tamanho de blusas e muitos retalhos de diversas cores que também servem como amostras. Debaxo da escada encontramos os coletores de lixo seco e úmido identificados pela cor e por um cartaz informativo.

No segundo andar funcionam os setores de corte, costura e estamparia. No setor de corte havia uma janela, uma mesa ampla e dois aparelhos elétricos de corte denominados “cortadeiras”; havia ainda outra mesa menor servindo de apoio ao material tanto antes quanto depois do corte e um ventilador afixado na parede.

No setor de costura existia uma janela lateral, oito máquinas de costura, uma mesa grande de apoio, e ocupando o canto da parede uma estante modulada de aço onde estavam diversos carretéis de linhas, nas mais variadas cores. E mais à frente ficavam dois banheiros. Na outra extremidade da sala encontramos uma máquina para “prensar” os desenhos a fim de proporcionar maior durabilidade aos mesmos.

Do setor de costura tínhamos acesso à estamparia, apenas separada por uma parede, mas sem portas. Nela ficavam duas mesas para estampar as figuras

impressas no setor de arte final, um tanque com duas torneiras, duas amplas janelas trazendo luminosidade e ventilação ao local, uma vez que as mesas de estampar quando ligadas chegavam a 300° C e não se podia colocar nenhum tipo de ventilação artificial neste ambiente porque prejudicaria a qualidade e fixação dos desenhos a serem estampados. Ainda sobre o processo de estampagem, em ocasiões que a demanda era muito grande os desenhos eram submetidos à aceleração do processo de secagem por meio de um secador especial, que mais se assemelhava a uma mistura de secador de cabelo com uma furadeira elétrica. E fazia muito barulho.

A escolha desta cooperativa como local para a realização de nosso estudo se deu devido o mesmo ser conhecido como atuante no movimento da Economia Solidária e que por ocasião de nossa pesquisa encontrava-se prestes a se liquidar e tornar-se uma microempresa.

Diante desta particularidade, encontramos entre os trabalhadores, alguns que estão como cooperados, outros como funcionários, e ainda outros como prestadores de serviços. Numa mistura de termos, que incluem ainda a presença de um conselho fiscal e administrativo enquanto cooperativa, e a participação de dois sócios-proprietários enquanto formação da microempresa.

A nossa pesquisa não foi a primeira nesse estabelecimento, pois durante esses onze anos de funcionamento já houveram pelo menos duas outras anteriores a nossa, ainda que com objetivos diferentes e incontáveis visitas técnicas com o objetivo de conhecer e trocar experiências com os trabalhadores . As duas

pesquisas foram prontamente disponibilizadas a nós pelo responsável pela cooperativa como recurso em nossa pesquisa.

Os estudos em questão foram uma monografia de especialização em Associativismo e Cooperativismo do Departamento de Serviço Social da UFES intitulada a “Socioeconomia solidária: uma costura sem remendos, estampando o futuro” de Benevenute e Abreu (2001) e uma monografia de graduação em Ciências Econômicas da mesma instituição de ensino com o título “Economia solidária como proposta de desenvolvimento sustentável” de Senna (2008).

Benevenute e Abreu (2001) destacam a construção histórica de uma cooperativa de profissionais de confecção a partir de um projeto viabilizado por pessoas que lutam pelos direitos humanos, pessoas que crêem na transformação social. E militam no Centro de Desenvolvimento de Direitos Humanos - CDDH, na Pastoral Operária e nas Comunidades Eclesiais de Bases.

Constituíam o objetivo central da pesquisa a abordagem de aspectos acerca da construção da participação e da gestão democrática no cooperativismo na perspectiva da Socioeconomia Solidária. Sobre a cooperativa, o que está sendo colocado aqui sobre a pesquisa de Benevenute e Abreu (2001), nos mostra um cenário de estruturação e constantes reuniões entre os trabalhadores cooperados que permeiam esse lugar.

Com um ano de criação, na época da realização da referida pesquisa, a diretoria contava com onze sócios - trabalhadores e média diária de produção de trezentas peças. Ainda nesta época, os trabalhadores tinham por hábito se reunirem quinzenalmente para avaliar o trabalho realizado. Mensalmente realizava um

encontro de formação e anualmente, de forma ecumênica, um retiro espiritual. Comemorava-se também o aniversário de inauguração no mês de julho (BENEVENUTE e ABREU, 2001). Havia muitas oportunidades de conversarem sobre o trabalho que realizavam e juntos tomarem decisões.

Benevenute e Abreu (2001), afirmaram que a média de produção diária das camisas era em torno de trezentas, e todo mês 25% do resultado destina-se à sustentação do CDDH. O faturamento mensal consistia de quinze mil reais, sendo que cada sócio recebia aproximadamente trezentos reais por mês, conforme a produção e assiduidade no trabalho. Em uma das falas de um dos membros da cooperativa, ficou claro que a geração de renda não é finalidade última deste empreendimento estudado conforme destacado abaixo:

[...] Não podemos nos comparar a uma empresa que visa só a geração de renda. Nosso projeto quer ser um espaço de formação, de conscientização e de luta na prática do trabalho. Queremos alimentar o sonho de uma sociedade mais justa, através de novas relações de trabalho, novas relações entre nós e com a sociedade e através de uma administração honesta e transparente. Aqui é o lugar da militância, da resistência, da fé atuante, da prática libertadora. Todos estamos a caminho. Alguns vêm de uma caminhada mais longa, mais antiga, outros são mais novatos, não importa. O que importa é ser capaz de sonhar e querer caminhar na SuperCoonfex, rumo a um mundo mais justo. Viver apostando no amor, na justiça, na igualdade [...] em algo que talvez nunca veremos realizado plenamente, mas pelo qual vale a pena lutar, viver e até morrer.

Benevenute e Abreu (2001) disseram que entre os cooperados ativos encontravam-se nove mulheres e dois homens. Enquanto que os associados inativos totalizavam vinte e nove associados. A idade do trabalhador mais novo era de vinte anos, havendo muitos com idade superior a trinta e cinco anos que enfrentavam o desemprego antes de ingressarem na cooperativa. Entre os cooperados atuavam três costureiras, uma cortadeira, um arte finalista e um

serígrafo. Estes trabalhadores exerciam antes as funções de balconista, servente, doméstica, costureira e instrutor de informática e deixaram o antigo trabalho no ano de fundação da cooperativa por motivos diversos: necessidade de mudança de município, fechamento da empresa, não identificação pessoal com a função desenvolvida, motivos de saúde na família e gravidez.

E os principais motivos para entrada das pessoas na cooperativa eram os mais variados: gostar de costurar, acreditar nesse projeto, mudança de localidade, falta de emprego, necessidade de sobrevivência, acreditar que a Economia Solidária poderia transformar a sociedade a partir da iniciativa popular no intuito de proporcionar vida digna (BENEVENUTE e ABREU, 2001).

Também indicada numa fala das participantes de Benevenute e Abreu (2001):

[...] Oficialmente, também entrei porque estava desempregado e também porque eu já acredito neste projeto [...] Está aí, é um projeto de cooperativa como M. citou, que não explore, mas que dignifique o ser humano, que faça com que ele se torne mais humano, mais pessoa. E se descubra como filho e criador, eu acho que é isso, é muito importante.

Na época do estudo em questão, segundo o que os trabalhadores esperavam sobre o cooperativismo era uma prática que superasse a necessidade de geração de renda, embora esta seja fundamental. Tal como relatado abaixo, na direção contrária à hegemonia capitalista:

[...] Nossa grande meta, acho, que é o projeto nosso assim [...] pelo pouco que estou entendendo é a questão de que nossa cooperativa

aqui não se baseia simplesmente só na questão [...] ela se baseia também na conscientização crítica do indivíduo para construir uma sociedade mais igualitária, para todos, não é? Então a cooperativa tem essa finalidade, de se preocupar com os outros, de criar essa conscientização, esse projeto.

Enquanto Senna (2008), apresentou em sua pesquisa um outro momento da cooperativa, já com sete anos de funcionamento e vinte e cinco cooperados, em sua maioria também mulheres, atuando nas funções de marketing, produção e apoio. Constituía seu objetivo geral a descrição da Economia Solidária como proposta de desenvolvimento sustentável, destacando aspectos econômicos e sociais. Através de um estudo de caso, constatou-se que os trabalhadores, divididos em equipes compunham o setor da confecção com dez trabalhadores, quatro na estamparia, três no setor administrativo e oito divididos na arte-final, no marketing e no apoio.

No que concerne à produção das mercadorias, estas eram realizadas através de encomendas. Entre seus clientes estavam igrejas, associações, pequenas empresas, universidades e órgãos públicos. Neste período, Senna (2008), em sua pesquisa nos afirmou que a produção mensal constava de três mil peças, considerada baixa para a capacidade produtiva de seis mil, no mesmo período.

Os recursos advindos das vendas dos produtos eram divididos para os cooperados de forma igualitária conforme as horas trabalhadas e independente da função desempenhada. A média das retiradas era mais ou menos setecentos reais mensais e não havia décimo terceiro e nem férias. As sobras eram destinadas para um fundo de compensação e para reservas, e no caso de não utilização dessas reservas por um período de um ano, as mesmas eram rateadas entre os cooperados (SENNA, 2008).

Senna (2008), confeccionou uma tabela com os dados médios da cooperativa segundo informações da responsável para melhor visualização da receita, conforme reproduzido a seguir:

QUADRO 3 - RECEITA DA COOPERATIVA

Receita bruta	R\$ 30.000,00 a R\$ 40.000,00
Retiradas total dos cooperados	R\$ 17.500,00
Impostos/taxas/contribuições	R\$ 7.500 a R\$ 10.500,00
Total das despesas	R\$ 25.000,00 a R\$ 28.000,00
Sobras	R\$ 2.000,00 a R\$ 5.000,00

Fonte: Senna (2008, p.56).

Um dos entraves da cooperativa era a parte contábil. Em especial as mudanças na cobrança de impostos e o sistema adotado pelo contador que gerava muitos custos devido a multas por erros, que mesmo não sendo de responsabilidade da cooperativa, geravam transtornos à mesma (SENNA, 2008).

Senna (2008), destacou como contribuição da cooperativa o processo de formação para o aprendizado de uma profissão. Sobre a educação, o treinamento e a informação, Melo (2007, p.52), fala do “[...] compromisso de promover a capacitação e a formação de seu quadro associativo e funcional” que as cooperativas de modo geral têm.

Destacou-se ainda nesse período, a participação do Sebrae através de consultorias e assessorias, auxiliando na organização do mapa da produção com objetivo de reduzir custos, evitando o desperdício de materiais. A cooperativa contava com a fidelização de vários clientes que se atribuía à conquista, credibilidade e reconhecimento no mercado em que atuava, sendo estes fatores apontados como avanços apresentados somados a sua permanência neste mesmo mercado por oito anos tornando-se auto-sustentável. Estavam entre as metas da cooperativa a confecção de produtos com a própria marca, a aquisição de uma sede própria e de uma loja para comercializar sua produção. Esperava-se com isso a criação de mais trabalho, possibilitando o ingresso de mais trabalhadores (SENNA, 2008).

Após esse brevíssimo resgate de outras épocas através das pesquisas realizadas nesta cooperativa, aqui estamos nós e o cenário em que se desenhou a nossa pesquisa foi outro, deu-se de modo particular, singular. Considerando que estamos sempre em situações de trabalho que têm histórias, particularidades dentro de relações econômicas em que as exigências e as formas de regulação continuam a pesar (Duc, Schwartz e Durrive, 2010, p. 28), encontramos uma cooperativa prestes a se liquidar, mas que ainda assim é referência quando se refere ao trabalho na Economia Solidária.

Em nossa pesquisa, diante de realidades novas que se produziram no caminhar trilhado, procuramos enquanto objetivo geral, conhecer, na situação de trabalho junto com o grupo escolhido para a pesquisa, **como as normas antecedentes e os valores dimensionados e não dimensionados do movimento da Economia Solidária se efetivam na organização de trabalho, considerando a dimensão**

política que habita toda atividade. Em outras palavras, estamos falando de situações de trabalho que possibilitem encontros, trocas, conversas, e que convoquem o trabalhador na atividade.

Assim, entendemos a própria atividade como encontros, quer seja na confrontação de trabalhador às normas antecedentes e valores num contexto sempre singular, ou na produção de seu meio considerando seus próprios valores no retrabalho dessas normas sempre insuficientes para dar conta da situação presente.

Enquanto objetivos específicos listamos os seguintes: conhecer como foi realizada a divisão de tarefas. Definir a existência e conhecendo como foi feita a prescrição do trabalho. Compreender como o debate de normas e valores acontecem no cotidiano da atividade industriosa na tentativa de compreensão das questões relacionadas ao trabalho. Conhecer a realidade local e como os princípios propagados no movimento se efetivam na prática e proporcionam não só alternativa de trabalho e renda como também dignidade e transformação social aos que ali participam.

E nossa aposta foi a participação efetiva dos trabalhadores, não os considerando como simples objetos-informantes necessários à realização da pesquisa, mas proporcionando aos trabalhadores pôr em conceito o trabalho realizado por eles, no entrelaçamento de normas e valores não só atualizados, mas também produzidos pela prática do trabalho.

Gerindo variabilidades no caminhar

Ao chegarmos à cooperativa para apresentar o nosso projeto, foi-nos dito que o empreendimento está se organizando para se tornar uma microempresa. E agora? O que faremos? Primeiro impasse: é ou não, um trabalho organizado nos moldes da Economia Solidária?

E não acabou por aí. Foi-nos dito também que realizar grupos com todos não seria possível, pois a produção não poderia parar; uma vez que eles tinham muitas encomendas para entregar. Segundo impasse: não realizando grupos, ainda assim seria um trabalho embasado na metodologia ergológica?

Mas como o que se planeja nunca corresponde exatamente ao que se realiza, no nosso caso não ocorreu de forma diferente, produzindo em nós um imenso desassossego. Por outro lado, esses impasses iniciais nos provocaram outros questionamentos: Por que um empreendimento reconhecido como atuante da Economia Solidária tornar-se-ia uma micro-empresa legalmente formalizada? E quanto aos encontros? Os trabalhadores não achavam importante um espaço para debater sobre o próprio trabalho que realizavam? E quanto aos valores? Como compareciam no cotidiano dando forma a atividade?

Optamos por experimentar, vivenciar o cotidiano dos trabalhadores, correr o risco. E ver o que aconteceria. Diante de uma perspectiva de pesquisa que se fez o tempo todo criando, para dar conta da imprevisibilidade, dos processos que aí que

constituíam, ao ato de criação presente nos gestos mais simples e que muitas vezes passam despercebidos. Procuramos conhecer na situação de trabalho as circunstâncias que deflagraram sua produção nos traços que o singularizaram.

Era nossa intenção inicial realizar a pesquisa em duas etapas: na primeira observaríamos a situação de trabalho e na segunda etapa pretendíamos realizar grupos com todos os trabalhadores para com eles debatermos sobre seu trabalho, juntos produzirmos conceitos. Pois acreditamos que o conceito é, conforme Durrive e Schwartz (2008), um instrumento para pensar, próprio do ser humano e profundamente ancorado no presente. Sendo que os grupos seriam filmados para análise dos mesmos conforme os objetivos da nossa pesquisa.

Mas diante da constatação que os trabalhadores não poderiam se ausentar de seus postos de trabalho, e conseqüentemente a impossibilidade de realização de grupos, optamos por acompanhar seu trabalho enquanto conversávamos com eles e em algumas vezes auxiliávamos em seu trabalho. A imersão nessa realidade lançou novas questões na nossa pesquisa. Durante nossa caminhada nos setores, enquanto conversávamos com os trabalhadores registramos nossas impressões num diário de campo e utilizamos ainda o recurso do questionário auto-preenchido.

Como vias de acesso alternativas, as conversas produzidas foram repletas de indagações e indignações que escapam ao que encontrava prescrito na rotina de trabalho dos trabalhadores nos setores de corte, costura e estamperia. Essas conversas não foram gravadas, pois em situação real de trabalho o ruído emitido pelas máquinas de costuras é muito intenso impossibilitando a qualidade de áudio. E para a produção das estampas, os trabalhadores na execução de suas tarefas

ficavam em constante movimento fazendo infinitas voltas em torno de uma longa mesa, prejudicando o áudio.

Dificuldades iniciais para a filmagem, que desde já nos permitiram perceber algumas tarefas executadas no cotidiano dos trabalhadores. E que nos falavam da forma como se organizavam dando visibilidade à velocidade dos processos. Acreditamos que trabalhar é gerir as variabilidades e infidelidades que o meio nos impõe e na nossa atividade de pesquisar esta gestão também esteve presente a todo o momento, nos convocando a fazer escolhas, considerar o ritmo, o dinamismo, a movimentação, as mudanças. Assim como num tear fomos tecendo entre nós e laços nosso caminhar, sem nos restringirmos somente ao normativo e nos atendo aos movimentos e ressonâncias provocados no dia a dia.

Para complementação das informações solicitamos aos trabalhadores um horário fora do expediente de trabalho para que pudéssemos realizar entrevistas semi-estruturadas, gravar e transcrever os dados produzidos. Mas diante das dificuldades de se conseguir esse horário, haja vista que alguns estudavam à noite, e tinham outros compromissos, apesar da boa vontade dos trabalhadores, só foi possível a entrevista com uma pessoa.

Então vimos no e-mail uma opção. Experimentamos com o setor administrativo e uma trabalhadora nos perguntou se queríamos que ela repassasse o roteiro para as outras. Dissemos que não porque nem todos têm acesso a Internet. “Mas eu posso imprimir e entregar a elas para responderem no papel mesmo, se você quiser”, foi a resposta que obtivemos no e-mail. Então vimos nosso roteiro de entrevista se transformar no questionário auto-aplicável. Entendemos esta

proposta como uma demonstração de cooperação, considerado um valor importante para a Economia Solidária, então, resolvemos aceitar e ver o que aconteceria.

Mas o tempo passou e nada aconteceu. Ou melhor, não o que esperávamos, quem se propôs a distribuir o questionário aos outros trabalhadores não pode fazê-lo, ora porque estava com muito trabalho na busca frenética pela produção, ora porque a energia elétrica havia acabado e não havia imprimido o material. Mas esta pessoa atentamente nos enviou as suas respostas, o que já auxiliou em nossa pesquisa. Recebemos também por e-mail as respostas de outra trabalhadora.

No questionário auto-aplicável[6] as perguntas procuravam conhecer como se configurava ou não a autogestão, qual a importância da produção, quando decidiram pelo fim da cooperativa e abertura da micro-empresa, avanços e dificuldades nesses onze anos de funcionamento, entre outras, totalizando vinte questões.

Como próximo passo levamos o questionário auto-aplicável e os distribuimos no horário de almoço dos trabalhadores dos setores de corte, costura e estamparia. E uma vez mais ressaltamos a importância da efetiva participação dos mesmos em nossa pesquisa, haja vista que é o trabalho deles que está em questão, portanto, ninguém melhor do que eles para nos falar a esse respeito. Duas trabalhadoras começaram a responder as perguntas ali mesmo e o restante preferiu levar para a casa, se comprometendo a entregar em alguns dias. Depois de algumas semanas recebemos alguns questionários respondidos, os demais ficaram de nos entregar por e-mail e não os fizeram.

Consideramos diante do contexto adotado, no jogo da imprevisibilidade, a análise da atividade no conhecimento da rede tecida no cotidiano do trabalho cooperado em tramas visíveis e não visíveis no seu coletivo gerido. Oportunizando-se espaços de conversas com os trabalhadores em cada setor durante suas atividades, nos corredores, nos intervalos do trabalho, entre o atendimento de cliente e outro. Analisando as dramáticas vividas pelos trabalhadores da cooperativa em questão.

Em síntese, utilizamos para a produção dos dados a observação direta da situação de trabalho e o registro de nossas impressões no diário de campo; em seguida, confeccionamos o questionário auto-aplicável. Em seqüência, a partir da produção desses dados procedemos à análise qualitativa dos mesmos e definimos as seguintes categorias para nortear nossa pesquisa: sustentabilidade econômica, autogestão, solidariedade, saberes, valores e sustentabilidade ambiental.

Desdobrou-se desses arranjos metodológicos, uma trama de questões na articulação de diversos saberes. Tratando-se enfim, na medida em que conhecemos como os trabalhadores renormalizavam os valores estabelecidos no movimento da Economia Solidária através do uso de si por si e pelos outros na atividade.

A partir de um delineamento do atual contexto, as prescrições na cooperativa escolhida para nosso estudo começam com os pedidos das encomendas. Eles podem ser feitos por e-mails, telefones ou pessoalmente na própria recepção, seguindo o protocolo de atendimento. A pessoa responsável por este setor anota

os pedidos, a quantidade de peças, o tamanho, o tipo de arte a ser utilizado. Depois o pedido é encaminhado ao setor de arte.

Lá ele é desenhado pelo responsável pelo setor conforme o desejo do cliente, caso seja um cliente antigo eles já tem cadastrado as especificações do produto, ou se for um cliente ou pedido novo tem-se a opção de criar a arte-final. Em seguida o desenho é encaminhado ao cliente para avaliação. Se aprovado o pedido é direcionado aos setores de corte, costura e estampa, como por exemplo, se for uma camisa promocional. Que atualmente é o produto que tem mais encomendas na cooperativa.

Após a etapa da produção, o produto é dobrado, acondicionado e entregue ao cliente. Alguns clientes preferem buscar o produto, outros preferem que ele seja entregue no endereço indicado. Essas informações são acordadas previamente ainda na recepção. Há ainda um escritório responsável pela parte financeira e administrativa da cooperativa.

Não optamos por seguir esse caminho. Transitamos livremente em cada setor, pelo menos em grande parte da pesquisa, mas sobre isso falaremos mais a frente. Muitas vezes caminhamos em mais de um setor por dia. Ao abordar o vivido em situação de trabalho, dando visibilidade aos movimentos próprios dos trabalhadores. Conforme veremos no capítulo seguinte.

Figura 06 - A produção não pode parar!



Fonte: Google Imagens.

CAPÍTULO 05. CONVERSA VAI, CONVERSA VEM...

“Se ao trabalhar o homem estabelece relações com outros homens, a cultura do trabalho precisa ser compreendida no seu sentido mais amplo, o que leva-nos a questionar: qual é o objetivo da produção? Para quê e para quem se produz?” (TIRIBA, 2001, p. 286)

“Trabalhar é produzir, mas é também acumular história, constituir um patrimônio...”. (DUC, 2010, p. 100)

O questionamento acima nos provocou a pensar como as coisas se operaram, convocando a um direcionamento de análise do trabalho. Sob esta ótica, pudemos compreender os processos que percorriam a produção, como funcionava e o quanto possibilitava passar intensidades e produzirem sentidos.

Utilizando como pano de fundo em que alinhávamos nossas análises a Ergologia, procuramos conhecer como as normas e os valores estabelecidos no movimento da Economia Solidária apareciam ou não nesse espaço-tempo que é a atividade. Nesse sentido, analisar a situação de trabalho econômico solidário não pode ser dissociada da dimensão do viver dos trabalhadores e dos processos em que foram instituídas as suas práticas.

Trazendo as reflexões teóricas para a realidade cotidiana da cooperativa propomos algumas categorias de análise para nortear nossa pesquisa qualitativa. São elas: sustentabilidade econômica, autogestão, solidariedade, saberes, valores e sustentabilidade ambiental; apresentados numa seqüência costurada na condução da abordagem ergológica escolhida por nós. Assim para nossa análise qualitativa levamos em conta sua articulação na contemplação da temática da Economia Solidária.

Esperávamos encontrar em nosso campo de estudo uma imagem semelhante aquela Àgora[7] grega onde se discutia a política, mas nos deparamos com um campo onde ouvíamos constantemente: a produção não pode parar! Encontramos então um local preocupado com a produção. Mas o que estaria por traz disso? Qual a sua lógica? De que produção estamos falando? Seria produção de vida, de saúde, de autonomia, de laços entre as pessoas envolvidas? E ainda: em que momento histórico da cooperativa passou a ser dada tanta ênfase a esse aspecto produtivo? Como entender este campo para pensar de onde emergia esse cenário?

Esses questionamentos funcionaram como detonador para nosso diálogo acerca da situação de trabalho na cooperativa. Ao colocarmos em debate, o ponto de vista do trabalhador, a produção apareceu como *“ponto principal da cooperativa”, “o que garante o salário”, “muito importante, pois é dela que sai o sustento da cooperativa”, “tudo de bom”, “o resultado de pagar todas as contas, inclusive os trabalhadores vêm disso”*; sendo que apenas alguns cooperados não a viam como algo central para a manutenção do próprio funcionamento daquele empreendimento.

Dentre esses, destacamos algumas falas divergentes: uma que entende a produção como um *“ponto a ser discutido”*, embora não explique exatamente como e por que deva ser discutido, e nos peça para não ser identificado indicando certa insatisfação com a própria situação de trabalho. E outra que admite que a cooperativa *“já foi pior economicamente, mas o dinheiro não é tudo. Eu valorizo mais justiça e honestidade”*, indicando que o avanço econômico é importante para a cooperativa, mas destacando também valores que não os mercantis.

Ainda sobre a produção alguém manifestou “*satisfação por ter atingido a meta, que a empresa precisa para seguir em frente*”, demonstrando maior familiaridade com uma organização de trabalho empresarial, onde há hierarquização, poder centralizado nas mãos de alguns, e também metas para serem atingidas visando à manutenção da mesma; do que uma cooperativa onde não se obtém lucros.

Assinalamos aqui, que começamos a elucidar algumas questões: a produção para a cooperativa deveria ser compreendida enquanto sinônimo de produtividade. Desta maneira, a perspectiva foi que, a partir da permanência dos trabalhadores nesses postos, a produtividade estaria assegurada. Logo, os postos de trabalho também estariam. O que explica tamanho investimento de tempo dos trabalhadores para a sua consolidação demarcando os processos cotidianos de modo a aumentar os resultados e, por consequência, maximizar também a renda dos cooperados.

Sabemos que teoricamente para a Economia Solidária, os valores como autogestão, solidariedade, cuidado com o meio ambiente, são norteadores para que suas ações possam ser expressas configurando a própria situação de trabalho; logo a produtividade econômica não deve ser vista como valor máximo, ao mesmo tempo em que, supõe-se que na prática o empreendimento deva sustentar-se economicamente (indicando outro importante valor) e assim manter-se ativo para que haja geração de trabalho e renda. Ou seja, se, por um lado, tais valores não devem ser esquecidos, por outro; deve existir uma constante preocupação com a sua manutenção econômica.

E mais uma questão se coloca: como manter-se ativo no competitivo mercado ao mesmo tempo em que tais valores não sejam subjugados pelo capital? É um tanto

paradoxal, pois estamos falando de um trabalho com especificidades valorativas que se propõe romper com a lógica mercadológica ao mesmo tempo em que o mercado regula seu ritmo de produção e dita a sua velocidade, a tal ponto de não haver tempo para discussões sobre as próprias condições em que este se realiza.

Esta orientação dos trabalhadores era claramente perceptível frente à constatação de que a forma organizativa do trabalho na atualidade impedia a prática de discussões coletivas sobre o modo de viver o trabalho. Ocasionalmente ocasionando um desconhecimento da própria dinâmica de funcionamento, conforme comprovado na seguinte fala:

“Tem coisas que a gente não sabe de nada aqui. A gente mesmo da costura não sabe o que se passa no setor da estamparia. Não conhece o trabalho feito na estamparia.”

E de novo apareceu à comparação com uma empresa: *“normal como em qualquer outra empresa”*. A realidade dessa cooperativa expressava-se numa rotinização de manhãs e entardeceres, e outras manhãs e outros entardeceres e assim por diante; sendo habitual para a maioria dos trabalhadores se dirigirem ao seu posto de trabalho e lá permanecerem até findar mais uma jornada, só se ausentando para paradas estratégicas como o café da manhã, o horário de almoço e o café da tarde. Expresso a seguir:

“Chego à cooperativa, vou direto para o meu setor que é o corte, e assim vou trabalhando e assim faço meu horário, do almoço como as outras também fazem e a gente volta para as atividades e assim até o final do horário”.

O que entra em questão a nosso ver é a reprodução das relações capitalistas de trabalho. Onde os valores solidários são parcialmente efetivados negligenciando aspectos que possibilitem a promoção da emancipação social e de desalienação do trabalho.

Escolhas enviesadas

Afirmamos as estratégias geridas pelos cooperados enquanto reguladoras do meio de trabalho. Nesse ponto, importante esclarecer que a prática desses valores ganhava contornos mais visíveis considerando as tessituras no movimento da Economia Solidária que vislumbra colocar em questão qualquer modo de sobrecodificação capitalista. Ali naquela prática temos atualizado o desdobramento da mesma lógica relacionada a uma visão de mundo adotada como fio condutor.

Somado a isso, verificamos através de recortes de reportagens em jornais[8] impressos mantidos com muito zelo pela presidente da cooperativa e que foram orgulhosamente apresentados a nós enquanto mais uma fonte para compreendermos as questões em torno da cooperativa.

Em uma reportagem, veiculada no jornal A TRIBUNA, VITÓRIA-ES, 08 de FEVEREIRO DE 2009; intitulada “Moradores unidos para lucrar”, era assim iniciada:

“Uma boa ideia para quem quer ganhar dinheiro: junte-se aos seus vizinhos, monte um negócio e produza para ganhar seu próprio salário. A receita é simples e os resultados mostram que vale a pena.”

A partir desses recortes, ao mesmo tempo em que temos a história da cooperativa contada em momentos distintos dando visibilidade para a mesma, observamos uma mistura de concepções e termos no que se refere ao trabalho na Economia Solidária. Ainda na reportagem citada acima foi apresentada:

“Um sistema de negócios conhecido como Economia Solidária, um movimento organizado, que a partir de um trabalho coletivo, passa a desenvolver formas de geração de renda. Nesse trabalho não tem patrão nem empregado. Ou seja, todos são responsáveis pelo negócio, decidem em conjunto e se beneficiam igualmente dos lucros gerados.”

A partir de outra experiência descrita na reportagem, a mais antiga do acervo da cooperativa estudada realizada por um jornal local, intitulada: “Dificuldade de acesso ao crédito e pendências na regularização prejudicam o fortalecimento de Cooperativas.” JORNAL TEMPO NOVO, SERRA-ES, 23 a 30 de SETEMBRO de 2005, era citado um levantamento realizado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o Sistema Nacional de Apoio a Indústria (SENAI) e o Fórum de Economia Popular Solidária (FEPS); entre julho e novembro de 2004 no qual afirmava existirem 300 cooperativas no Estado do Espírito Santo, sem, contudo, diferenciar e/ou qualificar os empreendimentos solidários. Na mesma reportagem foram apresentadas como entraves para o funcionamento das cooperativas:

“O fato de grande parte delas funcionarem na ilegalidade (ainda que ressaltasse que a maioria encontrava-se em processo de regularização); a dificuldade de se obter crédito por causa da alta taxa de juros e a dificuldade de escoamento da produção atribuída a falta de domínio dos empreendimentos sobre o mercado.”

No tocante as instituições de apoio, compreendemos, quanto ao SEBRAE, à possibilidade de formalização do empreendimento como algo positivo. Porém, acreditamos que nesse ponto de vista o aspecto autogestionário do trabalho é desconsiderado, centralizando o poder decisório nas mãos do “dono” do empreendimento.

Na atualidade a discussão proposta pelo SEBRAE encontra-se vinculada aos valores do mercado principalmente pela propagação da ideia de empreendedorismo individual, que como o nome já indica, é a figura do dono do próprio negócio, na abertura e/ou formalização do mesmo.

Deste modo a contribuição do SEBRAE, em especial ao disseminar práticas que remetem ao discurso de liderança, ao nosso entendimento se distancia em muito do conceito apregoadado pela Economia Solidária no que se refere à autogestão.

Contudo, nessa mesma reportagem, foi salientado que:

“Saber gerir o negócio é fundamental para os resultados, seja em uma associação ou em uma cooperativa. Especialistas em economia solidária afirmam que por se tratar de um empreendimento onde os próprios associados são os donos, é preciso ficar atento para que o interesse individual não seja maior que o coletivo.”

E ainda como auxílio à organização da população em associações ou cooperativas foi divulgado o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo) enquanto oportunidade de aprendizagem nos cursos

oferecidos sobre cooperativismo e associativismo, estrutura da organização, noção de gestão e legislação.

A participação do SEBRAE também apareceu em nossa pesquisa quando perguntamos aos trabalhadores se recebiam algum tipo de consultoria, o SENAI também foi citado, e os trabalhadores esclareciam que esses serviços eram contratados e pagos pela própria cooperativa para treinamento e aperfeiçoamento. Em contrapartida, quando questionamos os trabalhadores se havia algum apoio da SENAES e de outras políticas públicas, eles nos responderam que “*não existe nenhum apoio desse tipo*”.

Ao lermos as referidas reportagens constatamos a apreensão da cooperativa pela mídia como mais uma forma de aumentar a renda, reforçando a lógica capitalista e aproximando-a ao trabalho assalariado e individualista. Pouco abordando sobre a especificidade valorativa de tal trabalho.

Pensar os valores da economia solidária no contexto capitalista é algo complexo porque esses valores não são os hegemônicos na nossa sociedade. Esses valores da Economia Solidária vão de certa forma fundamentar nossas práticas de trabalho. E colocá-los em funcionamento não é tarefa qualquer, importa indagar se tais valores, ao serem produzidos, geraram qual modo de funcionamento do trabalho.

Assim o entendimento que estamos fazendo do trabalho é que o mesmo é um dos locais que possibilitam ou não que esses valores tomem forma, em especial,

ressaltando o saber dos trabalhadores no próprio processo produtivo. Neste sentido o trabalho ganhava relevo especial para compreendermos a trajetória produzida em diálogo com os valores mencionados.

Em linhas gerais, quando pensamos na dimensão macro da atividade, fazemos menção às grandes mudanças no mundo do trabalho e como estas questões vão compor as normas antecedentes. Entendemos como questão central que toda atividade, por menor que possa parecer, carrega questões que são mais amplas do que o espaço que habitam. Tais questões a atravessam.

Não podemos esquecer que a cooperativa encontra-se imersa numa rede social que espera dela um modo capitalista de organização. Assim as normas antecedentes, construídas historicamente englobam desde prescrições específicas para a realização do trabalho, às mais abrangentes como os econômicos, sociais e políticos.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, tendo em vista a complexidade e diversidade do mercado, uma das questões apresentadas no cenário atual da cooperativa é a sua própria sobrevivência, enquanto forma de garantir sua viabilidade e permanência no competitivo mercado.

Por sustentabilidade econômica reconhecemos a capacidade de viabilizar economicamente o empreendimento e de seus cooperados terem condições de o conduzirem. Quando procuramos saber como a cooperativa se mantinha economicamente, surgiram respostas como *“creio eu que com os lucros da*

empresa”, “pegando encomendas, como de igreja, eventos e órgãos públicos”, “com o próprio trabalho dos cooperados”, “com o lucro de todos os cooperados e outros meios que eu não sei explicar”.

As falas acima demonstraram que pouco se conhecia por parte dos cooperados sobre a manutenção econômica do local em que trabalhavam e ainda sinalizavam uma confusão entre os termos, uma vez que sabemos: numa organização de trabalho cooperado não há lucro econômico, pois quando há ‘sobras[9]’ (como são chamadas para a Economia Solidária, são rateadas entre todos), enquanto que numa empresa capitalista o lucro constitui a própria finalidade ao auferir ganhos extraordinários.

Outro aspecto relatado sobre a sustentabilidade econômica foi à alta tributação cobrada à cooperativa; o que de certa maneira nos ajudaria ainda compreender tamanha preocupação com a produção. Sendo colocado *“a parte burocrática como os impostos”*; como motivo de dissolução do empreendimento solidário e organização em microempresa. Manifesto na seguinte fala:

“Mas para o final agora foi uma necessidade mesmo porque não é possível pagar uma carga tributária tão alta. E os trabalhadores vão tendo cada vez menos benefícios. O trabalhador que não tem direitos a férias, não tem direitos a décimo terceiro. A cooperativa não tem, mas têm que pagar 17% de ICMS, 3% de CONFINS, taxa disso, taxa daquilo, o sistema MATRIZ que é o sistema para emitir nota eletrônica, é taxa de prefeitura, de fiscalização de bombeiro, é taxa de meio ambiente, tudo como uma grande empresa. Não existe micro, pequena, grande cooperativa. A lei é igual para todos. Não existe uma cooperativa de Economia Solidária com valor diferenciado, não existe. Economia Solidária, cooperativa de Economia Solidária que está preocupada com as pessoas mais carentes, ensinando os jovens, pegando essas mulheres que não tem nenhuma profissão, ensinando essas mulheres uma profissão seja ela na estamparia, na confecção, na administração, mais não tem nenhum benefício por parte do

Estado, nenhuma diferenciação na tributação, o Estado não reconhece isso, porque não existe lei para favorecer a cooperativa”.

A alta tributação é um problema de longa data para a cooperativa e aparece na pesquisa de Senna (2008) através de cobranças de impostos e taxas como: ICMS, ISS, IR, PIS, CONFINS, licenças municipais.

Como já falamos antes, para que esse trabalho possa ser realizado e continuar a existir, ele necessita se submeter a alguns valores capitalistas. Contudo, ressaltamos que esta afirmação deve ser entendida com muitas ressalvas, pois consideramos que tal submissão visa à manutenção dos próprios postos de trabalho e dialoga com necessidades para a realização do mesmo, como despesas com aluguel, água, energia elétrica, aquisição de tecidos, tintas, telas, entre outras tantas que presenciamos enquanto lá estávamos.

Entretanto, há que se notar ainda que dos cooperados consultados nos setores de corte, costura e estamperia apenas dois afirmaram conhecer quais os tributos/impostos/taxas pagos. Ainda que a maioria nos relatasse que eram muitos. Neste ponto, apesar de reconhecer que grande parte do que produziam e comercializavam era para efetuar pagamentos tributários, afirmaram que essa parte era com a responsável pela cooperativa. Indicando não participarem ativamente do processo.

O desafio da autogestão: nem patrões nem empregados

Partimos do pressuposto que a autogestão enquanto valor social e político na esfera da Economia Solidária se diferenciam do domínio capitalista, uma vez que o poder de decisão encontra-se nas mãos dos trabalhadores; não havendo dicotomias entre patrões e empregados. No trabalho autogerido as decisões são tomadas por uma lógica coletiva na qual cada cooperado é responsável por si, e também pelos outros cooperados.

Este entendimento nos leva a afirmar que a organização de trabalho assumiria contornos também diferenciados com controle e participação das decisões pelo conjunto dos cooperados refletindo nas relações e as suas práticas diárias.

A ação de decidir implica, portanto, no debate de normas e valores norteando o que se decide, por que, quando e em que condições se decidem por algo. É um debate porque as normas antecedentes não dão conta da situação presente. Decidimos com base na apropriação de uma maneira singular ao que é proposto, ao produzirmos alternativas. Lançamos mão, então de nossos valores construídos ao longo da vida, valores compartilhados e historicamente produzidos.

Assim a decisão implica na consideração dos objetivos anteriores a realização das tarefas e consiste no valor dimensionado (aquele que pode ser mensurado/quantificado) configurado na autogestão. Assim, procuramos conhecer quais eram os objetivos da cooperativa escolhida para nosso estudo para compreendermos como se dava esse processo decisório.

Como podemos depreender no caso da cooperativa em questão, consideramos o seu Estatuto, enquanto norma antecedente, que prevê como objetivos de seu funcionamento, em seu Cap. 2, Art. 2 conforme descrito a seguir:

- I. prestar serviços diversificados nas áreas de atuação dos profissionais autônomos cooperados;
- II. contratar serviços para seus cooperados em condições e preços convenientes;
- III. fornecer assistência aos cooperados no que for necessário para melhor execução do trabalho;
- IV. organizar o trabalho de modo a aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
- V. proporcionar através de convênios com sindicatos, prefeituras e órgãos estaduais, serviços jurídicos e sociais;
- VI. realizar cursos de capacitação cooperativista, profissional e outros para o seu quadro social.

Ainda procurando conhecer como se organizava o trabalho na cooperativa escolhida para nosso estudo, indagamos inicialmente como se davam as decisões e eram divididas as tarefas na cooperativa, e obtivemos a seguinte resposta:

“São divididas entre as costureiras, as auxiliares e a presidente, cada uma fazendo sua tarefa, mais todas são muito dependentes da opinião da presidente, não fazem e nem tomam nenhuma decisão sem ela”.

O contexto atual não nos pareceu favorecer a autogestão. Há que assinalar que na cooperativa observamos no dia-a-dia a delegação das decisões a uma pessoa, que ocupa o cargo da presidência e responde pela cooperativa. Deste modo o

poder de decidir por si mesmos, era comprometido, ou até completamente desconsiderado, caracterizando um poder constituído e verticalizado. Esta organização centralizada da gerência acabava comprometendo também os interesses coletivos, preconizado no Estatuto acima citado.

Uma vez que alguns trabalhadores nos disseram haverem reuniões com a diretoria e depois às questões iriam à discussão pelo grupo todo, procuramos conhecer também como se davam à realização de assembleias, contudo, os trabalhadores nos disseram que a última ocorreu no início de 2011, sem precisar exatamente o dia ou o mês; e que não se recordavam (no caso dos trabalhadores mais antigos) ou não participaram (no caso dos trabalhadores que atuavam há pouco tempo na cooperativa), o que fora discutido.

Conforme o Estatuto[10] da cooperativa, no Cap. V, que versa sobre a Assembleia Geral nos Art. 17 e 18, é nos dito:

Art. 17 A Assembleia Geral dos Cooperados, Ordinária ou Extraordinária é o órgão supremo da (nome da cooperativa), cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 18 A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração, após deliberação deste.

§ 1º Poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º Não poderá participar da Assembleia Geral, o cooperado que tenha sido admitido após a convocação ou aquele que infringir qualquer dispositivo estatutário que define os deveres do cooperado.

Pelo documento encontrado, constatamos que a relação entre os trabalhadores mudou no decorrer do tempo, uma vez que este documento tinha a função de normatizar as relações entre os cooperados. Assim, houve um período em que era comum a realização de assembléias, como pôde ser verificado na pesquisa de Benevenuto e Abreu (2001).

Quem lê a presente pesquisa pode estar se perguntando, se o fato de não ser praticada autogestão na cooperativa e dado tanta ênfase na produção, aqui entendida como produtividade, não nos fornece subsídio para afirmamos que não se trata de uma prática econômica solidária. Pois bem, a situação não é tão simples assim! Ao invés de olharmos o termo, estamos nos atendo ao processo que produz o termo, pois entendemos que a realidade se constitui em meio aos confrontos e arranjos que atravessam e deixam marcas. Deste modo, estamos nos referindo a um olhar focado sobre as minúcias da atividade e das relações estabelecidas naquele local.

Importa ainda mencionar: em nossa pesquisa procuramos compreender a forma como os trabalhadores interagem entre si nas situações de trabalho, renormatizando-os a todo o momento. Ou dito de outra forma, é um desvio; uma vez que compreendemos a atividade do trabalho enquanto algo concomitantemente complexo e singular.

Ressaltamos que a presença de normas, protocolos e Estatuto embora importantes, não nos oferece nenhuma garantia do que encontrar, uma vez que não dão conta das infidelidades ou imprevistos do meio. Acreditamos, portanto, que o trabalho se caracteriza pelo modo como ele é atualizado nas relações complexas que não são as mesmas a cada dia, a cada minuto.

Dispusemos-nos a conhecer mais um pouco os processos que engendram os valores no trabalho da cooperativa a partir dos já objetivos mencionados. E aqui esclarecemos que compreender não é diagnosticar, rotular ou fazer algo do tipo. Compreender é acompanhar o processo de constituição do trabalho, deflagrando o movimento de análise do trabalho que não pode nunca ser totalmente antecipável.

Desse modo, antes de nos preocuparmos em encaixá-la em rótulos, algo que definitivamente não o faremos; detivemos-nos por conhecer a situação e entender como as coisas se passaram por lá, entendendo ainda o que acontece na atualidade com esse trabalho que a primeira vista expressa uma lógica de produção semelhante a capitalista. Semelhante, porém, com muitas variações que nos intrigaram, nos inquietaram durante toda a pesquisa para continuar nosso caminho investigativo.

Entrelaces de saberes e valores

Uma dessas variações, e algo que chamou-nos à atenção foi a não exigência de experiência prévia dos trabalhadores ao ingressarem na cooperativa. Havia reconhecimento do saber prático, adquirido empiricamente e transmitidos oralmente aos cooperados mais jovens. Assim, a cooperativa foi reconhecida como primeira forma de inserção ao mercado de trabalho para muitos dos que ali estavam oportunizando-se espaços para o aprendizado.

Numa dinâmica diferenciada que movimentava a disseminação de outra economia. E carregava com ela novas oportunidades de geração de trabalho e renda, a quem de outra maneira, talvez tivesse dificuldades de adentrar ao mercado de trabalho. Uma vez que tal mercado exige trabalhadores qualificados, experientes, que já saibam o que precisa ser feito.

Em nossas conversas, obtivemos o seguinte relato de uma das costureiras da cooperativa:

“Quando você está numa empresa, você nunca muda. Ela não dá a chance de você aprender. Ela quer você pronta. Isso aqui (ela diz apontando para sua máquina) qualquer criança senta aqui e faz, é só você ter interesse em aprender e ter a oportunidade”.

Um ponto considerado relevante por nós, para além da prescrição, indicando solidariedade entre os trabalhadores dos setores, diz respeito à produção de novos saberes na situação de trabalho, enquanto espaço de aprendizado e troca de experiência. Compreendemos com tal gesto como os trabalhadores diante dos procedimentos escolhidos interagem na própria situação de trabalho no entrelace de saberes e valores compartilhados pelo grupo que trabalhavam consistindo no patrimônio coletivo.

De fato, é fundamental o entendimento que estamos fazendo da solidariedade enquanto valor no contexto da Economia Solidária. Por solidariedade fazemos referência às relações que colocam o ser humano enquanto finalidade em detrimento ao acúmulo privado de riqueza.

A solidariedade enquanto valor não dimensionado apareceu em nossas análises na cooperativa se sobrepondo ao capital ao possibilitarem oportunidades de ingresso ao trabalho às pessoas que nunca tiveram emprego antes. Tais práticas na cooperativa, referentes à solidariedade são constantes conforme explicitado na fala a seguir:

“É que a pessoa chega muitas vezes, e diz, mas eu não sei fazer nada disso que se faz aqui. Eu não sei costurar, não sei estampar. Então você vai fazer de tudo um pouco e depois você vai definir o que você se encaixou melhor. Na costura, então começa alinhavando, depois você vai para a máquina ou você gostou da estamperia, de sublimar, ou cargo administrativo”.

Deste modo é oferecida a oportunidade do trabalhador de experienciar, ter contato com as atividades, desempenhar funções, conforme foi-nos dito: *“com relação ao trabalho já passei por todos os departamentos, agora sou coordenadora. Fiz parte do conselho fiscal, agora, por fim, faço parte do conselho administrativo”; “já costurei, já limpei tela, arrematei, dobrei e ensacolei camisas”; “costureira em todas as máquinas”.*

Destacamos a possibilidade da formação profissional que a cooperativa ofertava a quem tivesse interesse em atuar naquele espaço, consistindo no aprendizado através da prática orientado pelos próprios cooperados. Por conta disso podemos ainda falar que o trabalho de formação desenvolvido proporcionava oportunidades de trabalho a quem de outra forma não tivesse acesso.

Era comum aos trabalhadores possuírem um grau de parentesco entre si. Assim pessoas de uma mesma família trabalhavam no empreendimento. As relações

entre os cooperados eram permeadas pela pessoalidade. Quem não pertencia à família de quem já participava dali, era conhecido por alguém.

Ainda no período em que estivemos na cooperativa presenciávamos admissões e demissões de alguns trabalhadores. No primeiro caso elas ocorriam por meio de anúncios nos jornais, procura espontânea do candidato à vaga, e principalmente indicações de conhecidos. Após uma breve entrevista com a responsável pela cooperativa o trabalhador era submetido a um período de experiência, se o trabalhador não atuasse no segmento era oferecido um treinamento pela cooperativa conforme mencionado anteriormente e reafirmado na fala abaixo.

“Tem um tempo para você. Claro, se a pessoa nunca teve oportunidade de fazer, como ela sabe que vai saber fazer? Quando eu entrei na escola, eu não sabia fazer o A, o B, o A, E, I, O, U. Eu aprendi. Tive que aprender então. Existem muitas pessoas que aprendem que é uma beleza e são boas costureiras, já trabalharam na Glória, em grandes empresas. Eu não fico triste porque eu ensinei uma pessoa e ela saiu, eu fico feliz por isso. Eu consegui fazer dessa pessoa um cidadão”.

No segundo caso, o das demissões; elas se davam porque os trabalhadores *“não estavam produzindo o suficiente”* e/ou *“danificando muitas peças no setor”*. E a produtividade aparece, agora, como determinante na manutenção do posto de trabalho, numa lógica que ignora o sujeito e que substitui a força de trabalho rapidamente.

Todavia, salientamos que a cooperativa consistia num cenário marcado por contradições: ao mesmo tempo em que abria espaço para a aprendizagem e oportunizava acesso ao trabalho havia um contrassenso, pois se o trabalhador

não atingisse a meta definida não permanecia no trabalho. Se aproximando muito da lógica mercadológica do capital.

Convém ressaltar que não é nossa questão aqui entrar no mérito individual de quem permaneceria ou não trabalhando na cooperativa. Dessa maneira não estamos fazendo referência a características individualizantes ou de personalidade, configurando perfis ideais para esta ou aquela função, mas fazendo menção às relações diferenciadas que se produziam entre as pessoas na cooperativa estudada.

Era comum a saída de alguns cooperados em busca de salários fixos com carteira assinada e todos os benefícios[11] dela decorrentes. Salientamos que a saída não equivalia ao rompimento dos laços afetivos, mas sim a saída da informalidade e a conseqüente busca pelos direitos assegurados. Ao saberem da intenção de liquidar a cooperativa e criar uma microempresa familiar, alguns destes retornaram. Entre estes, tivemos contato com uma pessoa contratada para a estamperia e que já havia trabalhado no setor antes, deixando seu posto de trabalho porque desejava uma oportunidade com carteira assinada. Com as mudanças oriundas do processo de liquidação da cooperativa e criação da microempresa ela nos disse que estava animada com o retorno àquele trabalho que afirmava gostar muito. Enquanto conversava conosco, trabalhava na estampa de um uniforme de um projeto social muito conhecido no município que se encontra localizada a cooperativa.

Mesmo não sendo exigida experiência como requisito prévio a atuação do trabalhador naquele cenário, nos interessa, sobretudo, o fato de que os trabalhadores que não obtivessem resultados considerados satisfatórios segundo

o que era exigido pela cooperativa, não permaneciam em seus postos. Para essa avaliação era disponibilizado um período de observação e acompanhamento do trabalho.

Exemplificamos, com o caso de um trabalhador que devia estampar trezentas peças diárias e sua média era de trinta peças, considerado muito aquém para o esperado. Uma manhã dessas quando chegamos à cooperativa a responsável estava combinando o trabalho da estamparia com outra pessoa.

O trabalhador que mencionamos anteriormente não estava mais. Ela nos apresentou a esta pessoa, que já havia trabalhado no setor antes e, portanto, *“não precisaria de treinamento, embora, muita coisa havia mudado na estamparia”*, podendo iniciar imediatamente suas atividades e cumprir a meta. Contradizendo o espaço para aprendizado mencionado anteriormente, mas garantindo a sustentabilidade econômica do empreendimento.

Mais tarde foi-nos explicado que a mudança a que se referiu na estamparia era sobre a técnica utilizada, no início da cooperativa, era usado o “Transfer” uma técnica mais artesanal, que consistia em adquirir o desenho no papel e transferir para o tecido com o auxílio de um ferro de passar roupa, daí o nome. Atualmente utilizam a “Sublimação”, que consistia em transferir o desenho vindo da arte-final para a peça de roupa colocada numa mesa que é aquecida através de energia elétrica (o chamado berço). E que pretendiam também mudar alguns produtos para os à base de água com a intenção de poluir o mínimo possível o meio ambiente.

Embora, reconheçamos que a cooperação esteja presente em toda situação de trabalho, destacamos que na cooperativa em questão ela apareceu com muita frequência. Assim, optou-se por citar a cooperação no trabalho em nossa pesquisa. Pode-se observar uma nítida diferença em relação aos conceitos de solidariedade e cooperação. A solidariedade já fora brevemente apresentada anteriormente. E a cooperação no trabalho implica em ajuda mútua através de pequenos gestos entre os cooperados no que diz respeito à realização das tarefas com a finalidade de não interromper a produção.

Aí se inseriam situações como, por exemplo, quando eram necessários ajustes na máquina de costura, que apesar de necessários, se não fossem realizados rapidamente atrapalhavam o ritmo de trabalho. Um deles encontrou-se relatado nas falas: *“um ajudando o outro, quando quebra a agulha”* ou *“quando precisa trocar a linha”*. Presenciamos a situação em que a agulha de uma máquina quebrou, sendo necessária sua imediata substituição. Para tanto uma cooperada mais experiente auxiliou na troca, que foi feita rapidamente na máquina da sua colega.

Outra situação que indicava cooperação a nosso ver é quando é preciso “infestar o tecido” para prepará-lo para o corte. Esta tarefa envolvia o auxílio de uma outra pessoa para esticar totalmente o tecido sobre a mesa e realizar a marcação dos moldes para o corte, segundo a quantidade e o tamanho dos pedidos do cliente. Nesse segundo caso, esclarecemos que o setor de corte só dispõe de um trabalhador, enquanto o tecido conta com muitos metros. Diante disso, o trabalhador que estivesse menos atarefado se dispunha prontamente a auxiliar o responsável pelo setor de corte; engendrando renormatizações coletivas a fim de tornar o trabalho possível.

Ou ainda quando a encomenda era muito grande e mobilizava pessoas de setores diferentes a fim de dar conta da entrega na data prevista. Estas situações encontram-se presentes na fala: *“cada um tem a sua tarefa. Mas quando alguma coisa tem pressa faz-se um mutirão assim se faz em mais rápido”*. Em nossas observações tivemos a oportunidade de presenciar tais cenas que ilustraram em nossa pesquisa a dimensão coletiva do trabalho, onde estava em jogo, não apenas o trabalho prescrito, mas, a operacionalização da atividade a fim de dar conta da mesma.

Enfatizamos a necessidade do prescrito uma vez que é imprescindível a organização para a atividade, mas acreditamos que não devemos nos engessar nas prescrições de modo que nos impeça à própria realização do trabalho. Assim afirmamos a variabilidade das situações de trabalho que os trabalhadores se encontravam a cada dia e se mobilizavam nos usos de si para que o trabalho não parasse.

Tramas que se faziam visíveis nos usos de si

Na situação de trabalho fazemos usos de si porque estamos em constante negociação com o meio, aí se encontra implicado escolhas. Sobre as tarefas podemos afirmar que há uma pré-existência. Quanto à atividade, não podemos fazer tal afirmação, haja vista que é sempre processo. Dependendo de como a produção, por exemplo, é vista pela recepcionista/presidente, temos diversas renormalizações na prática, na realização da tarefa, ainda que haja prescrições

que nos indiquem mais ou menos como agir, na função de orientar a atividade. E mesmo não dando conta totalmente da situação presente.

Nesse fluxo de movimentos fazemos menção à inteligência que vai se colocando no corpo, que não é propriamente o hábito, mas carrega consigo o saber adquirido no e fora do trabalho, e que, ao mesmo tempo, a qual se dá, especialmente e vai se incorporando na atividade humana como dramática nos usos de si. Por dramática fazemos menção ao movimento incessante entre o prescrito e a renormalização num meio marcado pela infidelidade, pois, para darmos conta desse meio infiel lançamos mão do uso que fazemos de nós mesmos e dos outros.

Trata-se, portanto, no caso aqui estudado quanto ao uso de si pelos outros, exemplificado numa situação presenciada por nós: na recepção, enquanto o trabalhador responsável pela cooperativa respondia e-mails e efetuava ligações com fornecedores ao mesmo tempo, observamos a chegada de um cliente. Nessa oportunidade verificamos que enquanto ele o atendia fora interrompido algumas vezes pelos outros trabalhadores da cooperativa para decidir questões como problemas no tamanho e/ou quantidade de peças.

Tudo dentro de prazos para realização de múltiplas tarefas que parecia não caber em um dia de trabalho. Sendo muitas vezes, ocupado o horário do almoço, e diversas vezes ficando até mais tarde na cooperativa, para resolver “problemas” que apareciam a todo o momento. Este trabalhador, durante nossas conversas, nos disse *“estar sobrecarregado e necessitando de alguém para dividir as tarefas”*.

Este cansaço, aliás, fora mencionado diversas vezes pelo cooperado que atua na recepção. É ele também o responsável pelas decisões referentes à cooperativa, acumulando as funções de recepcionista e presidente.

Ressaltamos o trabalho na cooperativa estudada onde o uso de si pelos outros, (pois as exigências vinham principalmente da responsável pela cooperativa); era maior que o uso de si por si. Este último embora menos expressivo, não era inexistente, pois na perspectiva ergológica aqui adotada sabemos que trabalhar é gerir.

Levando-se isso em consideração, podemos reafirmar que havia microgestão das atividades no cotidiano de trabalho. Referindo-nos àquela gestão que cada trabalhador desenvolve ao dar conta de seu trabalho no dia a dia, visando atingir os objetivos do mesmo e colocando em prática um saber encarnado, um saber que está para além de qualquer manual, ou qualquer organograma.

Observando o arte-finalista[12], presenciamos a conversa com um cliente que trazia uma camiseta com um desenho e queria repeti-lo, mas não o tinha em nenhum site, nem o cliente possuía algum cartão com a marca. “Dá para fazer?” O cliente perguntou. O arte-finalista olhou bem para o desenho e disse que sim, explicando que para isso era só recriar o desenho no programa computacional que ele usava, e imprimí-lo; mas as tonalidades das cores não iriam ficar exatamente iguais. Mesmo assim, ficou combinado com o cliente que a arte ia ser criada e enviada por e-mail para que fosse confirmado o pedido ou não.

Esta conversa iniciou-se com o pedido realizado pessoalmente na recepção. Daí o responsável pelo pedido, ao ficar em dúvida quanto a realização do pedido que deveria ser entregue na mesma semana, levava a questão para o arte-finalista, que trabalhava ao seu lado.

Durante nossas observações da situação de trabalho, presenciamos algumas situações como essas. Nessas situações havia o retrabalho de normas, implicado no trabalhador ao fazer uso de si, o que deve ser entendido para além de simples execuções de tarefa que estão colocadas na renormalização de procedimentos e saberes. Neste entendimento o trabalho real correspondia à atividade realizada e também àquilo que era avaliado na incerteza, e era descartado por meio do debate de normas sempre presente nas atividades.

Evidenciamos, portanto, nas demandas das atividades a atualização de normas e valores. No instante que tecemos, em linhas gerais, nossa pesquisa, afirmamos, então, mediante o acima exposto e as situações observadas por nós que a tarefa, na verdade, não existe de forma antecipada, uma vez que nas conexões entre os trabalhadores tudo se transformava.

Diante da imprevisibilidade do real os trabalhadores se deparavam no dia a dia com situações que envolviam processos decisórios apontando para a gestão cotidiana. Nesses processos havia apropriação dos saberes investidos no corpo seja por meio de experiências anteriores de trabalho, ou na troca de saberes entre eles no cotidiano de trabalho E ao trabalhar, sentia-se, vivia-se, fazia-se escolhas efetuadas no próprio corpo.

Certo dia na cooperativa, observamos que ao preparar a tinta para o processo de estampagem havia mobilização do corpo do trabalhador, seja através de seus olhos atentos aos líquidos que escorriam conforme seus gestos, ora devagar, ora mais rapidamente para o recipiente e se juntava aos demais, seja pelas mãos habilidosas que os misturavam, não só aos líquidos, mas, aos saberes de quem já realizou esta tarefa, outras vezes, envolto num ritmo construído ao longo da experiência. Ou dito de outra maneira, nos saberes investidos na atividade colocando em questão os valores e as condições que o trabalho se realizava.

No uso de si por si, citamos a preparação da emulsão para passar nas telas a fim de “revelar os desenhos” na estamperia. Nesta situação os produtos químicos eram despejados num recipiente e misturados, sem necessidade de se medir a quantidade a ser utilizada, ou melhor, dizendo, “*a quantidade a gente aprende com o tempo*”, segundo ouvimos tranquilamente do trabalhador quando o questionamos como ele sabia a medida de cada produto usado ali bem diante de nós.

Reafirmamos que o trabalho é lugar de dramáticas e escolhas. Não existe nada estanque ou engessado. Dizemos isso, porque em situação de trabalho, cria-se uma realidade em função das micro-decisões efetuadas no dia a dia. Diante de uma situação que envolve a organização do seu espaço de trabalho, este mesmo trabalhador “*prefere utilizar a mesa para estampar*”. Antes da chegada desse trabalhador à cooperativa era comum o uso de uma espécie de mini-mesas chamada de berço[13]. E após sua saída a mesa volta a ser utilizada.

Na atividade, o cooperado, lançava mão de suas experiências e valores, ao instituir o seu modo de realizar aquilo que foi prescrito, ou dito de outra maneira, houve renormalização ao singularizar a atividade. Neste entender, ao escolher trabalhar na mesa que tem alguns metros de comprimento e que não era utilizada há certo tempo, ele está criando estratégias singulares e se dispondo a *“lavá-la muito bem antes de começar a estampagem”*. Pois nos explica que *“não pode ficar nenhum resíduo porque atrapalharia o resultado final”*. A lavagem consistia em passar água e detergente líquido em toda a superfície, tendo o cuidado do líquido não escorrer para o chão, onde havia mais telas. Dezenas, talvez mais de uma centena delas.

Em seguida foi passada uma esponja para retirar restos de tintas e demais sujidades, depois esse líquido ensaboado é removido, jogado para um balde plástico que estava próximo e em seguida despejado no tanque. Esse movimento foi repetido até completa remoção.

Neste íterim, sua colega de trabalho estava envolta a muitas telas, retirando os parafusos e separando o que deveria ser jogado fora, as telas que não tinham mais serventia e as que deveriam ser lavadas, enxutas e posteriormente guardadas. Em seguida, ela espalhara um produto de forte odor nas telas ainda utilizáveis para que a fita adesiva se soltasse. E o estampador direcionava o jato de água para as telas através de um aparelho que emitiu um barulho ensurdecedor.

Consideramos o trabalho como espaço de negociações no qual o trabalhador é convocado para gerí-las a todo momento, instaurando um debate entre as normas antecedentes e as renormatizações da atividade de trabalho. Diante de um

contexto sem especificações de quais telas exatamente seriam descartadas, há que se registrar, ainda *“que deveriam aproveitar ao máximo delas, e o mesmo servia para as tintas utilizadas visando diminuir a quantidade de material a ser lançado fora”*, ao mesmo tempo em que organizavam seu espaço de trabalho, objetivando mantê-lo em funcionamento.

Atitudes sustentáveis

Então chegamos a outro valor reconhecido como vital para o movimento da Economia Solidária que é a sustentabilidade ambiental. Por sustentabilidade ambiental entendemos a incorporação da preservação do meio ambiente na efetivação das atividades. E na cooperativa observamos tal preocupação com o meio ambiente, enquanto valor em jogo confirmado em nossas entrevistas através das falas que *“afirmam que na estamperia há produtos poluentes”*. E, portanto, necessitava *“preocupação no descarte do lixo em geral”*, e cuidado com a *“separação do lixo”*. E ainda *“todo o tempo, cuida-se dele, separando os lixos e resíduos perigosos”*.

Observamos, também, que durante a limpeza e arrumação do local de trabalho, tal preocupação ambiental aparecia diretamente, uma vez que a manutenção do máximo número de telas justificava-se para reaproveitamento das mesmas, e a conseqüente economia na compra de futuros materiais demonstrando uma atitude sustentável.

Apesar disso, constatamos que havia consumo em demasia de água para efetiva limpeza dos materiais e do chão da estamperia. As falas tecidas no cotidiano parecem reforçar essas contradições quando perguntamos aos trabalhadores se havia preocupação com o meio ambiente, e a maioria nos respondeu afirmativamente e que esta aparecia no ato de “*economizar mais água e não poluir*”, e ainda no “*cuidado com a água e o lixo que é feita de uma maneira que não atinge o meio ambiente*”. Embora observássemos com frequência torneiras abertas de onde jorravam abundância de água sem necessidade.

Quanto ao lixo, os trabalhadores reconheciam perigo para o meio ambiente na utilização de sacolas plásticas para a “*embalagem das camisas*” e nos “*resíduos perigosos*” gerados na estamperia. Quanto ao problema das embalagens, os trabalhadores haviam realizado uma experiência com sacolas de TNT[14], visando no futuro erradicar ou pelo menos reduzir o uso de plásticos na etapa de acondicionamento dos produtos.

Ao questionarmos como eram realizadas ações efetivas no cuidado com o meio ambiente na atualidade, foi-nos dito que os resíduos poluentes (aqueles provenientes do setor da estamperia) eram encaminhados a uma empresa contratada para tratamento dos materiais e posterior descarte na natureza com vistas a reduzir ao máximo o impacto ambiental.

Quanto aos papéis (usados na cooperativa em geral, e em especial no setor de arte para grande quantidade de impressões dos desenhos diariamente), o que se verificou é que eram doados para uma associação de catadores de materiais recicláveis, que também é um empreendimento solidário, e o lixo orgânico, por sua vez, era separado para coleta comum através do serviço da prefeitura municipal.

Durante nossas observações na cooperativa tivemos a oportunidade de presenciar a doação dos papéis e demais 'lixos' secos para a associação. No que diz respeito especificamente a este contexto, esta doação consistia basicamente em permitir a entrada do associado à cooperativa, e este recolhia de um tonel os materiais que lhe seriam úteis na reciclagem.

Tal associado de olhar tímido e andar cansado efetuava ali um trabalho quase imperceptível, mas de extrema importância ao considerarmos que contribuía para minimizar os impactos dos resíduos sólidos ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que proporcionava geração de renda à associação de materiais recicláveis do qual fazia parte.

Sob este aspecto, por meio de fala e gestos os trabalhadores da cooperativa, era demonstrada solidariedade com outros trabalhadores auxiliando na sua geração de renda ao fornecer material para reciclagem somado ao respeito ao meio ambiente, pois a cooperativa poderia simplesmente jogar o lixo seco no lixo comum. Mas, não! Havia a preocupação em separá-lo em dois tonéis, e isso era tão costumeiro que no dia a dia não havia a necessidade de ninguém ficar lembrando aos trabalhadores da cooperativa para fazê-los.

Isto porque a dinâmica do trabalho econômico solidário é construída de modo a minimizar ao máximo o impacto causado ao meio ambiente na realização das tarefas conjugando ações capazes de tornar-se inerente ao cotidiano das ações humanas por ocasião da sua intervenção produtiva. Tais ações, longe de serem esporádicas, incorporam na elaboração das atividades econômicas se fazendo presente.

Assim a sustentabilidade enquanto valor da Economia Solidária não está vinculado somente à questão ambiental, mas carrega consigo também questões sociais e econômicas. Uma vez que ao trabalhar, o cooperado coloca em debate as normas e os valores que atravessam esse processo, enquanto espaço de negociações dos usos de si.

Miríades de linhas

É preciso considerar também que na Economia Solidária o trabalho não deve ser visto enquanto mais uma mercadoria trocado pelo capital. No contexto do trabalho da Economia Solidária, pressupõe-se que o cuidado com o trabalhador, se faça presente. De nada adianta demasiada preocupação com a produção se o próprio trabalhador é desconsiderado nesse processo.

Ao que tudo indicou, no entanto, em nossa pesquisa, o ritmo intenso buscando produtividade, não priorizava as condições de segurança no trabalho. No setor de corte, conforme já comentado anteriormente entre as tarefas estão: o tecido é dobrado em várias camadas, o molde é colocado por cima e o contorno riscado, então se passa à etapa do corte propriamente dita com uma máquina própria para isso. Importante ressaltar que há uma norma que se use o equipamento de proteção individual - EPI, que no caso consiste numa pesada luva de proteção de aço a ser utilizada nesta etapa.

Conforme o próprio nome diz é um equipamento para proteger a mão e, portanto, evitar os efeitos dos acidentes. Contudo, o trabalhador preferia não utilizá-la e rapidamente a tirava falando do incômodo que seu uso produzia ao mesmo tempo em que nos dizia:

“A luva atrapalha mais do que ajuda. O uso da luva impede a sensibilidade. Não dá para sentir a máquina chegando perto. E assim corro mais risco de me machucar com a luva do que sem a luva”.

Essa situação suscitou o relato de um episódio de destaque, ocorrido neste setor, algum tempo antes de nossas observações e nos contado pelo mesmo trabalhador foi o seguinte:

“Uma pessoa se machucou usando essa luva. Foi assim: a máquina pulou, foi muito rápido e cortou a mão dela. Há uns três meses, ela (outra trabalhadora) veio ajudar aqui para darmos conta de entregar a encomenda. E a minha irmã também já se cortou com essa máquina”.

Ainda sobre o uso dos EPIs, agora no setor da estamperia, local onde é freqüente o forte odor das tintas, solventes e demais produtos químicos. Observamos que não era comum a utilização de máscaras, muito menos de luvas. Quando questionamos, um trabalhador nos diz que “*a máscara o sufoca e atrapalha o trabalho. E a luva também atrapalha*”. Equipamentos originariamente projetados para proporcionar proteção, que segundo os trabalhadores da cooperativa mais prejudicavam a realização das tarefas do que cumpriam sua funcionalidade, sendo descartados muitas vezes pelos próprios cooperados.

Por prescrição entendemos não apenas o que é oficial, ou dito de outra maneira, aquilo que é imposto/exigido pela cooperativa; mas também o oficioso, ou seja, o modo como os trabalhadores se organizavam para fazer ou não o que se encontrava prescrito. Estávamos diante de situações na inserção do cooperado na sua atividade produtiva que prescreviam o uso de equipamentos, mas que se fossem usados limitariam a realização do próprio trabalho.

Neste espaço de ressingularização das exigências prescritivas do trabalho, notou-se que o entendimento que estamos fazendo da recusa na utilização dos EPIs enquanto estratégia dos trabalhadores ao modo operatório prescrito através das normas como preponderante para o prosseguimento da própria atividade. Fazendo escolhas e correndo o risco.

Não precisamos ir muito longe, para citar mais um exemplo: no setor de costura havia muito barulho vindo das máquinas que não paravam ao ponto de provocar dor de cabeça, nos incomodando muito. Ainda sobre os EPIs, questionamos a outro trabalhador desse setor se não usava nenhuma proteção. E ele nos falou:

“Eu tenho um protetor de ouvido que trouxe de casa, mas não faz diferença. Bom mesmo é aquele abafador tipo aqueles que a gente usa na empresa, que abafa bastante. Esse não adianta nada.”

Mas toda essa exposição aos ruídos durante a realização das suas tarefas, faz com que o trabalhador *“quando chega em casa não quer nem assistir televisão porque parece que o barulho não sai da cabeça da gente”*, produzindo apatia e desânimo ao enfrentar a carga horária de um dia de trabalho e invadindo outros

espaços da vida do cooperado, sinalizando o caráter de exaustão propiciado na sua rotina de trabalho.

Aos leitores que estranharem falarmos de EPIs aqui, esclarecemos nossa compreensão de que a questão da segurança está além do cumprimento ou não de prescrições ou do corpo do trabalhador, ela envolve discussões sobre as condições de trabalho. Discussões essas, diga-se de passagem, que não foram relatadas em nenhum momento à nós durante nossa permanência no empreendimento.

Referimo-nos à necessidade de discussões feitas pelos trabalhadores no tocante à análise dos processos constitutivos que problematizem a forma como este trabalho tem se organizado e sido compreendido como um objeto naturalizado ocupando seu lugar de normatização social.

Na rotina de trabalho dos cooperados havia uma naturalização com a ideia do risco. Em nossas observações e conversas constatamos a existência, permanência e convivência com o risco compreendido como algo dado. Ao focarmos nossa atenção a esse aspecto enfatizamos a necessidade de inserção dos cooperados em discussões que problematizem o não uso dos EPIs, e os envolvam nas propostas no que se refere à sua própria segurança no ambiente de trabalho.

Na prática, diante de um cenário permeado por ambigüidades, observamos ainda que as sugestões dos cooperados, embora estimuladas, eram aceitas quando

objetivavam melhorar e/ou reduzir o tempo de produção, ou seja, as condições de trabalho (incluído todo o desgaste físico e mental produzidos pela exigência no cumprimento de metas), não eram discutidas.

Enfatizamos que quando falamos na necessidade das discussões sobre as condições de trabalho, não estamos fazendo menção a intervenções pontuais e fragmentadas.

É importante frisar que estamos nos referindo a uma estratégia imersa num conjunto de ações que visem à apropriação do poder decisório aos trabalhadores. O que nos leva a pensar ainda, a importância da questão da formação numa visão crítica da própria situação de trabalho num agenciamento de produções de sentidos em suas atividades.

Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de realizar ações que visem fortalecer o coletivo de trabalhadores, ao propor discussões e construção de ferramentas de análise das situações vividas acerca dos processos de trabalho e gestão, com a recusa de nos conformarmos à lógica de trabalho hegemônica que tenta inviabilizar valores divergentes do capital.

A Formação

Consideramos importante a inserção política produzida em eventos que possibilitem discussões sobre a Economia Solidária. No entanto, destacamos que na atualidade não há participação dos trabalhadores da cooperativa estudada no Fórum Estadual de Economia Solidária, embora já tenham participado varias vezes em época mais remota a esta, conforme as seguintes falas:

“[...] Particpei sim de muitas reuniões, mas hoje, não sei dizer, não lembro mais do que se trata sei que falamos sobre muitas coisas”.

“[...] Já que nessas reuniões as pessoas não sabem ao certo o que os grupos sentem no dia a dia, pois eles só têm teorias que é muito bonito mais não o melhor. Para meu grupo não contribuiu em nada a meu ver.”

De modo geral foi-nos relatado pelos que participavam de eventos, um distanciamento entre àqueles tidos como “intelectuais” daqueles que trabalhavam diretamente nos empreendimentos solidários, sendo que o primeiro grupo desconhecia o cotidiano do segundo.

Deste modo, os trabalhadores que participavam das reuniões, fóruns e debates envolvendo a Economia Solidária, pouco a pouco deixaram de fazê-lo. Além disso, em um dos relatos obtivemos a fala de um trabalhador que participava assiduamente dos eventos, e mesmo representando o empreendimento suas horas de trabalho eram descontadas, pois era entendido que o trabalhar envolvia somente as tarefas na cooperativa.

Outras dificuldades enfrentadas pela cooperativa foram a incompreensão “*do que vem a ser uma cooperativa*”, e a “*falta de preparação dos grupos , pois como se*

tem a idéia de que todos são donos, a coisa fica meio que solta, e assim poucos colaboram e se tem compromisso e responsabilidade”; indicando que junto com a formação profissional poderia caminhar junto uma formação política, de competências críticas, potencializando a construção coletiva na troca de saberes, experiências e invenções.

Embora saibamos que a inserção dos trabalhadores na Economia Solidária é feita na maior parte das vezes por questões de subsistência, e que a mesma abarca uma parcela de trabalhadores que talvez não tivesse chances no mercado formal de trabalho, seja pela inexperiência, seja pela idade considerada avançada, consideramos a formação como estratégia de articulação dos diferentes saberes envolvidos. Assim, incluímos também o conjunto de saberes construídos ao longo da experiência dos próprios trabalhadores. Experiências essas, que são coletivas e demandam a produção das relações solidárias na gestão dos processos de trabalho. Isso significa se restringir aos saberes teóricos e academicamente constituídos, mas compreender a multiplicidade que compõem o trabalho na Economia Solidária propiciando espaços decisórios.

Demanda a abordagem de práticas que incorporem os impasses e desafios vivenciados no cotidiano, uma vez que as atividades de trabalho encontram-se além dos modelos operatórios preconizados subsidiados através das normas prescritas. Há que se considerar também a implicação do imprevisto, daquilo que não pode ser totalmente antecipável. Portanto, não há como ficar somente na “teoria” e muito menos propor a produção de modelos tidos como ideais em todas as situações na redução do trabalho à sua dimensão prescritiva.

Quando falamos de formação, propomos irmos além da assessoria técnica. De fato, referimo-nos ao processo de formação que possibilite mover-se de acordo com a produção de novas formas de viver e trabalhar, delineando-se em novas normas, pois acreditamos que o trabalho na Economia Solidária envolve mais que produção e comercialização dos produtos.

Entretanto, reconhecemos que os desafios lançados à cooperativa estudada eram muitos, principalmente no que dizia respeito a sua manutenção enquanto empreendimento solidário, conforme relatado pelos trabalhadores que lá estavam. O tempo de trabalho era dedicado a atingir o objetivo da produtividade à medida que toda a organização de trabalho estava pautada nesse aspecto. E isso, por sua vez, configurava um modo de gestão com vistas a alcançar esse resultado. Salientamos que a cooperativa acima citada possuía exigências funcionais produzidas no dia a dia da sua gestão: manter-se no mercado disputando espaço com empresas capitalistas altamente especializadas.

Como implementar espaços de discussão/formação e garantir a adesão dos trabalhadores se, para que isso aconteça eles têm que abrir mão de dias de trabalho e conseqüentemente, não produzindo não conseguem manter o empreendimento? Como gerar e fortalecer a mobilização social? Como produzir parcerias e garantir o apoio entre instituições de apoio e fomento em prol da Economia Solidária? E ainda como garantir processos de trabalho não precarizados? Como agregar valor sem eliminar postos de trabalho? Como transitar entre o factível e o desejável?

As questões estão presentes e se entrelaçam na busca pela luta política subjacente ao emaranhado de condicionantes e potencialidades emergentes na

dinâmica de funcionamento do trabalho na perspectiva da Economia Solidária. Então, a partir do exposto em nossa análise na cooperativa estudada importou destacar e trazer reflexões sobre como os valores propostos constituíram o cotidiano de trabalho, abordando a forma em que esses valores se efetivaram na prática. Desse desdobramento, foi possível conhecer a produção das relações na organização de trabalho, e modos singulares de compor os movimentos incessantes no espaço-tempo da atividade através da micro-gestão do trabalho cotidiano ao efetuarem escolhas; co-emergindo na multiplicidade de interesses.

Entendemos que um estudo de caso é uma enunciação coletiva ao evocar questionamentos e trazer à tona o que não se restringe somente à cooperativa, dando visibilidade ao que é produzido num contexto mais amplo. Disso decorre a impossibilidade de compreensão dos processos de trabalhos desconectado e/ou descontextualizado. Haja vistas a complexidade que opera nos modos de viver e trabalhar a partir dos valores disseminados no contexto da Economia Solidária. O que pretendemos destacar é que a efetivação desses valores é legitimada na prática e não apenas por normas legais, ainda que necessárias para o funcionamento do empreendimento.

Com base no estudo empírico, consideramos que os cooperados não estão fora das tensões políticas provenientes da lógica capitalista, pelo contrário; vivenciam peculiaridades na relação de interação e conflito aos valores hegemônicos. Instaurando assim, uma permanente “impermanência”, ou seja, são incertezas geradas num cenário de avanço de políticas neoliberais onde reina a busca incessante por produtividade e lucro a qualquer custo.

No que tange ao fortalecimento da Economia Solidária, de um modo geral, acreditamos que a articulação em rede de diversos serviços prestados pelos empreendimentos contribuiria para a ampliação técnica, econômica e política dos empreendimentos solidários, articulados por meio da cadeia produtiva. Consideramos que iniciativas pontuais e isoladas têm mais chances de serem esmagadas pelo sistema capitalista, mesmo sendo consideradas bem sucedidas no setor em que atuam. Assim, ampliariam as suas condições de produção e de gestão face à complexidade e os impasses encontrados nos processos de trabalho. Produzindo ainda, engajamento frente às demandas por formação econômica e política nos empreendimentos econômicos solidários.

Entretanto, é fundamental, considerar que não há receita pronta e que sirva para todos os empreendimentos solidários. Por isso, consideramos imprescindível oportunizarem-se espaços de discussão com os trabalhadores dando visibilidade ao saber dos trabalhadores ao questionar e propor novas formas de fortalecer o movimento da Economia Solidária, caso contrário pode-se assumir uma postura reducionista ao proceder à mera reprodução dos padrões operacionais e técnicos ou às relações políticas de formação segundo modelos hegemônicos.

Figura 07: Amanhã será outro dia!



Fonte: Google Imagens

CAPÍTULO 06. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir.” (FOUCAULT, 1994, p. 13)

No debate de normas e valores

Diante da experiência relatada, a presente pesquisa pretendeu conhecer junto com os trabalhadores, como os valores solidários se efetivaram na própria situação de trabalho. Em nosso campo de estudo, um empreendimento reconhecido como atuante no movimento da Economia Solidária, conhecemos como compareciam estes valores nas atividades desempenhadas.

Tais atividades, por sua vez, diretamente ligadas à produção nos proporcionaram à compreensão da dinâmica organizativa do trabalho cooperado no movimento incessante entre prescrições e o que se realizava ou não na situação de trabalho.

Como contribuição à discussão, ressaltamos que a observação do cotidiano do trabalho cooperado em questão, somada às conversas com os trabalhadores, nos permitiu compreender o ritmo intenso ditado pela própria produtividade das encomendas feitas ao empreendimento.

Grande valor foi atribuído à produtividade vista na cooperativa, como forma de garantir o posto de trabalho e manter economicamente a cooperativa; de tal maneira que a rotina de trabalho se organizava de modo a não possibilitar espaços para discussões coletivas sobre as condições em que se realizava. Tais discussões eram compreendidas como “*perda de tempo*”, afetando diretamente a produção das encomendas, logo, seriam desnecessárias. Relembramos que o entendimento que estamos fazendo do valor enquanto conceito ergológico. Nessa leitura, o conceito de valor diz respeito ao que se estima ou se rejeita no cotidiano.

Ao nos preocuparmos, em nossa pesquisa, em conhecer os desafios apresentados na prática, destacamos a contradição presente entre os valores disseminados pela Economia Solidária e o que presenciamos no dia a dia do empreendimento solidário, orientado, muitas vezes, pelo sistema econômico dominante por meio da prescrição no controle da organização das entregas de encomendas no tempo estipulado durante o ato do pedido.

Nessa contextualização; o que obtivemos foi a observação de um cenário que ofertava possibilidades de aprendizagem profissional e inserção ao mercado produtivo, apresentando-se como uma alternativa viável de trabalho e geração de renda. E também exigia o cumprimento de metas pré-estabelecidas como manutenção do posto de trabalho.

Consideramos ainda nesse cenário, que os valores são construídos no espaço mais abrangente ao envolver dimensões do mundo do trabalho com aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Aí se encontravam as normas confeccionadas na própria sociedade capitalista e que ditavam o socialmente aceito. Nesse entender, citamos com base no caso estudado, a

manutenção de postos de trabalhos envolvendo um conjunto de procedimentos (compreendidas nas exigências de cumprimento das metas) permitindo alcançar o objetivo socialmente aceitável estabelecido na sustentabilidade econômica da cooperativa.

Havia também normas alternativas às convencionais com suas possibilidades e potencialidades envolvidas, procurando romper com a lógica consumista dominante na atualidade. Exemplificadas no cuidado dispensado ao separar e doar o material reciclável para a associação de catadores e na reutilização sempre que possível de materiais. No debate de normas e valores, nos víamos diante de um misto de práticas que ora se distanciavam do modelo hegemônico do capital, ora se aproximavam desse modo capitalista de produção.

Das normas antecedentes tiramos subsídio para o debate de valores ao interferirem em toda ação. Ao articular saberes provenientes de experiências anteriores, somado aos saberes produzidos no cotidiano por meio de observação da prática do outro e que produzem algo novo ocorria a renomartização da atividade e rompia com o trabalho enquanto algo mecânico, de pura execução de tarefas ou naturalizado. Assim, tanto os valores, quanto as normas presentes no mundo do trabalho compunham a vida social de modo mais amplo. Composição de valores que atendiam ou não a interesses coletivos e que orientavam as escolhas.

Falar do trabalho no empreendimento implicou pensar os processos constitutivos das formas pelas quais ele se configurava. Implicou ainda compreender o trabalho como espaço de problematizações, de indagações no qual convocava os

cooperados a escolher a todo o momento e darem sentidos a novas normas, tornando, deste modo, a vida possível no meio de trabalho.

Sabemos que as escolhas dos cooperados estão para além de simples vontades individuais e envolvem saberes e valores produzidos num espaço que não se restringe ao próprio empreendimento. E quando falamos de saberes estamos fazendo menção aos construídos historicamente e compartilhados nas trocas de experiências em diversos espaços das vidas, entre eles, o trabalho; e não aqueles observados enquanto algo fragmentado, desconexo e externo a nós mesmos. Assim os saberes eram a todo instante redimensionados na situação de trabalho.

Note-se, ainda, que, tendo em vista a discussão, no somatório das práticas e saberes da Economia Solidária é preciso destacar que o dia a dia de trabalho é orientado também pelos valores solidários. No contexto da cooperativa estudado, controvérsias pulsavam e produziam diferentes texturas nas qual o cotidiano era tecido. Os valores circulavam entre os termos trabalho e emprego e os cooperados se posicionavam e reposicionavam na situação de trabalho provocando muitas vezes uma confusão entre os termos.

A essa constatação somava-se o confronto entre os valores de mercado e os valores da Economia Solidária ao perpassarem às próprias atividades de trabalho, implicado nos usos de si enquanto experiência produzida. Foi neste processo que a cooperativa estudada encontrava-se. Abandonar o trabalho informal implicava outro modo de funcionamento, e isto preocupava a responsável pela cooperativa, que agora seria a proprietária da microempresa e dividiria essa função com um

sócio. E a preparação era necessária, uma vez que sua abertura se tornava cada dia mais próximo de sua realização.

Enquanto lá estávamos, os dias iam se passando. No acúmulo de funções, ora provenientes da cooperativa, ora em decorrência dos preparativos para a microempresa, consultorias eram realizadas, treinamentos eram efetuados. Entre estes últimos, presenciamos um treinamento que duraram vários dias, prestado por uma empresa contratada para ensinar como emitir nota fiscal eletrônica aos trabalhadores responsáveis pelos pedidos, pela arte-final e pelo trabalho administrativo. A partir daí eles poderiam estabelecer novas parcerias, e conseqüentemente atrair mais clientes. Visando contribuir para ações futuras, assim o negócio seria expandido, conforme planos dos proprietários.

Outra preocupação, manifestada pela responsável pela cooperativa e futura sócia-proprietária era com o salário dos trabalhadores. Se antes eles recebiam conforme as horas de trabalho, agora passariam a receber um salário fixo. E para que isso fosse possível era preciso cumprir o compromisso estabelecido, ou seja, se a produtividade era uma constante entre os trabalhadores. A partir de então seria algo muito mais presente. Outra coisa que *“estava tirando o sono a ponto de precisar de remédio para dormir”* da responsável pela cooperativa era a venda dos maquinários, do automóvel, e demais pertences da cooperativa, pois, diferente da lógica competitiva do capitalismo que detém a propriedade privada dos meios de produção; na Economia Solidária todos são proprietários, ou dito de outro modo, a posse é coletiva. Logo, os bens deveriam ser vendidos e divididos entre os cooperados.

Mas nem tudo era só preocupação: a pessoa que respondia pela cooperativa, estava há onze anos trabalhando ininterruptamente, e a partir do funcionamento

da microempresa poderia desfrutar de férias. Mas para isso deveria delegar funções. Algo que parecia difícil para ela, pois foram muitos anos assumindo o controle de tudo. E atendendo clientes todos os dias da semana, já que a cooperativa funcionava em cima de sua casa. Então foram construídos documentos[15] que estabelecia o horário de trabalho, a descrição dos serviços com as atribuições de cada cargo, e as exigências quanto ao uso de EPIs, vestimentas, entre outras. Estabelecendo também a missão, a visão e os “valores” da microempresa.

E o tempo passou[16]. Por conta disso podemos ainda falar que enquanto esta pesquisa é lida a cooperativa não existe mais enquanto tal. No processo de sua liquidação havia dúvidas por parte de todos os trabalhadores envolvidos, sobre o que se daria daí por diante. Importa indagar: o que seria então? De que modos produziram relações entre os trabalhadores? Será que a preocupação com a segurança dos trabalhadores se restringiria aos documentos impondo a utilização de EPIs? E a Economia Solidária, seria totalmente esquecida por àqueles que tanto militaram por ela?

Conclusões provisórias

Sendo assim, sem termos a pretensão de responder a todas as questões, formulou-se a partir do exposto que diante da informalidade do trabalho na cooperativa, os trabalhadores continuavam a viver à margem da economia formal. Isso posto, os cooperados, ainda que indiretamente, operavam na direção contrária ao que desejavam e fortaleciam o sistema fundado na lógica de submissão e exploração do capital. Ou seja, ao optarem pela forma de agir que se

pretendia solidária na organização do trabalho estudado, acabavam por contribuir ao sistema econômico hegemônico, uma vez que trabalhavam em condições precárias, e visando muitas vezes à mera sobrevivência.

Buscando manter-se no mercado e considerando a alta tributação um entrave; compreendeu-se, na medida em que se processou como resposta a essa situação, que o caminho encontrado pela cooperativa foi a formalização através da abertura da microempresa, garantindo dessa maneira seus direitos trabalhistas, acesso a crédito e a financiamentos. Ao optarem pela utilização de estratégias empresariais, a força de trabalho assalariado passa a ser amplamente utilizada, abrindo mão definitivamente do cooperativismo.

Decorrente dessa análise faz-se necessário, portanto, a reflexão acerca do rumo que a Economia Solidária tem tomado. Queremos enfatizar que as questões presentes na cooperativa estudada não estão restritas ao empreendimento em si; circulam, e nos falam de uma realidade produzida. No âmbito dessa reflexão, reafirmamos a importância da formação, maximizando o acesso à informação e fortalecendo o poder decisório dos trabalhadores envolvidos no movimento da Economia Solidária, como condição da sua perenidade, a partir de iniciativas coletivas. Esse processo formativo não se faz magicamente, de uma hora para outra, ele é contínuo. A tarefa que se tem pela frente exige a construção de mais e mais espaços de discussão.

Por fim, consideramos importante salientar que em nosso estudo na cooperativa, não objetivamos esgotar as complexidades implícitas em seus processos de trabalho, muito pelo contrário; a partir das indagações levantadas, enunciaram-se desafios para estudos posteriores. Lembramos que são considerações provisórias, assim como foi nossa pesquisa. Pois entendemos

que; antes mesmo que o leitor chegue ao fim de sua leitura, as configurações não são mais as mesmas e as relações mudaram, produzindo novas necessidades. Acreditamos que nossa conversa não se encerra por aqui. Mas, como o trabalho é também o que é pensado e não realizado, decidimos por mantê-lo como está. Sabemos então que amanhã será outro dia, e novas questões certamente surgirão.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Ed. Paulus, 2002.

AGUIAR, Kátia. Economia dos setores populares: modos de gestão e estratégia de formação. In: **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. KRAYCHETE, G; AGUIAR, K. (Orgs). São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 106- 121.

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Rev. adm. contemp.** Curitiba, v. 9, n. 1, Mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565552005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Nov. 2010.

ANTEAG. Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão a Participação Acionária. (2002) Artigo apresentado no **Seminário Economia Popular Solidária no Fórum Social Mundial**. Disponível em: < <http://www.ecosol.org.br/txt/fsmecosol.doc> > Acesso em: 20 Ago. 2008.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. Os (difíceis) caminhos da produção não – capitalista: o trabalho nos empreendimentos autogestionários. In: **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MASIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airtton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.p. 87-95.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 68.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Cooperação econômica versus competitividade social. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, Jun 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2010.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e economia solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP: 2005.p. 31-40.

ATHAYDE, Milton. BRITO, Jussara. Ergologia e clinica do trabalho. In: BENDASSOLLI, Pedro F. SOBOLL, Lis Andréa P. (Orgs). **Clínicas do trabalho:**

novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, Jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222009000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Nov. 2010.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **Economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

BARFKNECHT, Kátia Salete; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; NARDI, Henrique Caetano. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2010.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; MORI, Maria Elizabeth e BASTOS, Solange de Souza. O desafio da humanização dos/nos processos de trabalho em saúde: o dispositivo “Programa de formação em saúde e trabalho/ PFST”. In: SANTOS-FILHO, Serafim B; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. (Orgs) **Trabalhador da saúde: muito prazer**: protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. p. 99-121.

BENEVENUTE, Ana Lúcia Perón. ABREU, Maria Helena Elpídio. **A socioeconomia solidária: uma costura sem remendos, estampando o futuro.** Monografia de Especialização em Associativismo e cooperativismo. Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Serviço Social. Vitória: 2002.

BORGES, Maria Elisa Siqueira. Trabalho e gestão de si para além dos recursos humanos. **Cad. psicol. soc. trab.**

BRASIL, 2007. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Plano Nacional de Qualificação – PNQ Termo de Referência em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.tem.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Downloads/termodereferencia1.pdf>>. Acesso em: 05 Set. 09.

BRASIL, 2009. **Ministério do Trabalho e Emprego.** A Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp>. Acesso em: 23 Set. 09.

BRASIL, 2011. Base da legislação federal do Brasil. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 Abr 2011.

BRITO, Jussara Cruz de. Trabalho real. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CANGUILHEM, Georges, Do social ao vital. In: **O normal e o patológico**. 6 ed. Ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 199-218.

CAPRA, Fritjot. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania**: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: Editora da Unb, 1995.

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v.

11, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802008000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2010.

CONSTANTINO, Alexandre Krüger. A Economia Solidária e os novos movimentos sociais; um caso paradigmático. **Rev. Economia solidária e ação cooperativa** [online].2008,pp. 112-128

COUTINHO, Maria Chalfin; BEIRAS, Adriano; PICININ, Dhiancarlos; LUCKMANN, Gabriel Luiz. Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, Apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas**: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura de Santo André, São Paulo. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. São Paulo: 2002.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 4, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722008000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Nov. 2010.

DANIELLOU, François. Introdução: questões epistemológicas acerca da ergonomia. In: DANIELLOU, François (Orgs). **A ergonomia em busca de seus princípios**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. p. 01-18.

DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Ergologia. In: SCHWARTZ, Louis & DURRIVE, Duc (Orgs). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EDUFF, 2007. p. 25-36.

DUC, Marcelle; DURAFFROURG, Jacques, DURRIVE, Louis; O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Louis & DURRIVE, Duc (Orgs). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EDUFF, 2007. p. 47-82.

DUC, Marcelle; SCHWARTZ, Yves. DURRIVE, Louis. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Louis & DURRIVE, Duc (Orgs). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Niterói: EDUFF, 2007.p. 189-204.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Conceito e vida. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em 20 nov. 2009.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Dispositivo dinâmico de três pólos. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em 20 nov. 2009.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Dupla antecipação. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Epistêmico/transformativo. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em 20 nov. 2009.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Uso de si. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Valor. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. (2008). Re-normalização. **Glossário de Ergologia**, Laboreal. 4, (1), 23-28. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587>>. Acesso em 20 nov. 2009.

ECHTERNACHT, Elisa. (2008). **Atividade humana e gestão da saúde no trabalho**: elementos para reflexão a partir da abordagem ergológica. Laboreal. 4, (1), 46-65. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV65822343965929;38;2>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

FERREIRA, Mário César; BARROS, Paloma de Castro da Rocha; (In) compatibilidade trabalho prescrito, trabalho real e vivências de prazer-sofrimento

dos trabalhadores: um diálogo entre a ergonomia da atividade e a psicodinâmica do trabalho. **Rev. Alethéia**. Ulbra. Rio Grande do Sul: Canoas, 2003.

FISCHER, Maria Clara Bueno. O trabalhador no centro de propostas de pesquisa-formação para o trabalho associado. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 95-117, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Introdução. In: _____. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004. p. 15-27.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. LAVILLE, Jean Louis. As relações entre economia e solidariedade na modernidade: contornos de uma problemática. In: _____. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004. p.31-93.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. LAVILLE, Jean Louis. A Economia Solidária entre a Europa e a América Latina: um exemplo de comparação. In: _____. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2004. p.173-184.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários. In: **Gestão social**: práticas

em debate, teorias em construção. SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MASIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 117-127.

FREITAS, Luciana Maria Almeida. **Da fábrica à sala de aula: vozes e práticas tayloristas no trabalho do professor de espanhol em cursos de línguas**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Línguas Neolatinas. Rio de Janeiro: 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=14_2_1&cd_language=1>. Acesso em: 15 Set. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

GADOTTI, Moacir. Economia solidária e desenvolvimento sustentável. In: _____. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. Paulo Freire, 2009. p. 17-30.

GADOTTI, Moacir. Educar para a cooperação. In: _____. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. Paulo Freire, 2009. p. 31-45.

GADOTTI, Moacir. Qualificação sócio-profissional e sistematização. In: _____ . **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed. Paulo Freire, 2009.p. 47-68.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Soc. estado.**, Brasília, v. 21, n. 2, Ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Nov. 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania; mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luis Inácio (Org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Economia dos setores populares: sustentabilidade e**

estratégias de formação. KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia. (Orgs). São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32-60.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, Jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802008000100009&lng=en&nrm=iso)

[script=sci_arttext&pid=S141449802008000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802008000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 Nov. 2010.

LIMA, R. C. S., **Trabalhador 2000**: inteligente, criativo, emocionado, participativo. In: Organização do Trabalho e Saúde: múltiplas relações. BORGES, L.H. MOULIN, M. G. B.; ARAÚJO, M. D. (Orgs). EDUFES: 2001.

MELO, Ana Beatriz Trindade de. **Novos movimentos sociais e economia solidária**: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Psicologia. Belo Horizonte: 2007.

MENDONÇA, Aline. CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **O movimento da Economia Solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade**, 2008. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/ALINE%20MENDONCA%20DOS%20SANTOS%20e%20VANDERSON%20GONCALVES%20CARNEIRO.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

MINAYO-GOMES, C. BARROS, M. E. B. Saúde, Trabalho e Processos de Subjetivação nas Escolas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n3/a18v15n3.pdf>> Acesso em: 15 out. 2008.

NUNES, D. Formação: um outro mundo é possível e está em construção. In: **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia. (Orgs). São Leopoldo: Oikos, 2007.

PAIVA, Victória Régia Arrais. Mulheres, trabalho e cidadania: a construção de significados numa lógica solidária de inclusão. In: **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MASIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008; p. 205-209.

PAL PELBART, Peter. Mais perguntas sobre resistência e criação. In: _____ . **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2009. p. 139.

SCHERER, Magda Duarte dos Anjos; PIRES, Denise; SCHWARTZ, Yves. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 4, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00349102009000400020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2010.

SCHIMITZ, Vera Regina. **Ergologia e (auto)gestão**: um estudo em iniciativas de trabalho associado. 2008. Disponível em: Acesso em: 19 mar. 2011.

SCHIMITZ, Vera Regina. **Microgestão e produção de saberes associados**: desafios para a autogestão em iniciativas de um trabalho associado. Um estudo da Cooperativa de Produção Cristo Rei LTDA. 266 f. Tese (doutorado). Universidade do Vale dos Sinos. Programa de Pós-graduação em Educação. São Leopoldo: Rio Grande do Sul, 2009.

SCHWARTZ, Yves. Manifesto por um ergoengajamento. In: **Clínicas do trabalho**. BENDASSOLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andréa P., (Orgs). São Paulo: Ed. Atlas, 2011, p.132 -166.

SENNA, Rubens Patrocínio. **Economia Solidária como proposta de desenvolvimento sustentável**. 67 f. Monografia (Graduação em Economia) - Departamento de Ciências Econômicas, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Geraldo Antonio. **A utopia liberal**: um ensaio sobre a historicidade do mercado como regulador econômico e social. Vitória; Edufes, 2000.

SOUZA, José Raimundo de. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem**: o caso da associação NORA-Novo Osasco Reciclando Atitudes dos trabalhadores com materiais recicláveis. 214 f. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale dos Sinos. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. São Leopoldo: Rio Grande do Sul, 2005.

TELLES, Ana Luiza; ALVAREZ, Denise. Interfaces ergonomia – ergologia: uma discussão sobre o trabalho prescrito e normas antecedentes. In: **Labirintos do trabalho**: interrogações sobre o trabalho vivo. FIGUEIREDO, Marcelo; ATHAYDE, Milton; BRITO Jussara; ALVAREZ, Denise (Orgs). Rio de Janeiro: D P & A, 2004. p. 63-90.

TERSAC, Gilbert de; MAGGI, Bruno. O trabalho e a abordagem ergonômica. In: DANIELLOU, François (Org). **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. p. 79-104.

TIRIBA, Lia. A pedagogia da fábrica na versão dos trabalhadores. In: _____ . **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogias da produção associada.** Ijuí: Unijuí, 2001. p. 286.

VERARDO, Luigi. (2004) Transformações no mundo do trabalho e economia solidária. **Mercado de trabalho, IPEA.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24e.pdf> Acesso em: 20 Out. 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade; LIMA, Francisco de Paula Antunes Lima. Uma abordagem da Psicologia do Trabalho, na presença do trabalho. **Psicologia em Revista.** Belo Horizonte, v. 13; n. 01; p.155-168; jun.; 2007.

VILLA, Eliana Aparecida; ARANHA, Antonia Vitória Soares. A formação dos profissionais da saúde e a pedagogia inscrita no trabalho do Programa de Saúde da Família. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 18, n. 4, dez. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23: nov. 2010.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802008000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Nov. 2010.

[1] Por singular entendemos a experiência humana operada na atividade. É no coletivo que acontece a singularização, a incidência de produção dos sentidos, saberes e valores atualizados no cotidiano de trabalho. Cada trabalhador se apropria de maneira singular do que lhe é exigido na situação de trabalho ao propor alternativas, gerindo a variabilidade, fazendo escolhas, correndo o risco, inventando.

[2] A noção de liquidez que Baumam propõem diz respeito às relações contemporâneas superficiais. Nela está inscrita a idéia de nada é incorporado, há uma ruptura na idéia de

regularidade, causa e efeito apontada pela imprevisibilidade e insegurança que vivemos hoje. É o fim das distâncias geográficas, com a era da globalização do trabalho, da globalização do mercado.

[3] BARROS, Maria Elizabeth Barros de. **Trabalho e gestão**: algumas questões (im)pertinentes. Debate proferido na mesa redonda intitulada “A gestão do/no trabalho: que gestão é esta?”, do II Seminário Nacional da Política Nacional de Humanização, realizado em Brasília, em agosto de 2009.

[4] O número de trabalhadores referiu-se à quantidade total dos participantes do empreendimento solidário por ocasião da realização da pesquisa.

[5] No início da criação da cooperativa a entrada se dava por dentro de sua casa, contudo, com a reforma, ampliação do espaço e aquisição de maquinário; doados por uma empresa, pôde-se efetivar a separação dos ambientes. Esta mesma empresa também doou um veículo automotivo à cooperativa.

[6] O questionário auto-aplicável encontra-se no apêndice C de nossa pesquisa.

[7] Na Antiguidade, era o local onde os gregos realizavam assembléias. Nesses debates discutiam-se questões ligadas ao bem-estar dos cidadãos.

[8] O material encontra-se no anexo B de nossa pesquisa.

[9] Na Economia Solidária, os cooperados têm participação ativa nos resultados obtidos, quer seja nas sobras ou nos prejuízos.

[10] O Estatuto da Cooperativa encontra-se na íntegra no anexo C de nossa pesquisa.

[11] São benefícios para o trabalhador com carteira assinada e recolhimento obrigatório de INSS: auxílio-doença, licença maternidade, férias, décimo terceiro salário, comprovação imediata de tempo de serviço para a aposentadoria. Para isso o trabalhador tem descontado 11% da sua remuneração e a empresa contribui com o restante. No caso do cooperado ele é único responsável por 20% de contribuição ao INSS.

[12]O arte-finalista cria os desenhos ou faz uso dos disponibilizados na Internet, redesenhando-os conforme o pedido do cliente e os imprimem num papel especial . Após esta etapa esse papel vai para o setor da estamperia. Ele utiliza o Programa Computacional “Illustrator” como ferramenta de criação, que aprendeu a operar sozinho e trabalha na cooperativa desde o início do presente ano. Segundo a Classificação Brasileira de Ocupação a profissão do arte-finalista ou desenhista técnico de artes gráficas, é classificado no código 3184-05.

[13] Conforme podemos visualizar na foto do anexo D, o berço é um conjunto de mini-mesas sendo vinte no total, elas estão divididas em duas fileiras, quando a encomenda é de camisas por exemplo, é só encaixa-las na superfície, como se vestisse a mini-mesa ou berço. O berço atinge a temperatura máxima de 300° C, mas é comumente utilizada por volta dos 100° C, pois com a temperatura altíssima prejudica espalhar a tinta nas telas e compromete a qualidade do trabalho. À direita da foto podemos ver a mesa utilizada pelo antigo estampador que agora serve como apoio para os objetos utilizados.

[14] O TNT consiste em um tipo de tecido de estrutura plana, flexível e porosa feito em processo semelhante ao papel. Sua produção é dada a partir de fibras aglomeradas e fixadas sem necessidade de passar por processos têxteis mais comumente usados como a fiação, a tecelagem ou a malharia. Por ser degradável pela natureza, apresenta grande benefício quando comparado à utilização do plástico comum nas embalagens.

[15] Os referidos documentos institucionais têm por objetivo a regulação das práticas de trabalho na microempresa e encontram-se no anexo E de nossa pesquisa

[16] O Regimento Interno da Microempresa encontra-se na íntegra no anexo F de nossa pesquisa